

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
LARISSA ROSEVICS DE ALMEIDA

O MERCOSUL EDUCACIONAL E A CRIAÇÃO DA UNILA NO INÍCIO DO SÉCULO
XXI: POR UMA INTEGRAÇÃO REGIONAL VIA EDUCAÇÃO

RIO DE JANEIRO
2015

Larissa Rosevics de Almeida

O MERCOSUL EDUCACIONAL E A CRIAÇÃO DA UNILA NO INÍCIO DO SÉCULO
XXI: POR UMA INTEGRAÇÃO REGIONAL VIA EDUCAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título acadêmico de Doutor em Economia Política Internacional.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ingrid Piera Andersen Sarti.

RIO DE JANEIRO

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

A447 Almeida, Larissa Rosevics de.
O Mercosul Educacional e a criação da Unila no início do século XXI : por uma
integração regional via educação / Larissa Rosevics de Almeida. -- 2015.
149 f. ; 31 cm.

Orientadora: Ingrid Piera Andersen Sarti.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de
Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2015.
Referências: f. 106-121.

1. Integração regional. 2. Mercosul Educacional. 3. Unila. 4. Economia Política
Internacional. I. Sarti, Ingrid Piera Andersen, orient. II. Universidade Federal do Rio
de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

Larissa Rosevics de Almeida

O MERCOSUL EDUCACIONAL E A CRIAÇÃO DA UNILA NO INÍCIO DO SÉCULO
XXI: POR UMA INTEGRAÇÃO REGIONAL VIA EDUCAÇÃO

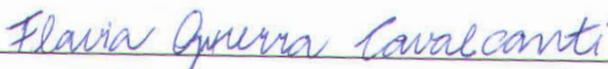
Aprovada em: 30/3/2015



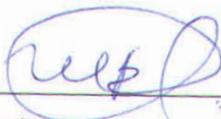
Prof.^a Dr.^a Ingrid Piera Andersen Sarti (PEPI/UFRJ)



Prof. Dr. Mauricio Medici Metri (PEPI/UFRJ)



Prof.^a Dr.^a Flávia Guerra Cavalcanti (IFCS/UFRJ)



Prof.^a Dr.^a Mônica Esmeralda Bruckmann Maynetto (IFCS/UFRJ)



Prof. Dr. Fabrício Pereira da Silva (Escola de Ciência Política/Unirio)

*Aos quatro pilares de minha existência,
Natalina, Adolfo, Leticia e Bruno.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo Bruno, aos meus pais, Adolfo e Natalina, e irmã, Leticia, que me apoiaram durante os anos de doutorado. O carinho e o bom humor de vocês foram fundamentais do início ao fim desta jornada.

À professora Ingrid Sarti, que aceitou este desafio, guiando meus passos pelos caminhos da integração regional, sendo compreensiva quando possível e rigorosa quando necessário.

Ao meu amigo Glauber Cardoso Carvalho pelos intensos debates e por ser sempre tão generoso em partilhar seu conhecimento comigo. A Suellen Lannes e Julia Monteath de França, pela amizade e pelo companheirismo. Aos Grupos EGLA e aos participantes do Blog Diálogos Internacionais, que possibilitaram momentos de descontração e de trocas de conhecimento imprescindíveis para a conclusão desta tese.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, especialmente a Turma de Doutorado 2011-2015, aos professores e servidores do programa, em especial ao servidor Fábio Bernardino, sempre atencioso e solícito.

Aos alunos, professores, coordenadores e servidores dos cursos de Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI) e Gestão Pública para Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde tive a oportunidade de lecionar como professora substituta nos anos de 2012 e 2013.

Aos professores Maurício Metri, Flávia Cavalcanti e Mônica Bruckmann, por todas as dicas, indicações bibliográficas e recomendações realizadas durante a banca de qualificação e que foram fundamentais para a construção desta tese. Ao professor Fabrício Pereira Silva por estar presente na banca de defesa da tese.

A todos aqueles que com suas palavras de apoio e motivação, também fizeram parte desta jornada, em especial a: Patrícia Nasser, Edilson Junior, Luiz Felipe Ozório, Henrique Paiva, Hélio Farias, Aline Sperendio, Vanessa Barbosa, Claudinei Santos, Raquel Zanotelli, Cinthya Peçanha, Jessé e Claudia Almeida, Diogo Almeida, Thiago Almeida, Dayanne Lacerda. À Perpétuo Socorro e Jorge. A Frida.

A CAPES pelo apoio nos últimos meses de escrita da tese.

[...] A aceitação passiva de uma posição periférica é o que impossibilita, às classes dominantes latino-americanas, a percepção do valor estratégico da ciência e da tecnologia cultivadas nas universidades. Concebendo seus países como nações subalternas, só necessitadas de preparação para manobrar material importado, veem as suas universidades como instituições supérfluas, meros focos de agitação.

Darcy Ribeiro, *A universidade necessária*, 1974, p.36.

RESUMO

ALMEIDA, Larissa Rosevics de. *O Mercosul Educacional e a criação da Unila no início do século XXI: por uma integração regional via educação*. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

A presente tese tem como tema a área educacional do Mercosul, denominada de Mercosul Educacional, e a influência que ela exerceu no surgimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Sua importância reside na necessidade de ampliação dos estudos sobre a integração educacional do Mercosul, área que ganhou maior relevância no bloco regional no início do século XXI, e foi intensificada com ascensão de lideranças progressistas nos países da região. O objetivo da tese consiste em demonstrar que o novo contexto político regional promoveu mudanças conceituais no âmbito do Mercosul Educacional, que superaram o modelo de integração educacional, que se restringia a integração das estruturas educacionais dos Estados. O novo modelo de integração educacional busca implementar a integração dos povos, através da criação de espaços regionais de ensino e pesquisa. Nesta tese foram analisados os documentos e programas do Setor Educacional do Mercosul (SEM) no período de 2001 a 2006, e abordado o contexto de criação da Unila. Tendo por base a análise dos documentos e programas do SEM, pretende-se demonstrar que a proposta de uma Universidade do Mercosul, feita pelo Governo brasileiro e que deu origem ao Espaço Regional de Educação Superior (Eres) do Mercosul e posteriormente à Unila, faz parte do novo marco do Mercosul Educacional, em que a educação torna-se uma via de promoção da integração. A hipótese desenvolvida é que o projeto da Universidade do Mercosul resultou na criação da Unila como uma instituição de ensino superior brasileira, por razões relativas as dificuldades institucionais e financeiras do bloco, que inviabilizaram a criação de uma universidade multinacional. Por outro lado, a adoção da universidade como parte do projeto estratégico brasileiro para a região revela a importância que o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva conferiu a educação superior e a integração regional.

Palavras-chave: Integração Regional; Mercosul Educacional; Unila; Economia Política Internacional; Política Externa Brasileira.

ABSTRACT

ALMEIDA, Larissa Rosevics de. *O Mercosul Educacional e a criação da Unila no início do século XXI: por uma integração regional via educação*. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

The theme of this thesis is the educational area of Mercosur, called Educational Mercosur, and the role it played in the emergence of the *Universidade Federal da Integração Latino-Americana* (Unila). Its importance lies in the need to expand the studies on Educational Mercosur integration, area that gained greater importance in the regional block at the beginning of XXI century, and was intensified with the rise of progressive leaders in the region countries. The aim of the thesis is to demonstrate that the new regional political context promoted conceptual changes within the Educational Mercosur, which sought to overcome the model of educational integration, which restricted the integration of educational structures of states. The new model of educational integration seeks to implement the integration of people, through the creation of regional areas of teaching and research. In this thesis were analyzed the documents and programs of the Mercosur Educational Sector (MES/SEM) between the years of 2001 and 2006, as well as the context of creation of Unila. Based on the analysis of documents and MES programs, intended to demonstrate that the proposal of a University of Mercosur, made by the Brazilian Government and which led to the Regional Higher Education Area (RHEA/Eres) of Mercosur and after the Unila makes part of the new framework of Educational Mercosur, where education becomes a means of promoting integration. The hypothesis is that Mercosur University project resulted in the creation of Unila as a Brazilian public higher education, for reasons connected to the institutional and financial difficulties of the Block, which made it impossible to create a multinational university. On the other hand, the adoption of the university as part of the Brazilian strategic project for the region shows the importance that the government of Luiz Inácio Lula da Silva gave to higher education and regional integration.

Keywords: Regional Integration; Educational Mercosur; Unila; International Political Economy; Brazilian Foreign Policy.

RESUMÉN

ALMEIDA, Larissa Rosevics de. *O Mercosul Educacional e a criação da Unila no início do século XXI: por uma integração regional via educação*. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

Esta tesis tiene como temática el área educativa del Mercosur, llamado Mercosur Educativo, y la influencia que él ejerció en el surgimiento de la *Universidade Federal da Integração Latino Americana* (Unila). Su importancia radica en la necesidad de ampliar los estudios sobre la integración educativa del Mercosur, un área que ha adquirido una mayor importancia en el bloque regional a principios del siglo XXI, y se intensificó con el surgimiento de líderes progresistas de la región. El objetivo de la tesis es demostrar que el nuevo contexto político regional promovió cambios conceptuales dentro del Mercosur Educativo, que superó el modelo de integración educativa, que restringió la integración de las estructuras educativas de los Estados. El nuevo modelo de integración educativa busca implementar la integración de los pueblos, a través de la creación de áreas regionales de enseñanza e investigación. Esta tesis analiza los documentos y el Sector Educativo del Mercosur programas (SEM) en el período de 2001 a 2006, y abordó el contexto de la creación de la Unila. Con base en el análisis de documentos y programas del SEM, la intención fue de demostrar que el proyecto de la Universidad de Mercosur, realizada por el Gobierno de Brasil y que llevó al Área Regional de Educación Superior (Eres) Mercosur y después de la Unila hace parte del nuevo marco del Mercosur educativo, donde la educación se convierte en un medio para promover la integración. La hipótesis es que el proyecto de la Universidad Mercosur dio lugar a la creación de la Unila como una institución de educación superior de Brasil, por razones relacionadas con las dificultades institucionales y financieros del bloque, lo que hizo imposible la creación de una universidad multinacional. Por otra parte, la adopción de la universidad como parte del proyecto estratégico de Brasil para la región muestra la importancia que el gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva dio a la educación superior y la integración regional.

Palabras clave: Integración Regional; Mercosur Educativo; Unila; Economía Política Internacional; Política Exterior Brasileña.

LISTA DE SIGLAS

Alca	Área de Livre Comércio das Américas
AUGM	Associação de Universidade Grupo Montevideú
CRCES	Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior
CI-Unila	Comissão de Implantação da Unila
CAPL	Comitê Assessor de Políticas Linguísticas
Cafem	Comitê Assessor do Fundo de Financiamento do SEM
CCR	Comitê Coordenador Regional do SEM
CGSIC	Comitê Gestor do Sistema de Informação e Comunicação
Casa	Comunidade Sul-Americana de Nações
CNPEPI	Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional
CMC	Conselho do Mercado Comum
CAF	Corporação Andina de Fomento
EaD	Ensino a Distância
Eres	Espaço Regional de Educação Superior
Erasmus	<i>European Action Scheme for the Mobility of University Students</i>
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
EM	Exposição de Motivos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fies	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FEM	Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul
Focem	Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul
FoMerco	Fórum Universitário Mercosul
Fonplata	Fundo de Financiamento para a Bacia do Prata
GMC	Grupo Mercado Comum
Imea	Instituto Mercosul de Estudos Avançados (2007-2009)
Imea - Unila	Instituto Mercosul de Estudos Avançados - Unila (2009-)
ISM	Instituto Social do Mercosul
Iirsa	Integração Infraestrutura Regional Sul-Americana
IES	Instituição de Ensino Superior
Marca	Programa de Mobilidade Acadêmica Regional
Mexa	Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos para Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitária nos Países do Mercosul

Mercosul	Mercado Comum do Sul
MEC	Ministério da Educação
Minustah	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
ONU	Organização das Nações Unidas
OEA	Organização dos Estados Americanos
PTI	Parque Tecnológico de Itaipu
PNE	Plano Nacional de Educação
PIB	Produto interno bruto
PEIBF	Programa Escola Intercultural Bilíngues de Fronteira
ProUni	Programa Universidade para Todos
PL	Projeto de Lei
Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni
RMEs	Reunião de Ministros da Educação
SEM	Setor Educacional do Mercosul
Sistema Arcu-Sur	Sistema de Credenciamento Regional de Cursos de Graduação dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados -
SAI	Sistema Andino de Integração
TCT	Termo de Cooperação Técnica
Unasul	União Sul-Americana de Nações
UAB	Universidade Aberta do Brasil
Unila	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UASB	Universidade Andina Simón Bolívar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 MERCOSUL E A QUESTÃO EDUCACIONAL	8
1.1 A INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA E O MERCOSUL ..	11
1.1.1 Novo contexto, velhas estratégias	17
1.1.2 Mercosul: criação e consolidação	20
1.1.3 Mercosul: instabilidade e crises	21
1.1.4 Mercosul e a retomada do projeto estratégico da Declaração do Iguazu ..	25
1.2 CONCEPÇÕES SOBRE INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL	28
1.2.1 Integração <i>da</i> educação ou <i>via</i> educação	32
2 O MERCOSUL EDUCACIONAL	34
2.1 CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO SEM	40
2.1.1 Estrutura orgânica do SEM em 2001	41
2.2 INSTRUMENTOS PARA INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL NO MERCOSUL	43
2.2.1 Cooperação universitária	44
2.2.2 Ensino de História, Geografia e dos idiomas oficiais do Mercosul	45
2.2.3 O mecanismo experimental e voluntário Mexa	48
2.3 INICIATIVAS INOVADORAS DE INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL	52
2.3.1 Instituições de ensino vocacionadas à integração	54
2.4 AVANÇOS E LIMITES DO MERCOSUL EDUCACIONAL NA DÉCADA DE 1990	56
2.4.1 Por uma Integração <i>via</i> Educação	58
2.5 O NOVO MARCO DO MERCOSUL EDUCACIONAL	61
2.5.1 Da Integração <i>da</i> Educação para Integração <i>via</i> Educação	63
2.5.2 Fundo de Financiamento do SEM	67
2.5.3 Institucionalidade da Integração <i>via</i> Educação	68
2.5.4 O Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul	70
2.5.5 O Instituto Mercosul de Estudos Avançados	73
3 CONDIÇÕES NACIONAIS PARA A CRIAÇÃO DA UNILA	75
3.1 INTEGRAÇÃO E EDUCAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	77
3.2 POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	83
3.3 IMPLANTAÇÃO DA UNILA	85

3.4 PERCEPÇÕES SOBRE A VOCAÇÃO DA UNILA	93
3.4.1 Reeleição e o segundo Governo de Lula da Silva	94
CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIAS	106
DOCUMENTOS	117
ANEXO I - CRONOLOGIA DA UNILA	122
ANEXO II – ORGANOGRAMA DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL	126
ANEXO III - TRANSCRIÇÃO DO ANEXO IV DA ATA Nº 02/08 DA XXVI	
REUNIÃO DA COMISSÃO REGIONAL COORDENADORA	
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	127
ANEXO IV - TRANSCRIÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	
INTERMINISTERIAL Nº 00331/2007/MP/MEC SOBRE A UNILA .	130
ANEXO V - PROJETO DE LEI Nº 2878/2008	133
ANEXO VI - TABELA DAS NORMATIVAS DO MERCOSUL VIGENTES	
SOBRE REVALIDAÇÃO DE TÍTULOS	137
ANEXO VII – TABELA DOS MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO LATINO-	
AMERICANO DO INSTITUTO MERCOSUL DE ESTUDOS	
AVANÇADOS, POR NOME, PAÍS E VÍNCULO INSTITUCIONAL,	
EM 2009	138
ANEXO VIII - TABELA COM AS CÁTEDRAS LATINO-AMERICANAS DO IMEA,	
REALIZADAS ENTRE 2009 E 2013, POR TEMÁTICA, PATRONO,	
FUNDADOR, VINCULO INSTITUCIONAL E DATA DA	
REALIZAÇÃO	140
ANEXO IX - TABELA DE DECISÕES DO CONSELHO MERCADO COMUM	
DA ÁREA EDUCACIONAL DO MERCOSUL DE 1991 À 2012,	
POR RATIFICAÇÕES E VIGÊNCIA	142
ANEXO X - QUADRO COMPARATIVO DOS PRINCÍPIOS ORIENTADORES	
DOS PLANOS DE AÇÃO DO SEM DE 1998 À 2010	147

INTRODUÇÃO

Considerando que a educação superior tem um papel estratégico para países latino-americanos que aspiram legitimamente ocupar um lugar relevante na divisão internacional do conhecimento, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) terá como missão desenvolver uma integração solidária através do conhecimento, fundada no reconhecimento mútuo e na equidade.

Exposição de Motivos Interministerial nº 00331/2007/MP/MEC

O objetivo desta tese consiste em demonstrar a importância do Mercosul Educacional para a integração regional sul-americana e o papel protagonista desempenhado por ele a partir da retomada do projeto estratégico do Mercosul por parte dos governos progressistas eleitos na região no início do século XXI. Para tal, procuramos demonstrar que, a construção da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) como uma instituição de ensino superior pública brasileira, cuja missão consiste em desenvolver uma integração solidária entre os povos da América Latina através do conhecimento, resulta, em parte, dos esforços desenvolvidos no âmbito do Mercosul Educacional em promover uma integração educacional que visa a união dos povos e a criação de espaços regionais de ensino e pesquisa. Contudo, ela foi resultado do empenho do Governo brasileiro de Lula da Silva em sua estratégia de promover a educação como uma das vias para a integração regional.

O uso do termo Mercosul Educacional procura reunir todo um arcabouço de ações, normas e instituições ligadas ao Mercosul e que dizem respeito à sua área educacional. Nesse sentido, o Mercosul Educacional não se restringe ao Setor Educacional do Mercosul (SEM), órgão responsável pela estrutura institucional que define e coordena as ações educacionais do bloco, sendo mais amplo ao incorporar seus projetos, sua agenda, seus debates e a sua operacionalidade.

Nossa hipótese é a de que a reformulação da missão do Setor Educacional do Mercosul (SEM), presente no seu Plano de Ação 2006-2010 e a criação do Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul (Eres), constituem um novo marco para o Mercosul Educacional, que passou a fomentar novas formas de integração educacional. Neste sentido, procuramos demonstrar que a Unila é a concretização de uma política de integração via universidade, pensada a partir do novo marco do Mercosul Educacional e viabilizada pelo Governo brasileiro a partir do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni) e da interiorização do ensino superior no país.

A partir de 2006, dentro do Sistema Educacional do Mercosul (SEM), ocorreram mudanças conceituais em relação à percepção estratégica da educação para a integração

regional do Mercosul. O Plano de Ação do SEM 2006-2010 apresenta a perspectiva de que é preciso ir além da **integração da educação**, que visa integrar as estruturas educacionais dos Estados e ampliar a circulação de professores, alunos e saberes, em busca da **integração via educação**, ou seja, que procura tornar a educação um ente promotor de consciência integradora, através da criação de espaços comuns regionais de ensino e pesquisa.

Em consonância com essa perspectiva, o Governo brasileiro de Lula da Silva propôs aos demais Estados partes do Mercosul a criação de uma universidade multinacional, com alunos e professores de todos os países membros, que teria a vocação de promover através da educação a integração regional, e que foi provisoriamente chamada de Universidade do Mercosul.

A proposta da Universidade do Mercosul realizada pelo Governo brasileiro foi acolhida pelos demais membros do Mercosul que decidiram criar, em 2006, o Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul (Eres) como um projeto de ensino e pesquisa do bloco ligado a educação superior e que têm por princípios: a) lecionar e pesquisar temas voltados para a integração regional; b) ser composto por *campi* universitários instalados em diversos Estados partes e/ou ser parte de programas de graduação e pós-graduação das instituições de ensino superior dos Estados partes; c) ter processos seletivos abertos a cidadãos dos Estados parte para os docentes, discentes, pesquisadores e gestores; d) oferecer cursos nos níveis de graduação e pós-graduação ligados as necessidades da região; e) ser constituído com base na mobilidade acadêmica, incorporando os avanços logrados nas iniciativas já existentes no Mercosul.¹ Através do Eres lançavam-se bases para a possível criação da Universidade do Mercosul.

As reuniões do Grupo de Alto Nível, constituído pelos Ministros da Educação do Mercosul, para elaboração do projeto do Eres, foram prorrogadas sucessivas vezes entre os anos de 2006 e 2007. Enquanto isso, o Governo brasileiro realizou diversas articulações junto aos representantes da Itaipu Binacional, interessados em apoiar o projeto de uma universidade multinacional dos países do Mercosul.

Tendo em vista os impasses burocráticos que assolavam o debate em torno do Eres no Mercosul Educacional, o Governo brasileiro, com apoio logístico da Itaipu Binacional, decidiu em maio 2007 criar o Instituto Mercosul de Estudos Avançados (Imea) como uma instituição educacional brasileira dedicado à ampliação do intercâmbio entre as instituições de ensino superior dos países do Mercosul, no âmbito da pós-graduação. O êxito nas negociações

¹ Cf. Anexo VI: Transcrição do Anexo IV da Ata n.02/2008 da XXVI Reunião da Comissão Regional Coordenadora da Educação Superior, que contém o documento conceitual do Eres.

com a Itaipu Binacional e o interesse estratégico brasileiro em construir uma universidade voltada para a integração regional possibilitaram a elaboração da Exposição de Motivos (EM) Interministerial nº 00331/2007 do Ministério do Planejamento e do Ministério da Educação (MEC), submetida à Presidência da República em dezembro de 2007 e que tratava da criação de uma universidade federal voltada para a integração, denominada de Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

A EM Interministerial nº 00331/2007 foi encaminhada ao Congresso Nacional pelo Presidente Lula da Silva em janeiro de 2008 através do Projeto de Lei (PL) nº 2878/2008. Para a sua implantação, o MEC instituiu uma Comissão de Implantação da Unila (CI-Unila), composta por professores, pesquisadores e especialistas em integração regional que tiveram o objetivo de realizar estudos e atividades de planejamento institucional para a viabilização da universidade.

Em janeiro de 2010 o Presidente Lula da Silva sancionou a Lei nº 12.189/10 que cria a Unila. Como uma instituição de ensino superior, a Unila tem o intento de ser produtora e dissipadora de conhecimento, formadora de cidadão e profissionais, e espaço por excelência da reflexão crítica das sociedades latino-americanas. Como uma instituição de vocação integracionista, ela busca trazer inovações nos seus processos de ingresso de discentes, de contratação de docentes, de assistência estudantil, de intercâmbio acadêmico e de relações internacionais.

A Unila foi concebida para ser um *locus* de conhecimento, um espaço de formulação e proposição sobre os grandes temas da América do Sul² e, conforme será exposto, a sua criação e implantação estão intimamente ligadas ao Mercosul. O Instituto Mercosul de Estudos Avançados (Imea-Unila), criado em 2007 e institucionalizado em 2009, exerceu e ainda exerce um importante papel intelectual para a consolidação da universidade através da promoção das Cátedras Latino-Americanas do Imea, realizadas desde agosto de 2009 com o objetivo de reforçar a vocação latino-americana da universidade, através da realização de cursos com pesquisadores do mais alto nível, convidados à debater diversos temas referentes à América Latina.³

Entendemos que a integração regional na América Latina é um processo distinto daquele que se processa na Europa ou na Ásia, e por isso deve ser analisado com outros

² SARTI, Ingrid. UNILA: a ousadia de um sonho. *Jornal da Ciência*, Rio de Janeiro, s/n, 02 mai. 2008. Disponível em http://mt.educarchile.cl/mt/jjbrunner/archives/Sarti_DEF.pdf. Acesso em: 21 jan.2015.

³ Cf. Anexo VIII: Tabela com as Cátedras Latino-americanas do Imea, realizadas entre 2009 e 2013, por temática, patrono, fundador, vínculo institucional e data da realização.

instrumentos metodológicos. Documentos como a Declaração do Iguazu (1985) demonstram que a busca por arranjos integracionistas na região tem por objetivo central a inserção autônoma e independente dos seus Estados no sistema internacional. Logo, a integração regional sul-americana não deve ser tratada como uma questão técnica nem estar restrita aos desígnios e postulados da macroeconomia. Como aponta Sarti (2011), ela é um processo político sujeito a disputas de poder regionais e internacionais, bem como às mudanças governamentais dos Estados membros⁴.

Em seus vinte e quatro anos de existência, o Mercosul, que originalmente tinha como membros plenos os países do Cone Sul, como a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, consolidou-se neste início de século XXI como um bloco sul-americano ao ampliar o número de membros plenos com a adesão da República Bolivariana da Venezuela e do Estado Plurinacional da Bolívia (em processo de adesão), e com a adesão parcial de Chile, Colômbia, Peru, Equador, Guiana e Suriname⁵.

Composto por uma estrutura institucional com personalidade jurídica internacional⁶ e uma tarifa externa comum, o Mercosul dispõe de instâncias próprias para solução de controvérsias⁷, para a coordenação de suas políticas comuns nas áreas da saúde, educação, cultura e desenvolvimento social⁸ além do compromisso com a defesa das democracias da região⁹. Dentre seus principais desafios institucionais estão a consolidação do Parlamento do Mercosul e do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), instrumentos importantes para uma integração democrática e independente dos centros de poder internacional. Tais elementos nos permitem afirmar que o Mercosul transcendeu os seus objetivos comerciais de integrar os mercados e as economias dos países da região, presentes no Tratado de Assunção, tornando-se um bloco regional que é parte fundamental de um processo mais amplo de integração regional sul-americana e que envolve, além dos aspectos

⁴ SARTI, Ingrid. A arquitetura política e os desafios da institucionalidade da integração Sul-americana. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio (org.). *Sulamérica: comunidade imaginada, emancipação e integração*. Niterói: EdUFF, 2011. p.177-191.

⁵ Guiana e Suriname aguardam a ratificação de seus pedidos como membros associados.

⁶ Protocolo de Ouro Preto de 1994.

⁷ Protocolo de Brasília de 1992 e Protocolo de Olivos de 2002.

⁸ Reunião de Ministros da Saúde do Mercosul; Reunião de Ministros da Educação do Mercosul, Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul; Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social.

⁹ Protocolo de Ushuaia de 1998.

econômicos e comerciais, a integração política, educacional e sociocultural dos povos da região.

A análise que realizamos parte do pressuposto que o Mercosul faz parte das iniciativas e dos processos de integração regional na América Latina criados e/ou reformulados entre as décadas de 1980 e 1990 a partir do contexto de redemocratização dos países da região, da globalização do capital, do fim da Guerra Fria e da forte influência das ideias neoliberais. No início do século XXI, a eleição de governos progressistas nos países da América do Sul possibilitou a ampliação do diálogo político entre eles em relação à integração regional e o desenvolvimento de projetos de caráter infraestrutural, educacional e sociocultural, com o objetivo de enfrentar os desafios de um mundo globalizado e criar mecanismos para inserir a sociedade civil dos Estados no processo. A integração regional sul-americana deste início do século XXI se apresenta como um processo que pretende ir além do puramente econômico e abranger a reconstrução das bases das sociedades latino-americanas e é nesse sentido que o Mercosul Educacional exerce um papel fundamental.

A consolidação das conquistas alcançadas e os avanços necessários ao processo de integração regional sul-americano, ao qual pertence o Mercosul, estão diretamente associadas à consciência, por parte das sociedades sul-americanas, de que a integração é um valor regional a ser preservado e que seus projetos são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social nacional e para a participação efetiva dos seus Estados no sistema internacional.

A análise do Mercosul Educacional nos permite reafirmar a percepção de Ingrid Sarti (2011) de que a institucionalidade e as teorias de integração regional estão atrasadas tanto em relação à dinâmica regional, nos níveis governamentais e da sociedade organizada dos Estados sul-americanos, quanto em relação às reais necessidades dos projetos integracionistas presentes na região. Os impasses que hoje se impõem ao Mercosul, frequentemente associados à resistência dos Estado em conferir/obedecer a supranacionalidade das normas e instituições do bloco, só poderão ser superados com novos arranjos político-democráticos que envolvam as sociedades, nas decisões do bloco. Esse não é um processo simples, especialmente levando em consideração a multiplicidade de atores que compõem as sociedades da região e as diferenças econômicas e sociais que existem entre eles.

O engajamento das sociedades no processo de integração regional requer, por sua vez, a construção de espaços comuns de diálogo e de geração de conhecimento mútuo independentes das imposições da estrutura coloniais de poder internacional, como destacam

os teóricos da decolonialidade¹⁰. Espaços que permitam o conhecimento e o reconhecimento mútuo, em que seja possível o que Boaventura Santos chama de ecologia do reconhecimento, ou seja, pensar a diferença com igualdade em busca da equidade¹¹. Um espaço por excelência para a consecução desses objetivos é o espaço universitário. Sendo assim, procuramos demonstrar como o novo marco do Mercosul Educacional fornece instrumentos suficientes para a formação de um conhecimento autônomo e libertário dos centros de poder internacional.

Para fins analíticos, instrumentalizamos uma distinção entre **integração da educação** e **integração via educação**. A **integração da educação** no Mercosul, realizada através do SEM e de grupos como a Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM), cumpriu um papel fundamental nas duas últimas décadas, promovendo maior circulação de professores, alunos e saberes no espaço regional, além de ter avançado nas discussões em relação à acreditação de títulos e diplomas de ensino fundamental, médio, não técnico, técnico e nos debates sobre a acreditação dos diplomas universitários e das habilitações profissionais, com as quais será possível futuramente o estabelecimento da livre circulação de trabalhadores e prestadores de serviços entre os países membros. A **integração via educação** faz parte do novo marco do Mercosul Educacional, o qual procura ir além da integração das estruturas educacionais através da promoção da educação como um fator integracionista.

Procuramos demonstrar, através da análise do Mercosul Educacional e da criação Unila, que a educação é entendida neste início de século XXI como meio para a superação dos desconhecimentos culturais e intelectuais que ainda imperam na América Latina e que dificultam o aprofundamento dos processos de integração políticos, econômicos e socioculturais existentes na região.

A tese está estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, denominado “Mercosul e a questão educacional” procuramos estabelecer uma base histórico-conceitual da integração regional sul-americana, do Mercosul e da integração educacional no bloco. Neste capítulo também apresentamos as categorias de análise de **integração da educação** e **integração via educação**, instrumentos utilizados na análise do Mercosul Educacional.

¹⁰ LANDER, Edgardo (org.). *La conolialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

¹¹ SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinterpretar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

O segundo capítulo, intitulado “O Mercosul Educacional”, trata especificamente do Setor Educacional do Mercosul, em que exploramos a importância estratégica do Mercosul Educacional para a integração regional a partir do seu histórico e da sua agenda de debate na década de 1990. Neste segundo capítulo também apresentamos a estrutura organizacional do SEM, os principais projetos elaborados na década de 1990 e fazemos um balanço dos avanços e limites dos dez primeiros anos Mercosul Educacional. O final do capítulo é dedicado ao novo marco do Mercosul Educacional, através da análise comparada dos Planos de Ação do SEM de 2001-2005 e 2006-2010, com os quais demonstramos a mudança conceitual dentro do SEM que permitiu o surgimento da ideia da Universidade do Mercosul, e a criação do Eres e do Imea.

O terceiro e último capítulo tem o objetivo de apresentar as condições nacionais para a criação da Unila bem como a criação da universidade. Para isso analisamos: a presença do Ministério da Educação nos assuntos de política externa; a priorização do Mercosul e da América do Sul na política externa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; as políticas para educação superior em seu governo; a implantação da Unila; e as percepções em relação à ampliação da vocação da universidade, de mercosulina para latino-americana.

A tese apoia-se em ampla documentação que inclui as referências ao Setor Educacional do Mercosul e as ações da política externa do Governo brasileiro, em especial durante o Governo de Lula da Silva e a Chancelaria de Celso Amorim.

1 MERCOSUL E A QUESTÃO EDUCACIONAL

*[...] A única forma que eu vejo de revitalizar o MERCOSUL é recuperar esse projeto de radicalização democrática através da **participação da sociedade civil** nos destinos da integração latino-americana. Esse é um tema que não pode limitar-se a acordos comerciais. Nisso, o MERCOSUL Educacional poderia dar uma grande contribuição.*

Moacir Gadotti, 2007¹².

A democratização do Mercosul através da participação e do envolvimento das sociedades dos Estados membros nas decisões e nos projetos do bloco é tida e por vários autores¹³ como fundamental para o fortalecimento do Mercosul e para o aprofundamento do processo de integração ao qual ele faz parte.

Quando criado em 1991 pelo Tratado de Assunção, o Mercosul foi instituído como sendo um projeto de integração com o objetivo econômico de estabelecer em quatro anos um Mercado Comum entre os seus quatro membros originários (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), nos moldes tradicionais da integração econômica desenvolvida na Europa e teorizada por autores como Bela Balassa¹⁴, ou seja, a partir de etapas¹⁵, divididas segundo a intensidade e o aprofundamento do processo de liberalização comercial.

Tendo por base a meta estabelecida pelo Tratado de Assunção de torna-se um Mercado Comum em quatro anos, iniciaram-se no âmbito do Mercosul uma série de negociações com o objetivo de viabilizar a eliminação de tarifas comerciais entre os

¹² GADOTTI, Moacir. *O Mercosul educacional e os desafios do século 21*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. (Série Documental. Textos para Discussão, n.25). p.26.

¹³ Nos livros publicados pelo FoMercosul, vários autores fazem referência à importância da participação social e da democracia para o Mercosul. Cf. SARTI, Ingrid; LESSA, Mônica; PERROTA, Daniela; CARVALHO, Glauber (orgs.). *Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI*. 1ed. Rio de Janeiro: Perse, 2013, v. 1 e 2. SARTI, Ingrid; MARTINS, José Renato Vieira; LESSA, Mônica Leite; CARVALHO, Glauber Cardoso (orgs.). *Os desafios da integração sul-americana: autonomia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2014.

¹⁴ BALASSA, Bela. *Teoria da Integração Econômica*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1964.

¹⁵ Segundo Bela Balassa, e de maneira resumida, as cinco etapas da integração econômica são as seguintes: 1 Zona de Livre Comércio, em que são eliminadas as tarifas comerciais entre os membros, mas são mantidas as tarifas externas individuais em relação a terceiros; 2 União Aduaneira, em que estabelece-se uma área de livre comércio, com a adoção de uma tarifa externa comum; 3 Mercado Comum, em que além da existência de uma tarifa externa comum, os Estados buscam harmonizar as suas políticas públicas, como a comercial e a educacional, com o objetivo de criar condições para a livre circulação de serviços, capitais e pessoas; 4 União monetária, em que à condição de Mercado Comum é acrescida a existência de uma moeda comum e da harmonização da política monetária; 5 Integração Econômica Total, em que são unificadas todas as políticas públicas relacionadas ao progresso econômico, como as sociais, monetárias, fiscais e externa, através do fortalecimento da autoridade supranacional.

membros, estabelecer uma tarifa externa comum e harmonizar as políticas públicas em prol da livre circulação de serviços, capitais e pessoas.

Um bloco regional que vise à formação de um Mercado Comum, em que é prevista a livre circulação de serviços, pessoas e capitais, dependerá da harmonização das estruturas educacionais e de mecanismos de revalidação das titulações básicas, técnicas e universitárias entre os Estados membros, para que a livre circulação de trabalhadores e prestadores de serviço possa se dar de maneira plena. Isso significa que a área educacional em um bloco regional é de extrema relevância tanto para estudantes e professores dos países membros do bloco, quanto para empregadores, organizações de classe e sindicatos.

No caso do Mercosul, o diálogo em torno da questão educacional foi institucionalmente estabelecido ainda em 1991, com a criação da Reunião de Ministros da Educação (RME) do Mercosul, pela Decisão n. 07/1991 do Conselho Mercado Comum (CMC), por entender “que a formação integral dos recursos humanos mediante a elevação dos níveis de educação é fator essencial para fortalecer o processo de integração e alcançar a prosperidade, o progresso e o bem-estar com justiça social dos habitantes da região”¹⁶.

Para que se possa compreender como a integração educacional se desenvolve em um bloco regional, faz-se necessário definir qual integração regional é buscada pelos Estados membros do bloco, ou seja, se é uma integração regional de caráter econômico liberal competitivo, ou uma integração regional de caráter solidário. A partir da análise de Daniela Perrotta¹⁷, é possível afirmar que, quando construída sob às bases de uma economia liberal competitiva, a integração educacional pode gerar possíveis choques de interesses com as classes trabalhadoras nacionais, que vem seu mercado de trabalho ameaçado pela chegada de trabalhadores dos demais países membros do bloco. Já uma integração educacional construída sobre bases solidárias, tenderia a estruturar o processo levando em consideração os problemas ligados ao emprego, à produção e às necessidades objetivas das sociedades que compõe o projeto de integração, antes de pensar em integrar as estruturas educacionais, preparando as sociedades para o novo contexto de livre circulação laboral.

¹⁶ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 07/1991. Dispõe sobre a criação da Reunião de Ministros da Educação. Montevideo, 1991.

¹⁷ PERROTA, Daniela. La integración regional de la educación superior en el MERCOSUR en el marco de la orientación general del bloque y la tensión entre un modelo solidario y otro competitivo: el caso de los programas regionales de acreditación de carreras de grado (del MEXA al ARCU-SUR, 1998-2008). Dissertação (Maestria en Ciencias Sociales con orientación en educación). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Buenos Aires: FLACSO, 2011.

Em relação à integração educacional no Mercosul, Daniela Perrotta destaca que há uma clara tensão entre o modelo liberal competitivo e o modelo solidário. Isso se deve à maneira como o projeto do Mercosul foi estruturado em 1991 com o Tratado de Assunção, a sua institucionalização e desenvolvimento na década de 1990 e as mudanças ocorridas no início do século XXI com a ascensão das lideranças progressistas na região.

Para Janina Onuki, entre 1991 e 1994, o Mercosul viveu sua primeira fase de expansão, tanto comercial quanto institucional, obtendo avanços significativos, ainda que seu objetivo inicial de se tornar um Mercado Comum em quatro anos não tenha sido alcançado¹⁸. No âmbito da integração educacional, as negociações realizadas pela RME nesse período possibilitaram que entre 1994 e 1997 fossem apresentados ao CMC e aprovados pelo órgão superior do bloco diversos protocolos de integração educacional e reconhecimento de titulações, cabendo aos Estados membros o passo seguinte de entronização em seus ordenamentos jurídicos nacionais dessas normas para que elas pudessem entrar em vigor.

Entre 1995 e 2003 o bloco passou por inúmeras instabilidades, provocadas pelo modelo econômico liberal e competitivo adotado pelos países e agravadas pela consequente incapacidade dos mesmos em articular respostas comuns e eficientes às crises econômicas advindas do sistema internacional. Segundo Gerardo Caetano¹⁹, apenas a partir de 2002-2003, com a reaproximação entre Brasil e Argentina, é que foi possível a implantação de um novo modelo de cooperação econômica e política dentro do bloco, muito mais próximo da integração regional desejada pelas duas potências subregionais na década de 1980 e que forneceu a base política para criação do Mercosul.

A compreensão da importância da área educacional do Mercosul para a criação da Unila, em 2010, e para o processo de integração regional sul-americana atual, exige que entendamos os eventos que precederam a criação do Mercosul, bem como a maneira com que o projeto do bloco se estruturou na década de 1990 e os elementos internos e externos à ele que influenciaram na sua dinâmica, procurando traçar um paralelo, sempre que possível, com a questão educacional.

Na primeira parte do capítulo, tratamos da construção do projeto de integração regional desenvolvido por Brasil e Argentina na década de 1980, e da criação e desenvolvimento do Mercosul desde a década de 1990 até o início do século XXI. A segunda

¹⁸ ONUKI, Janina. O Brasil e a construção do MERCOSUL. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006. (vol.1) p.299-320.

¹⁹ CAETANO, Gerardo. Breve historia del MERCOSUR em sus 20 años. Coyunturas e instituciones (1991-2011). In: _____ (org.). *MERCOSUR 20 años*. Montevideo: CEFIR, 2011. p.21-71.

parte do capítulo será dedicada a definir o que entendemos por integração educacional e apresentaremos duas categorias de análise propostas para o estudo da integração educacional no Mercosul, a **integração da educação** e a **integração via educação**.

1.1 A INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA E O MERCOSUL

A assinatura da Declaração do Iguaçu²⁰, na cidade brasileira de Foz do Iguaçu em 1985, faz parte do contexto histórico de superação das rivalidades entre Brasil e Argentina, que possibilitou a criação do Mercosul e, quase dezessete anos depois, a inauguração, na mesma cidade, da primeira universidade vocacionada para a integração latino-americana, a Unila.

A interpretação da aproximação entre Brasil e Argentina na década de 1980, referendada pela assinatura da Declaração do Iguaçu, como seminal para a criação do Mercosul, é compartilhada por autores como Caetano (2011), Onuki (2006), Saraiva e Tedesco (2001), Oliveira (1998) e Lafer (1997), que destacam a importância que a cooperação entre as duas potências sub-regionais teve para a superação das desconfianças e hipóteses de conflito existente entre elas, ligadas aos seus interesses geopolíticos na região da bacia do rio da Prata e ao desenvolvimento de seus projetos de tecnologia nuclear, e conseqüentemente para a criação do Mercosul.

Nesse contexto, Celso Lafer destaca quatro eventos como sendo centrais para a superação das desconfianças entre os dois Estados: a assinatura do Acordo Trilateral entre Brasil, Paraguai e Argentina sobre a utilização da bacia do rio Paraná, de 1979, que solucionou o contencioso criado pela construção das usinas hidrelétricas de Itaipu e Corpus; o apoio brasileiro à reivindicação argentina sobre as ilhas Malvinas; a redemocratização dos dois países e; a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, que deu origem ao Mercosul.²¹

Os dez anos que antecederam o fim da Guerra Fria e a criação do Mercosul foram marcados por profundas transformações nos Estados, tanto no âmbito doméstico quanto nas suas relações regionais e internacionais. O contexto econômico internacional de crise e

²⁰ REPÚBLICA Federativa do Brasil; REPÚBLICA da Argentina. Declaração do Iguaçu. Foz do Iguaçu, 30 de novembro de 1985. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1985/b_74/. Acesso em 21 jan.2015.

²¹ LAFER, Celso. Relações Brasil-Argentina: alcance e significado de uma parceria estratégica. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol.19, n.2, p.249-265, jul./dez.1997.

desaceleração do crescimento econômico exigiu o estabelecimento de novas estratégias políticas e econômicas dos Estados da região para a inserção internacional. A crise da dívida externa, o repúdio a ingerência externa e os processos de redemocratização em curso reaproximaram Brasil e Argentina e permitiram que fossem fundadas as bases que suportam a atual integração regional sul-americana.

A Declaração do Iguazu constitui-se como documento predecessor do Tratado de Assunção que instituiu o Mercosul, ou seja, documento central para a compreensão do projeto argentino-brasileiro de integração regional para a América do Sul. O Mercosul é parte de um processo maior de integração regional sul-americana liderado por Brasil e Argentina e que tem na Declaração do Iguazu, nas palavras de Odete Maria de Oliveira, um marco histórico no processo de integração regional, a partir do qual originaram-se vários outros instrumentos²².

Segundo a Declaração do Iguazu, a integração almejada é aquela que possibilite: a criação de instrumentos regionais que confirmem maior poder de negociação dos países latino-americanos com o mundo; viabilize as suas independências econômicas e financeiras, em relação aos centros do poder econômico global; consolide as democracias emergentes; confira aos países a capacidade autônoma de tomar decisões no sistema internacional; garanta ao Atlântico Sul e aos povos sul-americanos o status de zona de paz e cooperação; e promova o desenvolvimento econômico e social dos Estados.

[Os presidentes do Brasil, José Sarney, e da Argentina, Raúl Ricardo Alfonsín]
[...] Concordaram, igualmente, quanto à urgente necessidade de que a América Latina reforce seu poder de negociação com o resto do mundo, ampliando sua autonomia de decisão e evitando que os países da região continuem vulneráveis aos efeitos de políticas adotadas sem a sua participação. Portanto, resolveram conjugar e coordenar os esforços dos respectivos Governos para a revitalização das políticas de cooperação e **integração entre as Nações latino-americanas**.
[...] Por último, os Presidentes José Sarney e Raúl Ricardo Alfonsín reafirmaram enfaticamente que o processo de democratização que vive o continente deverá conduzir a uma maior aproximação e **integração entre os povos da região**. Afirmaram, igualmente, que, para os latino-americanos, a democracia deve necessariamente significar Paz, Liberdade e Justiça Social; comprometeram-se a não poupar esforços para que convivam neste continente sociedades que privilegiem os princípios de dignidade humana, cooperação, solidariedade, paz e bem-estar. Concluíram assinalando que as relações bilaterais brasileiro-argentinas serão exemplo deste ideário.²³ (grifo nosso).

²² OLIVEIRA, Odete Maria. Integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol.41, n.1, p.5-23, jan./jun. 1998.p.14.

²³ REPÚBLICA Federativa do Brasil; REPÚBLICA da Argentina, Declaração do Iguazu ,1985, *Op.Cit.*

O documento fala em “integração econômica”, “integração física”, “integração entre as Nações latino-americanas”, “integração efetiva que gere benefícios mútuos” e “integração dos povos”. Portanto, a integração regional almejada pelos dois Estados, e expressa na Declaração do Iguazu, é uma integração que tem objetivos políticos, econômicos, infraestruturais e socioculturais, que vê a integração da América Latina como fim último e que percebe as potencialidades da América do Sul enquanto centro irradiador de uma consciência integradora.

A escolha da integração regional como instrumento de inserção internacional de Brasil e Argentina no sistema internacional, conforme é possível observar a partir da Declaração do Iguazu, envolve a construção de laços interdependentes entre os dois Estados e a criação de direitos e deveres comuns, conforme o conceito de integração regional de Karl Deutsch²⁴. Isso significa que um processo de integração não prescinde da criação de instituições regionais, mas de princípios explícitos, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, construídos a partir das expectativas convergentes dos Estados em áreas específicas, ou seja, que se estabeleça para a região um regime interestatal “regional” capaz de conferir eficácia e legitimidade à integração, nos mesmos moldes do que Stephen D. Krasner definiu como sendo um regime internacional:

Os regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores. Como um ponto de partida, os regimes têm sido conceituados como variáveis intervenientes entre os fatores causais básicos, de um lado, e resultados e comportamentos, de outro.²⁵

Para Andrew Hurrell, “boa parte da atividade regionalista envolve negociação e construção de acordos ou regimes interestatais ou intergovernamentais. Essa cooperação pode ser formal ou informal, e níveis elevados de institucionalização não são garantia de eficácia ou importância política”²⁶. Ou seja, a partir de Hurrell, é possível afirmar que a integração regional sul-americana promovida por Brasil e Argentina não se restringe ao Mercosul, nem

²⁴ DEUTSCH, Karl. *Análise das relações internacionais*. Brasília: Ed.UnB, 1978.

²⁵ KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes (1982). *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, vol.20, n.42, p.93-110, jun.2012.p 93.

²⁶ HURRELL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol.17, n.1, p.23-59, jan./jun. 1995.p.28.

ele é o único responsável pela sua eficácia e importância política, mas sim o interesse dos próprios Estados, seus governos e suas sociedades em promover a integração.

A construção histórica da integração regional sul-americana, a partir do marco histórico da Declaração do Iguazu como norteadora da análise do Mercosul e da sua área educacional, aproxima-nos, portanto, dos estudos de regimes internacionais, ao priorizar o contexto e as motivações que levam os Estados a cooperar.

O debate teórico sobre regimes internacionais, apresentado por Krasner (2012), Keohane (1984) e Hasenclever, Mayer e Rittberger (1997), destaca que a existência dos regimes internacionais pressupõe que entre os Estados há aspectos nas suas relações que não são harmoniosas²⁷. Harmonia significa que há uma convergência automática entre os interesses dos Estados, não havendo necessidade de diálogo, de negociação ou de qualquer tipo de concessão por alguma das partes. Nos aspectos da vida internacional em que reinam a harmonia a cooperação é desnecessária. A antítese da harmonia é a discordância, muito mais comum no sistema internacional, que pode gerar conflitos de interesses e inclusive guerras, mas que, na maioria das vezes, promove o diálogo e conseqüentemente a cooperação.

Para que exista cooperação e, portanto, regimes internacionais, são necessários que existam discordâncias entre os Estados, e que dessas discordâncias sejam encontrados, via negociação, denominadores comuns capazes de tornar a cooperação entre os Estados viável. A cooperação é um aspecto da vida internacional dinâmico em constata construção e reconstrução é o processo pelo qual os atores ajustam seus comportamentos às preferências dos outros através de processos de coordenação de políticas.

A partir dessa perspectiva, e tendo por base a cooperação Brasil e Argentina como precursora do Mercosul, podemos afirmar que, para além dos aspectos econômicos que envolvem o projeto do bloco regional, há elementos de ordem política e sociocultural, como a questão de segurança regional e da educação, que também são de extrema relevância para a integração regional sul-americana.

Para o Brasil, especificamente, a integração regional tem um papel fundamental para o avanço dos projetos estratégicos da área de defesa do país, sem que se crie ao mesmo tempo um ambiente de desconfiança e insegurança regional. Esta visão é reiterada por Maria Regina Soares de Lima:

²⁷ Não confundir a ideia de *harmonia* com a concepção de *harmonia de interesses* de E.H. Carr, definida pelo como uma utopia liberal de que o livre comércio e a democracia pudessem gerar um mundo harmônico, e conseqüentemente sem guerras.

Na medida em que o país [Brasil] define novas prioridades estratégicas, capacidades e doutrinas de uso da força, bem como objetivos internacionais ambiciosos mas legitimados pela comunidade política nacional, mais que nunca é necessário reafirmar seus propósitos cooperativos no plano militar e seus compromissos com a integração sul-americana. Creio que um dos maiores ativos diplomáticos neste momento, dado o tamanho do desafio regional para o Brasil, em função da assimetria estrutural na América do Sul, é exatamente a nula securitização das ameaças regionais. Ao contrário de outras potências emergentes na história, o país não tem de estabelecer o equilíbrio geopolítico regional a seu favor, antes de alcançar voos mais ambiciosos. Esse já existe pelo diferencial de território, Produto Interno Bruto (PIB) e população. Sua preservação depende da eliminação de quaisquer vestígio ou propósito de hegemonia ou dominação indireta. Como já afirmei em outras ocasiões, é de interesse próprio do Brasil uma ativa e generosa política cooperativa com nossos vizinhos.²⁸

Essa perspectiva, se coaduna com o conceito de integração regional apresentado por Herz e Hoffmann, em que o processo é definido como sendo de “intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando a criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional”²⁹.

A constituição de um regime interestatal regional contribui para o processo de integração regional na medida em que fornece instrumentos normativos para a formação de uma “governança político-institucional de escopo regional”, conforme o conceito estabelecido por Herz e Hoffmann. Contudo, integração regional é um processo histórico mais amplo e profundo que extrapola o conceito de regimes internacionais ao se configurar como uma cooperação político-institucional, econômica e sociocultural entre Estados e sociedades de uma mesma região que buscam, através da união, atingir determinados objetivos comuns que isoladamente eles não conseguiriam atingir dentro do sistema internacional. Nem todo regime interestatal regional leva à integração regional, mas toda integração regional tem em seu interior um regime interestatal regional, composto por normas, princípios, valores e costumes comuns construídos coletivamente.

Os estudos de regimes internacionais nos auxiliam a compreender tecnicamente como a cooperação entre os Estados se processa e como a partir dela pode surgir uma cultura normativa e conceitual comum. Porém, é o sentido de autonomia, presente na Declaração do Iguaçu, que a torna fundamental para a compreensão da integração regional sul-americana. O documento contém a percepção de que as relações econômicas e de poder não se processam

²⁸ LIMA, Maria Regina Soares de. Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro. In: JOBIM, Nelson; ETCHEGOYEN, Sergio; ALSINA, João Paulo (orgs.). *Segurança Internacional: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.p.416.

²⁹ HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea. Integração Regional. In: _____ *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p.168.

de maneira igualitária no sistema internacional, havendo a necessidade da coordenação das ações entre os Estados periféricos para garantia de seus interesses no plano externo.

A partir das percepções de Hélio Jaguaribe³⁰ sobre autonomia e o sistema internacional, é possível definir a autonomia como sendo a condição daqueles Estados (ou grupo de Estados) que não têm condições de garantir a inexpugnabilidade de seus territórios, mas que dispõem de meios suficientes para impor a um possível agressor, penalidades materiais e morais. Dentro do sistema internacional, os Estados (ou grupo de Estados) autônomos são aqueles que ainda não atingiram o status de supremacia regional, mas que também não podem ser classificados como dependentes, por disporem de ampla capacidade de condução nos seus assuntos internos e de relativa capacidade de atuação independente internacionalmente. Dadas às condições regionais e globais em que estão inseridos os países sul-americanos, a integração regional é a opção para a conquista da autonomia, tanto regional quanto nacional dos Estados.

A integração regional sul-americana iniciada por Brasil e Argentina na década de 1980 é um processo em que os Estados da região buscam ampliar as suas relações para fazer frente, coletivamente, aos constrangimentos e aos desafios inerentes ao sistema internacional e ao capitalismo global. Seu papel estratégico será retomado no início do século XXI, pois, nas palavras do Embaixador Celso Amorim, “[...] embora o objetivo de mais longo prazo fosse integrar a América Latina e o Caribe como um todo, a integração possível e operativa era a da América do Sul”.³¹

À Declaração do Iguaçu seguiram-se diversos outros acordos que visaram a criação de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão relacionados às áreas econômico-comercial e de controle e transparência da pesquisa nuclear entre os dois países. Dentre os atos bilaterais assinados por Brasil e Argentina na década de 1980, podemos destacar: a Ata de Integração Brasil e Argentina, de 1986, que estabeleceu os parâmetros para a integração econômica através do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), e para o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988), em que foi definido o prazo de 10 anos para a remoção dos obstáculos tarifários e não-tarifários entre os dois Estados; e as Declarações de Brasília (1986), Viedma (1987), Iperó (1988) e Ezeiza (1988) que trataram especificamente da questão nuclear.

³⁰ JAGUARIBE, Hélio. *Brasil, mundo e homem na atualidade*. Brasília: FUNAG, 2008.

³¹ AMORIM, Celso. A integração sul-americana. *Diplomacia, Estratégia & Política*, Brasília, DF, n. 10, p. 20, out./dez. 2009.p.20.

A aproximação dos dois países permitiu a criação do Mercosul e a ratificação por ambos do Tratado de Tlatelolco³² na década de 1990, elevando a América do Sul e o Atlântico Sul ao status de zonas livres de armamento nuclear. Para além dos aspectos comerciais que dominaram os debates em relação à integração regional sul-americana liderada por Brasil e Argentina na década de 1990, são as questões de ordem política e socioculturais, tais como aquelas relacionadas à segurança regional que tornaram e ainda tornam o processo relevante. Pretendemos demonstrar que a educação também tem um papel de destaque no processo, tornando-se elemento chave para a ampliação da integração regional sul-americana neste início do século XXI.

1.1.1 Novo contexto, velhas estratégias

Há dois fatores que contribuíram para que o projeto de integração econômica entre Brasil e Argentina, iniciado com o PICE e com o “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento” de 1988 fosse acelerado e institucionalizado com o Mercosul. O primeiro está relacionado às consequências do final da Guerra Fria e da ascensão da globalização do capital para as estratégias de inserção internacional dos Estados sul-americanos no sistema internacional. A expectativa, com a institucionalização do projeto de integração, era de que assim os Estados teriam melhores condições de enfrentar, coletivamente, os desafios da liberalização econômica internacional. Conseqüentemente, o segundo fator refere-se à necessidade de criar condições para que outros atores fossem inseridos no processo.

Com o fim da Guerra Fria, um novo contexto político e econômico se instaurou no sistema internacional, com a ascensão de concepções neoliberais de desregulamentação econômica, abertura de mercados e de adesão aos regimes internacionais de segurança e comércio. O processo de integração regional iniciado por Brasil e Argentina na década anterior adquiriu um forte caráter comercial e institucional com a assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, que deu origem ao Mercosul e ao qual foram incorporados dois novos atores, Uruguai e Paraguai³³.

³² Refere-se ao Tratado para Proibição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe assinados entre os países da região na cidade de Tlatelolco, México, em 1967. Brasil e Argentina ratificaram o tratado em 1994, tornando a região livre de armas nucleares, o que lhe conferiu também o status de zona de paz.

³³ O Mercosul tem como membros associados o Chile, Peru (Decisão nº 39/03), Equador (Decisão nº 43/04), Colômbia (Decisão nº 44/04), Guiana (Decisão nº 12/13) e Suriname (Decisão nº 13/13). O Bloco também conta atualmente com a Venezuela e a Bolívia (ainda em processo de ratificação) como membros permanentes.

O sentido dado nesta tese à expressão globalização é o mesmo apresentado por José Luís Fiori como sendo “uma versão atualizada da ideologia econômica liberal”³⁴. Isso significa dizer que a globalização pós-1990 vem nomear o movimento expansionista do capital em escala global, que é avesso a qualquer tipo de regulamentação estabelecida pelos Estados e por isso defensor da eliminação das barreiras que impedem a sua reprodução e sua acumulação.

Este movimento vem amparado pela força de grandes potências do sistema internacional, como os Estados Unidos, onde repousam os grandes capitais, especialmente os especulativos. Estas grandes potências, que hoje apregoam a abertura de mercados (de produtos, serviços e capitais) como a única solução para a retomada do crescimento mundial, no passado se utilizaram das mesmas medidas ditas protecionistas para construir as suas posições políticas e econômicas em relação aos demais Estados no sistema, o que denota o caráter ideológico e de manutenção do poder do atual discurso da economia liberal, também denominada de neoliberal.³⁵

Ao movimento macro de expansão do capital se une a percepção apontada por Eiti Sato³⁶ de que as mudanças nas relações de trabalho, de produção e de fluxos financeiros e monetários são parte da ordem econômica da globalização e contribuíram para o surgimento, fortalecimento e/ou ampliação dos diferentes regimes regionais e internacionais de comércio entre as décadas de 1980 e 1990, ao qual se une o Mercosul.

Gerardo Caetano atribui a mudança de rumo no processo de integração econômica, com a criação de um Mercosul “fenício”, ao acompanhamento direto de Brasil e Argentina à essa nova onda ideológica neoliberal do início dos anos de 1990. Por Mercosul “fenício”, o autor define o modelo de integração econômica no qual baseou-se o Tratado de Assunção, profundamente orientado ao comércio, à eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias e a uma forte institucionalidade intergovernamental³⁷.

Como fundamento desse projeto de integração econômica de caráter comercial, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), órgão das Nações Unidas que

³⁴ FIORI, José Luís. Globalização, ideologia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p.87.

³⁵ CHANG, Ha Joo. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.

³⁶ SATO, Eiti. *Economia e política das relações internacionais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

³⁷ CAETANO, Gerardo. Breve historia del MERCOSUR em sus 20 años. Coyunturas e instituciones (1991-2011). 2011. *Op. Cit.*, p.31.

durante as décadas de 1960 e 1970 exerceu grande influência nas economias da região e no processo de integração latino-americana, sustentou a ideia de que os países deveriam promover um regionalismo aberto, em que os projetos de integração econômica da região conciliassem os acordos comerciais e a formação de blocos econômicos ao contexto internacional de abertura de mercados e liberalização das economias. Ao coadunar duas tendências antagônicas, como a regionalização e a liberalização, o regionalismo aberto constituía-se como uma etapa dentro do projeto neoliberal de eliminação das barreiras nacionais e internacionais ao comércio internacional³⁸.

A análise de Carlos Aguiar Medeiros sobre os dilemas da integração sul-americana nos auxilia na compreensão do comportamento danoso do regionalismo aberto a partir das condições estruturais das economias dos países da região. A regionalização nestes moldes seria benéfica caso os países sul-americanos tivessem graus de desenvolvimento e estruturas produtivas próximas. Na ausência dessas condições ideais, para que o regionalismo aberto fosse benéfico a todos, seriam necessários mecanismos compensatórios que viabilizassem a transferência de tecnologia das nações mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas³⁹.

A ênfase na abertura comercial e na conexão direta com a economia mundial inviabilizou, segundo Caetano, que o desenvolvimento compartilhado e protegido da década de 1980 fosse o enfoque da integração econômica na década de 1990. Este Mercosul “fenício”, no entanto, não impossibilitou que em seu interior se desenvolvessem debates em torno da integração de outras áreas além da comercial, ainda que com um viés liberal. Esse é o caso da integração educacional promovida pelo bloco na década de 1990, conforme será exposto no capítulo 2.

A partir das análises históricas do Mercosul realizadas por Onuki (2006) e Caetano (2011), é possível destacar três fases em seu desenvolvimento: a primeira, entre 1991 a 1994, marcada pela implantação do modelo liberal de integração e da sua institucionalização; a segunda, de 1995 a 2002, de instabilidade e dificuldades em avançar com o processo e em enfrentar coletivamente as crises econômicas internacionais que ocorreram no período; e a terceira, a partir de 2003, com a eleição dos governos progressistas de Néstor Kirchner na Argentina e Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e as ações de ambos para retomar o projeto estratégico da integração.

³⁸ CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.27, n.1, maio 2006, pp.135-152.

³⁹ MEDEIROS, Carlos Aguiar. Os dilemas da integração sul-americana. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, p. 221, 2008.

1.1.2 Mercosul: criação e consolidação

A primeira fase do Mercosul foi marcada pela definição dos caminhos que a integração econômica iria tomar a partir do novo contexto internacional de globalização do capital e pela tentativa frustrada de constituir um Mercado Comum até 1994. A escolha pela intergovernabilidade dos órgãos do bloco foi acompanhada pela definição de que os acordos integracionistas teriam alcance de atos legais incompletos, dependendo, portanto, da aprovação dos legislativos nacionais, o que gerou uma condição de lentidão às ações do bloco.

Dentre os avanços institucionais alcançado neste período, destacam-se: a instituição das Reuniões Ministeriais em áreas estratégicas para o bloco e a criação de conselhos e órgãos subsidiários; a assinatura e entrada em vigência do Protocolo de Brasília para soluções de controvérsias; a aprovação do Protocolo de Colônia para promoção e proteção recíproca de investimentos; e a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 1994, que estabeleceu a estrutura institucional e a personalidade jurídica internacional do bloco, bem como a intergovernabilidade e o consenso como instrumentos de ação.

A consolidação da estrutura institucional do bloco foi acompanhada pela ampliação das relações comerciais entre os membros do Mercosul, o que proporcionou satisfação entre os empresários e um clima de confiança em relação ao processo de integração econômica. Referente à questão comercial, Janina Onuki destaca que:

Os resultados do fluxo comercial na primeira metade da década de 1990 foram animadores e deram incentivos para a continuidade da integração. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDC), em 1997, a corrente de comércio (exportação mais importação) entre Brasil e os parceiros do Mercosul sofreu um aumento de mais de 300 %, desde a assinatura do Tratado de Assunção. Esses números tiveram uma queda em 1999, a qual também contribuiu para as dificuldades do bloco.⁴⁰

A conjuntura positiva permitiu, segundo Onuki, que Brasil e Argentina tornassem o Mercosul prioridade em suas agendas de política externa, especialmente a partir de 1994, quando o presidente norte-americano Bill Clinton lançou o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Pensada para ser uma área de livre comércio com 34 países da América (excluindo somente Cuba), a proposta da Alca lançada em 1994 tinha como meta a implantação da livre circulação de bens não agrícolas, serviços e investimentos em 10 anos. Isso significava que os

⁴⁰ ONUKI, Janina. O Brasil e a construção do Mercosul. 2006. *Op.Cit.*, p.307-308.

projetos mais lentos de abertura comercial de alguns países, como os sul-americanos, precisariam ser acelerados, que as legislações trabalhistas e ambientais deveriam ser harmonizadas e que os projetos sub-regionais de integração, como o Mercosul, deixariam de ser prioridade em face da integração hemisférica⁴¹.

1.1.3 Mercosul: instabilidade e crises

Durante a segunda fase do Mercosul, de 1995 a 2002, os Estados da região tiveram dois grandes desafios: dar sequência à ampliação do projeto de integração econômica dentro do modelo intergovernamental estabelecido pelo Protocolo de Ouro Preto; e estabelecer parâmetros coletivos em relação às negociações com os Estados Unidos sobre a Alca. A esses dois desafios somam-se as crises econômicas internas e externas que no final da década atingiram os Estados e provocaram o enfraquecimento das trocas comerciais no bloco.

Para Gerardo Caetano, o primeiro sinal de instabilidade no Mercosul surgiu em 1995, quando o governo brasileiro não aceitou a sugestão argentina de elevar a Tarifa Externa Comum (TEC), implantada em janeiro do mesmo ano. A atitude brasileira levou a uma posição defensiva do governo argentino e à consequente aprovação, por parte do Grupo Mercado Comum (GMC), da revisão da lista de exceções, flexibilizada para até 100 itens, o que desencadeou vários processos de revisão e flexibilização comercial, prejudicando o fluxo comercial dentro do bloco.

Em 1997, o Governo brasileiro de Fernando Henrique Cardoso (FHC) emitiu a Medida Provisória 1569, que previa a aplicação de restrições para o financiamento das importações para o Brasil, com o objetivo de reequilibrar o balanço comercial do país, o que, segundo o Caetano, aprofundou ainda mais as diferenças entre Brasil e Argentina, provocando um clima de desconfiança entre todos os parceiros do bloco.

Para reestabelecer a confiança mútua e reafirmar o ambiente regional estável para os investimentos estrangeiros, em 1998 os Estados assinaram dois documentos: o primeiro denominado “Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile”, em que foram reafirmados os princípios e objetivos do Tratado de Assunção e firmou-se a defesa das democracias e das instituições democráticas na região; e o segundo,

⁴¹ MARIANO, Marcelo Passini; VIGEVANI, Tullo. A ALCA e a política externa brasileira. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 323.

denominado “Declaração Sociolaboral do Mercosul”, em que os Estados destacam o compromisso com as condições dignas de trabalho. Contudo, como aponta Caetano:

*Ni la firma del Protocolo de Ushuaia sobre Compromiso Democrático en el MERCOSUR, la República de Bolivia y la República de Chile en la 14ª Reunión del CMC del 24 de julio de 1998, que le otorgó fuerza de ley a la cláusula democrática aplicable a los países miembros (con la consiguiente separación automática del país signatario en el que se violentara la continuidad constitucional), ni la aprobación de la Declaración Socio Laboral del MERCOSUR, que ratificaba (en términos declarativos) el compromiso de los Estados Parte en el cumplimiento de derechos básicos y universales en materia laboral, pudieron echar demasiada luz a un proceso integracionista que había entrado en una etapa signada por el empantanamiento general del proceso, así como por las rispideces acrecidas entre sus socios.*⁴²

O auge da crise no Mercosul, no entanto, aconteceu entre os anos de 1999 e 2000, quando o governo brasileiro, de maneira unilateral, decidiu pelo fim do câmbio fixo praticado até então entre o Real brasileiro e o dólar americano. Nas palavras de Onuki “[...] a crise do Real ameaçou romper com a lógica econômica estruturadora do Mercosul e, portanto, com a própria integridade do bloco”⁴³. Do ponto de vista comercial, durante o Governo de FHC o Brasil tornou-se o maior beneficiado pela integração econômica promovida pelo bloco, em que a gradual abertura econômica favoreceu a indústria nacional brasileira em detrimento do baixo desempenho industrial das economias dos demais parceiros do Mercosul. Por outro lado, tanto por parte do Brasil quanto dos demais países, o predomínio do modelo de exportação de produtos primários para o mercado mundial dificultou, e ainda dificulta, a implantação de uma estrutura produtiva complementar entre os Estados via integração. A adoção da política macroeconômica de desvalorização cambial do Brasil, sem consulta prévia aos demais parceiros do bloco, gerou danos econômicos em todos os países, dado o contexto superavitário brasileiro, prejudicando o projeto integracionista como um todo.

No final do século XX, enquanto a dimensão comercial do bloco se deteriorava devido aos problemas econômicos pelos quais passavam os países da região, as dimensões política, sociocultural e educacional tornavam-se gradualmente mais relevantes.

⁴² CAETANO, Gerardo. Breve historia del MERCOSUR em sus 20 años. Coyunturas e instituciones (1991-2011). 2011. *Op.Cit.*, p.37-38.

⁴³ ONUKI, Janina. O Brasil e a construção do Mercosul. 2006. *Op.Cit.*, p.311.

Durante as reuniões ministeriais⁴⁴ realizadas entre a Primeira Cúpula das Américas de 1994 e a Terceira Cúpula das Américas de 2001, os EUA procuraram estabelecer diálogos bilaterais com os demais Estados, uma estratégia que acabou desarticulada pela pressão da diplomacia brasileira que defendia o diálogo a partir dos blocos regionais, a fim de fortalecê-los. Ao propor que os diálogos se dessem dentro do sistema 4+1⁴⁵, os países do Mercosul procuraram ampliar a agenda de temas abordados pelos EUA para a Alca, incluindo questões como as barreiras a determinados produtos e o protecionismo agrícola estadunidense, além de tentar excluir outros temas mais delicados para os países latino-americanos, como as questões trabalhistas e ambientais.

No ano 2000, o então presidente brasileiro FHC convidou todos os líderes dos países vizinhos para a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, em Brasília. O objetivo da reunião era definir quais os rumos das relações sub-regionais para o novo milênio, especialmente em relação à Alca.

Naquele momento, o Mercosul passava por sérias instabilidades devido à desvalorização unilateral do real em 1999, o que prejudicou a já frágil economia argentina. Apesar das dificuldades em coordenar uma posição conjunta sub-regional nas negociações com os EUA, a reunião possibilitou o lançamento da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa), que teria a função de reunir projetos das áreas energéticas, de transporte e telecomunicações a serem desenvolvidos coletivamente. O intuito era que a Iirsa viabilizasse em 10 anos a interligação da América do Sul, melhorando as condições exportadoras da região através da construção de corredores de exportação⁴⁶.

A Segunda Reunião de Presidentes da América do Sul realizada em Guayaquil, Equador, em julho de 2002, teve como objetivo reafirmar a integração infraestrutural sul-americana dentro do marco do regionalismo aberto, e consolidar os mecanismos de financiamento para os projetos da Iirsa, através de iniciativas públicas e privadas e do apoio

⁴⁴ Reuniões Ministeriais: Denver (EUA), 1996; Cartagena (Colômbia), 1996; Belo Horizonte (Brasil), 1997; São José (Costa Rica), 1998; Toronto (Canadá), 1999; e Buenos Aires (Argentina), 2001. Após a Terceira Cúpula das Américas ainda aconteceram mais duas Reuniões Ministeriais: Quito (Equador), 2002; e Miami (EUA), 2003.

⁴⁵ Dentro do marco de uma política comercial comum, em 1991, os países do MERCOSUL assinaram um acordo com os EUA, denominado “Acordo do Jardim das Rosas” ou “4+1”, que determina que as negociações comerciais com a grande potência devem acontecer em bloco, e não bilateralmente.

⁴⁶ PADULA, Raphael. As visões dominantes sobre a integração regional: o Regionalismo Aberto e a Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). In: COSTA, Darc. (org.). *América do Sul: Integração e Infraestrutura*. América do Sul: Integração e Infraestrutura. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011. (vol.1). p. 143-208.

das agências regionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a CAF e o Fundo de Financiamento para a Bacia do Prata (Fonplata).

No início do século XXI, à inquietação das sociedades sul-americanas com relação à Alca se somava o descontentamento com as medidas neoliberais implantadas nos países da região ao longo das décadas de 1980 e 1990, que não proporcionaram o crescimento econômico esperado e acabaram por ampliar as desigualdades sociais. É nesse contexto que no âmbito do Mercosul foi assinada a “Carta de Buenos Aires sobre o Compromisso Social no Mercosul, Bolívia e Chile”⁴⁷, no dia 30 de junho de 2000, em que os governos do bloco reforçaram a importância da dimensão sociocultural do Mercosul ao afirmar que o desenvolvimento econômico e a plena integração regional somente poderiam ser alcançados com justiça e equidade social.

Os anos de 2001 e 2002 foram marcados por profundas crises econômicas na Argentina e no Uruguai e pela insatisfação social generalizada nos países da região. Em 2002, o argentino Eduardo Duhalde, ao assumir a presidência, definiu como prioridades o fim do regime de conversibilidade peso-dólar e a retomada das relações bilaterais com o Brasil, o que, conseqüentemente, favoreceu o Mercosul.

A partir de 2002 também ficou mais evidente o novo contexto político instaurado na América do Sul e inaugurado pela eleição de Hugo Chávez, em 1999. Insatisfeitos com os rumos neoliberais dos governos tradicionais, os povos de Brasil, Argentina e Chile elegeram governos de esquerda que gradualmente abandonaram o regionalismo aberto, que projetava a integração econômica como parte do processo de liberalização completa das economias, em prol de uma integração solidária. O discurso de posse do presidente Lula da Silva aponta para o caminho que seguiria a sua política externa brasileira em relação ao Mercosul e a América do Sul a partir de 2003:

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. [...] Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para

⁴⁷ A Carta de Buenos Aires está disponível entre os documentos adjuntos da Ata 01/2000 da XVIII Reunião do Conselho Mercado Comum do Mercosul, realizada em Buenos Aires em junho de 2000. Dentre as ações promovidas a partir da Carta está a criação da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul instituída pela Decisão n. 61/2000 do CMC..

encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país.

Discurso do Presidente Lula na Sessão de Posse, no Congresso Nacional. Brasília, 1º de janeiro de 2003⁴⁸

1.1.4 Mercosul e a retomada do projeto estratégico da Declaração do Iguazu

A mudança significativa nos rumos do Mercosul aconteceu, portanto, a partir de 2003, com as eleições de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência no Brasil e Néstor Kirchner na Argentina. Leonardo Granato destaca que ambos os presidentes procuraram reafirmar, desde o início de seus mandatos, a importância estratégica do Mercosul para o desenvolvimento econômico e social de seus países e para a inserção dos mesmos no sistema internacional, reformulando assim as dimensões do Mercosul⁴⁹.

A dimensão comercial, foco central da integração promovida pelo Mercosul na década de 1990 foi revista e a ela foi acrescida a importância das dimensões políticas e socioculturais do bloco, retomando em grande medida, os projetos de integração regional expressos na Declaração do Iguazu.

A partir de 2003, procurou-se gradativamente superar a Alca, entendida como um projeto dos EUA para fortalecer o seu poder no continente em um período de mudanças e instabilidades no sistema internacional, bem como garantir a prevalência de seus interesses econômicos e sua capacidade de ação no âmbito regional. Os novos governos de esquerda percebiam a Alca como um projeto que não era simétrico, igualitário e cooperativo de integração entre os Estados, mas sim de poder da grande potência, conforme é possível perceber no Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) das eleições de 2002:

Essa política em relação aos países vizinhos [de integração] é fundamental para fazer frente ao tema da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O governo brasileiro não poderá assinar o acordo da ALCA se persistirem as medidas protecionistas extra-alfandegárias, impostas há muitos anos pelos Estados Unidos. Essas medidas foram agravadas recentemente pelas condições definidas no Senado norte-americano para a assinatura do tratado e pela proteção à agricultura dos Estados Unidos. A política de livre comércio, inviabilizada pelo governo norte-americano com todas essas decisões, é sempre problemática quando envolve países que têm Produto Interno Bruto (PIB) muito diferentes e desníveis imensos de

⁴⁸ REPÚBLICA Federativa do Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. Repertório de política externa: posições do Brasil. Brasília: FUNAG, 2007. p. 39.

⁴⁹ GRANATO, Leonardo. A integração na América do Sul em discussão nos governos do Brasil e da Argentina (2003-2010). Tese (Doutorado em Economia Política Internacional). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

produtividade industrial, como ocorre hoje nas relações dos Estados Unidos com os demais países da América Latina, inclusive o Brasil. A persistirem essas condições a ALCA não será um acordo de livre comércio, mas um processo de anexação econômica do Continente, com gravíssimas conseqüências para a estrutura produtiva de nossos países, especialmente para o Brasil, que tem uma economia mais complexa. Processos de integração regional exigem mecanismos de compensação que permitam às economias menos estruturadas poder tirar proveito do livre comércio, e não sucumbir com sua adoção. As negociações da ALCA não serão conduzidas em um clima de debate ideológico, mas levarão em conta essencialmente o interesse nacional do Brasil. Nosso governo se esforçará para construir um relacionamento sadio e equilibrado com os Estados Unidos, país com o qual mantemos importante relação comercial. Além disso, o Brasil deverá propor aos países do Continente relações fundadas no equilíbrio, na cooperação e em mecanismos compensatórios que favoreçam um desenvolvimento harmônico.⁵⁰

Segundo Sarti⁵¹, com o Governo de Lula da Silva, a integração regional retomou o seu papel estratégico de coordenação política entre os países e de instrumento para inserção internacional dos Estados e da região no sistema internacional, aumentando assim as suas capacidades de negociação e as suas condições de desenvolvimento com crescimento econômico, justiça social e dignidade cidadã.

Com relação ao Mercosul, o Governo de Lula da Silva procurou retomar e ampliar o projeto político do bloco regional, percebendo-o como uma área de convergência de políticas industriais, agrícolas, sociais, educacionais e técnico-científicas dos países membros, e não apenas como uma união aduaneira. É possível perceber que desde o primeiro ano de Governo, a postura do Presidente Lula da Silva em relação ao Mercosul foi de ampliação das relações não apenas econômicas, mas também políticas, educacionais e socioculturais entre os membros. Destacamos a importância por ele dada à questão educacional como fundamental para o processo de integração:

Temos que fazer um MERCOSUL democrático, participativo. É esse MERCOSUL que nossas populações querem. É esse MERCOSUL que defendemos em nossas campanhas eleitorais. Daremos importância à construção de instituições comuns, de políticas sociais articuladas, de parcerias **na área educacional e cultural** dentro do bloco, para que possa florescer uma verdadeira identidade dos cidadãos de nossos países com o MERCOSUL. [...] O MERCOSUL está no centro da estratégia brasileira de inserção no mundo.

Discurso do Presidente Lula na XXIV Cúpula do MERCOSUL. Assunção, 18 de junho de 2003.

⁵⁰ PARTIDO dos Trabalhadores (PT). *Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente: um Brasil para todos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2015. p. 7.

⁵¹ SARTI, Ingrid. *A arquitetura política e os desafios da institucionalidade da integração Sul-americana*. 2011. *Op.Cit.*

Sempre apostamos no MERCOSUL. Entendemos que seu êxito implica a realização plena de sua vocação de união aduaneira. Mas o MERCOSUL deve constituir-se em espaço de articulação de políticas industriais, agrícolas, de ciência e tecnologia, que assuma também uma dimensão social, e que garanta a livre circulação de pessoas. Devemos propiciar uma **profunda integração de nossas universidades e instituições científicas e estimular contatos culturais entre nossos povos**. Devemos perseguir a articulação de nossos sistemas produtivos.

Discurso do Presidente Lula na sessão do Parlamento da Argentina em homenagem ao Brasil. Buenos Aires, 16 de outubro de 2003⁵²

No campo econômico, em abril de 2004 foi concluído o acordo entre Mercosul e Comunidade Andina (CAN) para a formação de uma área de livre comércio entre os blocos, incluindo Colômbia, Equador e Venezuela. O Governo Lula da Silva também tratou de maneira positiva as reivindicações do Paraguai, em relação ao aumento da taxa da energia fornecida pelo país através da Itaipu Binacional, e da Bolívia, com relação ao gás natural. Como esclarece Williams Gonçalves, o entendimento da diplomacia brasileira em relação às duas questões foi de que o bom relacionamento com os vizinhos e a integração regional eram mais benéficos para o Brasil e para a América do Sul do que os conflitos de interesses em relação a parcerias econômicas na área de energia⁵³.

Apesar das dificuldades em se fazerem avançar os projetos comerciais do Mercosul, devido à adoção de políticas econômicas não coordenadas entre os Estados e às crises econômicas pelas quais eles passaram no final do século XX e início do século XXI, e que afetaram diretamente o bloco, o ambiente político regional de ascensão das lideranças de esquerda na América do Sul permitiu que projetos políticos, socioculturais e educacionais fossem retomados e amplamente desenvolvidos no Mercosul. Diferente do Mercosul “Fenício”, esse novo Mercosul apresenta-se, nas palavras do Embaixador Ruy Pereira, como um Mercosul “Multifuncional”⁵⁴, disposto a avançar em áreas antes negligenciadas ou paralisadas pela abordagem liberal.

A área social do Mercosul, que havia sido reforçada pela “Carta de Buenos Aires” e pela criação da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul, foi ampliada e institucionalizada, com a criação do Instituto Mercosul Social (IMS) em 2007,

⁵² REPÚBLICA Federativa do Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. Repertório de política externa: posições do Brasil. Brasília: FUNAG, 2007. p. 39.

⁵³ GONÇALVES, Williams da Silva. Panorama da política externa brasileira no Governo Lula da Silva. In: FREIXO, Adriano de et al. *Política Externa Brasileira na era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 16.

⁵⁴ PEREIRA, Ruy. O valor do Mercosul. *Política Externa*, São Paulo, vol.22, n.3, São Paulo, p.21-29, jan/fev/mar, 2014

através da Decisão n.03/2007 do CMC⁵⁵. As mudanças dentro do Setor Educacional do Mercosul analisadas no próximo capítulo, são outro exemplo da ampliação do interesse por assuntos políticos, socioculturais e educacionais dentro do bloco, bem como a adesão da Venezuela como membro permanente em 2006⁵⁶. A ampliação do Mercosul nesse período também contou com a adesão de Peru (Decisão n.39/2003 do CMC), Colômbia (Decisão 44/2004 do CMC) e Equador (Decisão 43/2004 do CMC) como membros associados.

Retornando à tese de Gadotti (2007) de que o Mercosul Educacional tem um importante papel a cumprir na promoção da democratização do Mercosul e da efetiva participação da sociedade civil dos Estados da região nos destinos da integração latino-americana, cabe destacar qual integração educacional nos referimos e como ela se caracteriza.

1.2 CONCEPÇÕES SOBRE INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL

Os principais estudos sobre o Mercosul Educacional ou sobre a integração da área educacional no bloco foram realizados por pesquisadores da área da Educação. Dentre os estudos mais relevantes, destacam-se aqueles realizados por Marília Morosini (1994; 2006), Pedro Krotsch (1997), Moacir Gadotti (2007) e Mario Luiz Neves de Azevedo (2008; 2009), que tratam a questão da integração educacional a partir de outros termos, tais como internacionalização da educação e regionalização da educação. A pesquisa de Daniela Perrotta (2011; 2013) procurou estabelecer um diálogo entre as leituras de Educação e Relações Internacionais em suas análises dos programas de acreditação de carreiras de graduação, fornecendo instrumental teórico importante para esta tese.

Já os estudos do Mercosul Educacional a partir de leituras teóricas de Relações Internacionais, destacam-se aqueles realizados por: Gaston Fulquet (2007), que aproxima a questão da integração educacional dos estudos de Regimes Internacionais; Gregory Louis

⁵⁵ Em 2006 o CMC solicitou em sua Decisão n.19/2006 que a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul elaborasse um estudo para a criação do Instituto Social do Mercosul, documento este que deu origem a instituição em 2007.

⁵⁶ No dia 4 de julho de 2006, o presidente venezuelano Hugo Chaves assinou o Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL, em que o país assume as obrigações expressas no Tratado de Assunção e dos Protocolos de Ouro Preto e Olivos, tendo quatro anos para adotar a TEC e as demais normas relativas ao Bloco. A entrada da Venezuela ainda esteve condicionada à aprovação dos parlamentos nacionais dos Estados-membros, que aconteceu apenas em 2012, após a suspensão temporária do Paraguai, único país que não havia ratificado o protocolo.

Beshara (2008) que analisa o Mercosul Educacional a partir da política externa brasileira; e José Maria de Souza Júnior (2011) que faz uma análise da estrutura institucional do SEM.

A educação superior é o foco central da maioria das análises, enquanto que os principais estudos relacionados ao ensino fundamental, médio, não técnico e técnico tratam de temas específicos, tais como o ensino dos idiomas oficiais do bloco, ou os debates sobre os programas das disciplinas de História e Geografia.

A internacionalização da educação superior de que os autores tratam, e da qual fazem parte a cooperação universitária e a mobilidade acadêmica, é um movimento inerente a Universidade, que tem como parte da sua cultura a circulação de professores, pesquisadores, estudantes e saberes para a construção do conhecimento, seu objetivo último. A intensificação da internacionalização da educação, apoiada pela sua regulamentação, se processou a partir da segunda metade do século XX quando os Estados e as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a estabelecer políticas públicas próprias para a área. Por internacionalização da educação superior, Marília Morosini define como sendo:

[...] qualquer esforço sistemático que tenha como objetivo tornar a educação superior mais respondente às exigências e desafios relacionados à globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho. É a análise da educação superior na perspectiva internacional. A internacionalização da educação superior é baseada em relações entre nações e suas instituições.⁵⁷

O Estado, em particular, exerce um papel fundamental na internacionalização da educação superior, ao ser o responsável por estabelecer acordos bilaterais de reconhecimento de créditos cursados no exterior, por definir os parâmetros de reconhecimento de cursos e títulos obtidos em outros países e por promover políticas públicas educacionais de concessão de bolsas de estudos e auxílios para que estudantes, professores e pesquisadores participem de eventos ou realizem estudos fora do país. O desafio do Mercosul Educacional em relação a internacionalização da educação superior é promover o diálogo e a cooperação regional para que se ampliem as cooperação universitária e a mobilidade acadêmica entre os Estados.

O Mercosul Educacional insere-se nesse debate sobre internacionalização da educação superior, como sendo um processo de regionalização do movimento, em que são criadas regras e estímulos regionais para que a internacionalização se processe dentro de um espaço regional específico.

⁵⁷ MOROSINI, Marília. Internacionalização da educação superior: um modelo em construção? In: RISTOFF, Divo; SEVEGNANI, Palmira (org). *Modelos Institucionais de Educação Superior*. Brasília: Inep, 2006. p.96.

A internacionalização e a regionalização são movimentos que, até certo ponto, se contrapõem a outro movimento denominado de transnacionalização ou mundialização do ensino superior. A multinacionalização do ensino superior, assim definida por Altbach (2005) e Morosini (2006), consiste na expansão da lógica liberal competitiva de mercado para a área educacional, em que as IES dos países desenvolvidos comportam-se como empresas multinacionais em busca dos mercados consumidores dos países em desenvolvimento.⁵⁸ A este movimento soma-se a inclusão, em 1999, da educação como um dos serviços a serem liberalizados pelo Acordo Geral Sobre Comércio de Serviços (AGCS/GATS). Há toda uma literatura especializada que indica as consequências da inclusão da área educacional como um serviço comercial a ser regido pelas regras da OMC, a começar pela percepção da educação como uma mercadoria, e não como um bem público. Outra questão apontada pelos críticos da liberalização da área educacional é a diminuição da capacidade do Estado de regulamentar e financiar a área educacional.⁵⁹

Cabe destacar que, mesmo no período em que o regionalismo aberto foi instrumentalizado no Mercosul, não houve qualquer negociações no âmbito do Mercosul Educacional que visasse a abertura da área da educação como um serviço a ser liberalizado. A cooperação na área educacional promovida pelos Estados da região traz elementos do conceito de internacionalização/ regionalização da educação, como a cooperação universitária e a mobilidade acadêmica, e vai além, com as negociações que visam a harmonização das estruturas educacionais dos Estados membros, mas não chegam a abordar o tema da educação como uma área de serviços a ser liberalizada. O uso do termo integração educacional tem o objetivo de unir as tendências relacionadas à internacionalização/regionalização da educação com os objetivos de harmonização do bloco e de integração dos povos através da educação.

Nos processos de integração, em geral, a área educacional é aquela responsável tanto por fomentar a cooperação universitária e a mobilidade acadêmica, quanto pela harmonização das estruturas educacionais através da criação de mecanismos que possibilitem a revalidação das titulações básicas, técnicas e universitárias entre os Estados. A área educacional de um bloco regional também pode exercer a função de fomentadora do conhecimento e reconhecimento mútuo entre os cidadãos dos Estados membros, diminuindo possíveis preconceções existentes, através da criação de instrumentos que visem à promoção do

⁵⁸ ALTBACH, Philip G. Globalization and the University: myths and realities in an unequal world. *The NEA Almanac of Higher Education*, p.63-75, 2005

⁵⁹ GARCIA-GADILLA, Carmen (org). *El difícil equilibrio: la educación superior entre bien público y comercio de servicios: implicaciones de AGCS (GATS)*. 3.ed. Caracas: UCV, 2004.

desenvolvimento regional e à construção de uma identidade coletiva de caráter integracionista. O grau de complexidade da área educacional em um bloco regional, bem como a sua institucionalização, dependerá dos caminhos e do tipo de integração regional aos quais seus membros se propõem.

Nos processos de integração em que os Estados se unem com o objetivo de eliminar apenas as barreiras econômicas, para ampliar o acesso a mercados consumidores e tornar mais lucrativa a exploração do trabalho, a educação assume uma posição secundária e com foco em intercâmbios acadêmicos. Esse é o caso da *University Mobility in Asia and Pacific* (UMAP), criada em 1992 para estimular o intercâmbio acadêmico entre os países membros da *Asia-Pacific Economic Cooperation* e do *Institute of International Education* (IIE), uma agência privada que existe desde 1919 nos Estados Unidos e que tem promovido intercâmbios entre as universidades dos países do NAFTA⁶⁰.

Conforme o processo de integração se torna mais complexo e profundo, a área educacional vai adquirindo maior relevância. No processo de integração europeia, por exemplo, que segue o modelo de integração econômica em etapas, os intercâmbios foram estruturados através do programa *European Action Scheme for the Mobility of University Students* (Erasmus), em vigor desde 1987, e que atualmente conta com uma versão internacionalizada chamada Erasmus Mundus em que, ao levar às instituições europeias estudantes e professores de todo o mundo, procura promover e reafirmar a Europa enquanto centro de excelência em ensino e pesquisa⁶¹. Conforme a análise de Mário Neves de Azevedo⁶², a integração educacional atingiu seu ápice na UE com a Declaração de Bolonha de 1999, em que os Estados comprometeram-se a estabelecer um Espaço Europeu de Ensino Superior em que fossem possíveis a revalidação de créditos e a acreditação de títulos a qualquer estudo, parcial ou integral, realizado em uma instituição de ensino superior do bloco, dando assim condições para a livre circulação de estudantes, professores e profissionais. A Declaração de Bolonha é uma carta de intenções, sem caráter obrigatório, que destaca a

⁶⁰ MOROSINI, Marília Costa (org.). *Universidade do MERCOSUL: condicionantes e desafios*. São Paulo: Cortez, 1994.

⁶¹ EUROPEAN Commission. About Erasmus Mundus: 2009-2013. Disponível em http://eacea.ec.europa.eu/erasmus_mundus/programme/about_erasmus_mundus_en.php. Acesso em 21 jan.2015.

⁶² AZEVEDO, Mário Neves de. A integração dos sistemas de educação superior na Europa: de Roma à Bolonha ou da integração econômica à integração acadêmica. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.9, p.133-149, dez.2007.

importância da educação para a integração europeia e que desencadeou o Processo de Bolonha, que tem por objetivo último a unificação do sistema universitário europeu.

Portanto, é possível afirmar que a integração educacional está intimamente ligada à questão do trabalho em um bloco regional e a sua internacionalização se processa em dois níveis: um primeiro nível acadêmico, através da cooperação universitária e da circulação de docentes, discentes e saberes entre as universidades dos diferentes países; e um segundo nível burocrático, através de acordos de reconhecimento e acreditação de títulos e habilitações profissionais. Ela também pode se processar em todos os níveis educacionais, ou seja, tanto no ensino superior, em que é mais comum, quanto nos ensinos fundamental, médio, não técnico e técnico, conforme é possível perceber nos debates promovidos pelo Mercosul Educacional em torno dos acordos de integração educacional e em relação ao ensino de História, Geografia e dos idiomas Português e Espanhol nos países do bloco.

1.2.1 Integração *da* educação ou *via* educação

Para fins analíticos, distinguiremos as políticas de integração voltadas para a área da educação em dois tipos: a) aquelas as quais denominamos de **integração da educação**, que buscam promover o intercâmbio acadêmico e padronizar as estruturas educacionais, possibilitando a integração dos sistemas educacionais dos Estados parte e a promoção da livre circulação de trabalhadores e prestadores de serviços dentro do bloco; e b) aquelas políticas denominadas de **integração via educação**, que buscam integrar os indivíduos dos Estados a partir da educação através da criação de espaços coletivos de conhecimento e reconhecimento mútuo, construídos com o objetivo de encontrar soluções próprias aos problemas regionais que existam previamente ou que possam vir a existir a partir do aprofundamento da dinâmica integracionista. Enquanto a **integração da educação** ocupa um papel secundário e complementar dentro de um processo de integração regional em que o projeto econômico é tido como objetivo central, em um processo de integração em que os projetos político e sociocultural sejam centrais a **integração via educação** passa a ser priorizada, a partir da necessidade de construção de uma consciência social regional integradora.

As categorias de análises aqui propostas têm caráter metodológico e não excluem a possibilidade de serem complementares e intercambiantes. O que pretendemos a partir dessa distinção é explorar nos próximos capítulos as mudanças conceituais e de objetivos que ocorreram dentro do SEM, e que possibilitaram a emergência da ideia de uma universidade

voltada para a integração regional, como é a Unila. Com isso, pretendemos verificar se, no caso do Mercosul Educacional, a **integração regional via educação** pode ser pensada também como causa e/ou razão para formação de um conhecimento autônomo e libertário dos centros de poder internacional, conforme buscam os intelectuais latino-americanos da decolonialidade⁶³, o que caracterizaria a sublevação do caráter solidário em relação ao liberal competitivo na área educacional do Mercosul.

A ênfase nos aspectos comerciais do bloco presente na década de 1990 reflete o projeto de integração regional aos quais os governos da região tinham interesse naquele momento, baseado no conceito de regionalismo aberto. A consequência desse tipo de visão para a área educacional dos Estados é a ênfase nos projetos que promovam a padronização e integração das estruturas educacionais. Ao analisar as políticas de acreditação no Mercosul, Daniela Perrotta conclui que ambas as perspectivas, liberal e solidária, estão presentes e em constante tensão no processo de integração do bloco⁶⁴. É nesse sentido que afirmamos serem as categorias de análise aqui propostas intercambiantes e por vezes complementares, como pode ser observado a seguir a partir da análise concreta dos processos de integração educacional presentes no Mercosul.

⁶³MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura, un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Instituto Pensar, 2007. p.9-20.

⁶⁴ PERROTTA, Daniela. La integración regional de la educación superior en el MERCOSUR en el marco de la orientación general del bloque y la tensión entre un modelo solidario y otro competitivo: el caso de los programas regionales de acreditación de carreras de grado (del MEXA al ARCU-SUR, 1998-2008). 2011. *Op.Cit.*

2 O MERCOSUL EDUCACIONAL

[...] a educação deve acompanhar os processos de integração regional, para enfrentar, como bloco geocultural, os desafios decorrentes da transformação produtiva, dos avanços científico-tecnológicos e da consolidação da democracia.

Ata da II RME do Mercosul, 01 de junho de 1992.⁶⁵

Ainda que o tema da educação não esteja presente no Tratado de Assunção, que instituiu o Mercosul, ele foi inserido nos debates do bloco em 1991 pelo Conselho Mercado Comum (CMC), através da Decisão n.º 07/1991 que criou a RME. Em relação às demais reuniões ministeriais, a RME foi precedida apenas pela Reunião de Ministros da Economia e dos Presidentes do Banco Central (Decisão n. 06/1991 do CMC), o que denota a sua importância estratégica para o bloco.

A RME é a instância que tem a função de propor ao CMC, através do Grupo Mercado Comum (GMC), medidas para a coordenação das políticas educacionais entre os países membros do bloco. Diferente dos acordos comerciais que não são incorporados pelos membros associados do bloco, devido aos diferentes regimes comerciais em que eles estão inseridos e ao grau de vinculação que têm com o Mercosul, as propostas realizadas no âmbito do Mercosul Educacional são extensivas a todos os seus membros, sejam eles plenos ou associados e, dependendo da natureza do acordo ou do projeto, pode ser exigido ou não a aprovação dos legislativos dos países do Estados parte para que possam entrar em vigor⁶⁶.

Desde seu surgimento, as RMEs acontecem periodicamente e nelas são estabelecidos e discutidos os principais temas da agenda regional para educação. Influenciadas na década de 1990 pelo regionalismo aberto, que percebia a integração via blocos econômicos como uma etapa regional no processo de desregulamentação econômica e abertura de mercados, as RMEs procuraram viabilizar a integração das estruturas educacionais dos países membros do Mercosul através do incentivo à cooperação universitária, da harmonização dos currículos das disciplinas de História e Geografia, do incentivo ao ensino do Português e do Espanhol nos países do bloco e da elaboração de acordos de reconhecimento de certificados, títulos e

⁶⁵ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Reunião de Ministros da Educação. Ata n.01/1992 da II Reunião de Ministros da Educação da República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai. Buenos Aires, 1992.

⁶⁶ Por exemplo, às atividades rotineiras desenvolvidas dentro do SEM devem ser aprovados pelas instâncias as quais elas se submetem, tendo como órgão superior a RME; já os planejamentos e documentos propositivos precisam ser aprovados pela RME e posteriormente pelo CMC; e os acordos elaborados pelo SEM que dizem respeito legislação específica dos Estados, tais como os de acreditação e revalidação de diplomas, precisa ser aprovados pela RME, pelo CMC e pelos legislativos nacionais dos Estados membros para que possam entrar em vigor.

estudos de nível fundamental, médio, não-técnico, técnico e universitário realizados em qualquer um dos Estados membros.

Com a criação da RME em 1991, instituiu-se o Setor Educacional do Mercosul (SEM), definido como “[...] um espaço de coordenação das políticas educacionais que reúne países membros e associados ao Mercosul [...]”⁶⁷. Para auxiliar os Ministros da Educação dos Estados membros do Mercosul, foram criadas instâncias secundárias responsáveis pela condução de estudos e das viabilidades dos acordos a serem propostos para a área educacional, como o Comitê Coordenador Regional (CCR) e as Comissões Coordenadoras de Área.

O Mercosul Educacional, o qual nos referiremos ao longo da tese, diz respeito a todos os órgãos, políticas, ações, debates, temas e agendas ligadas a educação e que digam respeito ao Mercosul. Enquanto o SEM é a estrutura organizacional que define e coordena as ações educacionais do bloco, o Mercosul Educacional é um termo abstrato mais amplo, que envolve toda a área educacional do Mercosul, incluindo o portal da internet responsável por reunir todos os dados e informações referentes ao SEM. Portanto, ao nos referirmos ao Mercosul Educacional, estaremos tratando da área educacional no Mercosul como um todo, e quando nos referirmos ao SEM estaremos tratando especificamente de sua instância burocrático-institucional.

Para identificar a agenda de debate da área educacional do Mercosul na década de 1990, bem como poder destacar as mudanças e os avanços em seu interior, analisaremos os programas do SEM, ou seja, seus Planos Trienais e demais documentos propositivos, além das Atas das RMEs entre 1992 e 2001. É importante destacar que o Comitê Coordenador Regional e as Comissões Coordenadoras de Área, bem como alguns Grupos de Trabalho, foram organizados pelos Ministérios da Educação dos países membros do Mercosul ao longo da década de 1990 para auxiliá-los na execução dos programas do SEM. Contudo, o único órgão oficial do Mercosul Educacional até 2001 foi a RME do Mercosul, ano em que a estrutura orgânica do SEM foi definitivamente formalizada pelo CMC, e por isso são apenas as RMEs as atas disponíveis para consulta até esta data.

Antes da formalização da estrutura orgânica do SEM de 2001, foram elaborados três documentos, aqui considerados como os primeiros programas para o Setor, por estabelecerem quais objetivos coletivos deveriam ser alcançados e quais as linhas de trabalho e atividades

⁶⁷ PORTAL Mercosul Educacional/ Mercosur Educativo. O que é o Setor Educacional do Mercosul. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/mercosul-educacional/o-que-e.html> Acesso em: 21 jan.2015.

para execução desses objetivos. São eles: o Plano Trienal 1992-1994 (vigente até 1998), o “Mercosul 2000: desafios e metas para o Setor Educacional” e o Plano Trienal 1998-2000.

O primeiro programa do SEM, denominado Plano Trienal do SEM 1992-1994⁶⁸ colocava ao SEM três programas principais a serem desenvolvidos: Programa I – Formação da consciência cidadã favorável ao processo de integração; Programa II – Capacitação de recursos humanos para contribuir ao desenvolvimento; Programa III - Compatibilização e harmonização dos sistemas educativos.

A agenda de debate que se seguiu a partir do Plano Trienal 1992-1994 teve três temas centrais: a promoção do conhecimento e do ensino dos idiomas Espanhol e Português nos países do bloco; a promoção de estratégias de desenvolvimento educativo para todos os níveis de ensino e que estivessem vinculadas ao projeto de integração; e o estabelecimento de um sistema de informação que possibilitasse o acesso aos dados educativos dos Estados membros. Desses três programas surgiram os primeiros Grupos de Trabalho dentro do SEM, com objetivo de desenvolver projetos para a promoção da mobilidade regional de docentes e técnicos, do ensino do Espanhol e do Português nos países do bloco e para a criação de mecanismos de reconhecimento de estudos e homologação de títulos obtidos nos diferentes países⁶⁹. Na Ata nº 02/92 da RME⁷⁰, por exemplo, consta que ao Setor fica imputado o dever de promover, através dos sistemas educacionais dos Estados, a inclusão de conteúdo vinculado ao processo de integração do Mercosul nos currículos escolares, especialmente das disciplinas de História, Geografia, Línguas e Literatura.

As Atas das RMEs de 1992 e 1993 revelaram que o Setor recebeu assistência técnica de organismos internacionais para poder se estruturar e desenvolver as atividades proposta. São citados como parceiros do SEM: a Unesco; a Organização dos Estados Americanos (OEA); a Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI); o Centro Interamericano de Estudos e Investigações para o Planejamento Educacional da OEA (CINTERPLAN-OEA); o Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento na Formação Profissional da Organização Internacional do Trabalho (CINTERFOR-OIT); o Centro de Formação para Integração Regional (CEFIR); e a

⁶⁸ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 07/1992. Plano Trienal para o Setor Educação no contexto do Mercosul. Las Leñas, 1992.

⁶⁹ MOROSINI, Marília Costa (org.). *Universidade do MERCOSUL: condicionantes e desafios*. 1994. *Op.Cit.*, p.28.

⁷⁰ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Reunião de Ministros da Educação. Ata n.02/1992 da III Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Brasília, 1992.

Comunidade Econômica Europeia (atual União Europeia). Apesar deste não ser o objetivo da presente tese, faz-se importante destacar que não foi identificado nenhum indício de ingerência de tais organismos internacionais nas decisões e ações do SEM no período estudado.

O interesse em participar de atividades de cooperação e intercâmbio estudantil com a então Comunidade Econômica Europeia é outro ponto a ser destacado nas primeiras Atas da RME. Em 1993 foi aprovado o Programa “Cruzeiro do Sul” de cooperação regional com a França, destinado a pesquisas no setor aeroespacial.

Os desafios impostos pelo Plano Trienal 1992-1994 fizeram com que ele fosse prorrogado até 31 de dezembro de 1997, conforme Ata n.06/1994 da RME⁷¹. A partir dos estudos realizados através do Plano Trienal 1992-1994, foram elaborados os primeiros documentos no Mercosul relacionados ao reconhecimento de estudos e homologação de títulos. Entre 1994 e 1996, o CMC aprovou as seguintes decisões para a área educacional:

- a) Protocolo de Integração Educacional e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não-Técnico (Decisão nº 4/1994 do CMC);
- b) Protocolo de Integração Educacional sobre Reconhecimento de Títulos Universitários para Continuidade de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades no Mercosul (Decisão nº 4/1995 do CMC, revogada e substituída pela Decisão nº 08/1996 do CMC);
- c) Protocolo de Integração Educacional e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Médio Técnico (Decisão nº 7/1995 do CMC);
- d) Protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação (Decisão nº 9/1996 do CMC);
- e) Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas (Decisão nº 3/1997 do CMC, revogada e substituída pela Decisão nº 4/1999 do CMC);
- f) Anexo do Protocolo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas (Decisão n.26/1997 do CMC).

⁷¹ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Reunião de Ministros da Educação. Ata n.06/1994 da VII Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Ouro Preto, 1994.

As referidas decisões, por tratarem de matérias exclusivas dos Estados, tiveram que passar pelas instâncias legislativas dos Estados membros do bloco para que entrassem em vigor⁷².

Em 1995, o CMC aprovou a Decisão n.09/1995, que dispõe sobre o “Programa de Ação do Mercosul até o ano 2000”, com planos e metas para cada uma das áreas do bloco. A maior parte do documento refere-se à consolidação e ao aperfeiçoamento da união aduaneira, relegando questões como cultura, saúde e educação à “Dimensão global da Integração”. Para a educação, o documento tem a seguinte afirmação:

3.5 A educação - O objetivo permanente nesta área deverá ser o melhoramento da qualidade da educação nos Estados Partes, incorporando-lhe uma dimensão cultural e lingüística. Assim mesmo, há que se aprofundar a integração educativa. Nesse sentido, dever-se-ão ser conciliados os diversos níveis educativos, estabelecer instâncias de formação conjunta de recursos humanos, estabelecer planos de ensino-aprendizado das línguas oficiais do MERCOSUL, articular os sistemas de informação nacionais e reconhecer a formação acadêmica.⁷³

O “Programa de Ação do Mercosul até o ano 2000” do CMC inspirou os Ministros de Educação do Mercosul a elaborarem um documento próprio, aprovado em 1996, com o título “Mercosul 2000: desafios e metas para o Setor Educacional”⁷⁴, através do qual procurou-se renovar e ampliar a agenda de debate e as áreas prioritárias do Mercosul Educacional, a serem contempladas nos próximos planos do SEM.

O documento “Mercosul 2000” destaca as seguintes áreas a serem aprofundadas dentro do SEM: 1) a **renovação educacional**, com a incorporação da perspectiva regional à cultura das organizações; 2) a **avaliação educacional**, com estabelecimento de parâmetros regionais para as disciplinas, facilitando o reconhecimento de estudos; 3) a **cooperação universitária**; 4) a criação de um **sistema de informação** que possibilite via internet colocar à disposição do público os dados sobre educação da região e sobre o SEM; 5) a relação **educação e trabalho**, definindo as competências básicas e de trabalhos comuns aos países

⁷² O Anexo VI contém a tabela referente às normativas do Mercosul sobre revalidação de títulos entre os anos de 1994 e 2012 vigente nos países membros e associados do bloco.

⁷³ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 09/1995. Programa de ação do Mercosul até o ano 2000. Assunção, 1995. p.12.

⁷⁴ Por ser um documento propositivo e não um plano trienal, o “Mercosul 2000” não precisou ser aprovado pelo CMC. Em relação ao documento, Cf. MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Reunião de Ministros da Educação. Ata n.09/1996 da X Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Buenos Aires, 1996.

membros; 6) a abordagem de **temas transversais**, que contribuam para formar uma consciência favorável ao processo de integração cultural e social.

O Plano Trienal do SEM 1992-1994 foi novamente prorrogado até 1998⁷⁵, quando entrou em vigor o Plano Trienal do SEM 1998-2000⁷⁶. Todas as áreas elencadas pelo documento “Mercosul 2000” foram incorporadas pelo segundo Plano Trienal do SEM 1998-2000 e influenciaram na construção das novas estratégias para o Setor.

O Plano Trienal 1998-2000 avança em relação ao plano anterior ao apresentar a missão do SEM, os seus princípios orientadores, as suas áreas prioritárias e um planejamento estratégico com linhas programáticas e metas a serem cumpridas, ainda que bastante primárias. Em relação à missão do SEM, o documento tem a seguinte afirmação:

Contribuir para os objetivos do MERCOSUL, estimulando a formação da consciência cidadã para a integração e promovendo educação de qualidade para todos, num processo de desenvolvimento com justiça social e conseqüente com a singularidade cultural de seus povos.⁷⁷

O Plano de Ação 1998-2000 do SEM consolida a agenda de debate da área educacional do Mercosul, a partir do estabelecimento dos princípios ordenadores e das áreas prioritárias do SEM. Por princípios ordenadores, o plano destaca: I – Integração regional e respeito à diversidade; II – Compromisso democrático e; III – Educação de qualidade para todos. Por áreas prioritárias, o plano destaca duas: I – Desenvolvimento da identidade regional, por meio do estímulo ao conhecimento mútuo e a uma cultura de integração; II – Promoção de políticas regionais de capacitação de recursos humanos e melhoria da qualidade da educação.

Ainda que primários, os Planos Trienais do SEM anteriores a 2001 possibilitaram a consolidação de temas da agenda de debate da área educacional do Mercosul, como: a cooperação universitária; a consolidação do Sistema de Informação (hoje CGSIC); a criação de um fundo de financiamento para o SEM; e nos debates sobre renovação educacional, avaliação educacional, ensino dos idiomas do bloco na educação básica, adequação e compatibilização dos currículos de História, Geografia e formação técnica-profissional, além

⁷⁵ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 25/1997. Adiamento da vigência do “Plano Trienal para o Setor Educação no contexto do Mercosul”. Montevideú, 1997.

⁷⁶ MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 13/1998. Plano Trienal e Metas do Setor Educacional. Rio de Janeiro, 1999.

⁷⁷ *Idem.* p.03.

de temas como educação-trabalho, educação-cultura, educação-meio ambiente, educação-direitos humanos e educação-democracia.

Entre 1991 e 2001, os Estados Membros do Mercosul assinaram diversos protocolos referentes à área educacional. Também foram realizados estudos para a implantação do Mecanismo Experimental de Credenciamento de Cursos para Reconhecimento de Títulos de Graduação Universitária nos Países do Mercosul (Mexa). De caráter voluntário, o Mexa, estabelecido em 2002, buscava a implantação de um sistema de credenciamento de cursos superiores, através de avaliações de pares, sem vínculo automático com o exercício profissional. Ou seja, ele buscava a validação dos diplomas universitários no âmbito do Mercosul, mas não autoriza automaticamente o exercício da profissão.⁷⁸

2.1 CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO SEM

O SEM não dispõe de uma sede fixa, sendo suas atividades de responsabilidade dos Ministérios de Educação dos países membros do bloco, que designam funcionários e técnicos especializados para os seus órgãos e suas atividades específicas. Todas as informações sobre o Setor podem ser encontradas no Portal Mercosul Educacional (<http://edu.mercosur.int>), no site oficial do Mercosul e através dos Ministérios de Educação e de Relações Exteriores de cada país. Por isso, desde seu surgimento, há uma preocupação em desenvolver um sistema de informação e comunicação que possibilite a troca de dados e informações referentes à área educacional dos países membros, para que a partir deles sejam elaborados os acordos e os projetos do Setor.

Coordenado pelas RMEs do Mercosul, o Setor é dirigido por uma presidência *pro tempore*, rotativa entre os membros do Mercosul por ordem alfabética a cada seis meses. O SEM existiu de maneira virtual, ou seja, sem uma estrutura formal até 2001, quando foi institucionalizado pelo CMC através da Decisão nº 15/2001⁷⁹.

A seguir, apresentaremos a estrutura orgânica do SEM segundo a Decisão n.15/2001 do CMC, vigente no contexto histórico ao qual a nossa pesquisa está inserida. Nosso objetivo

⁷⁸ Cf. PERROTTA, Daniela. La integración regional de la educación superior en el MERCOSUR en el marco de la orientación general del bloque y la tensión entre un modelo solidario y otro competitivo: el caso de los programas regionales de acreditación de carreras de grado (del MEXA al ARCU-SUR, 1998-2008). 2011. *Op. Cit.*, p.268.

⁷⁹ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 15/2001. Estructura orgánica y Plan de Acción 2001-2005 del Sector Educativo del Mercosur, Bolivia y Chile. Montevideo, 2001.

é demonstrar que a Decisão n.15/2001 do CMC, que formaliza a estrutura do SEM e aprova o Plano de Ação do Setor para o período 2001-2005, é representativa de um momento em que a área educacional passou a ter mais importância no projeto de integração regional dos países do bloco, movimento esse intensificado com a ascensão das lideranças progressistas, no início do século XXI.

Contudo, é importante ressaltar que em 2011, o SEM passou por uma reestruturação institucional, aprovada pelo CMC a partir da Decisão n.05/2011⁸⁰ que, além de aperfeiçoar a administração e o funcionamento do Setor, incorporando órgãos e atividades criados depois de 2001, também aprovou o Regulamento Interno da RME e dos órgãos dependentes do SEM. Ainda em 2011, o Grupo de Trabalho de Políticas Linguísticas foi transformado em Comitê Assessor de Políticas Linguísticas (CAPL) e também passou a fazer parte da estrutura orgânica do SEM⁸¹.

2.1.1 Estrutura orgânica do SEM em 2001

O anexo I da Decisão n.15/2001 do CMC estabelece que o SEM deve ser composto por 5 órgãos principais, responsáveis por elaborar estudos, planos estratégicos, executar projetos e propor acordos ao CMC relacionados à área educacional. Os órgãos estabelecidos pela Decisão de 2001 são os seguintes:

1) Reunião de Ministros da Educação (RME): a instância decisória superior do SEM, responsável pelo estabelecimento e aprovação dos programas, projetos e atividades do SEM, bem como com a colaboração das definições de políticas públicas regionais de educação. O órgão é responsável por levar para apreciação do CMC as propostas de acordos internacionais, decisões, recomendações e outros instrumentos que envolvam a natureza do SEM. Deve realizar uma reunião ordinária semestral para deliberações;

2) Comitê Coordenador Regional (CCR): órgão assessor da RME e composto por funcionários técnicos designados pelos Ministérios da Educação dos Estados, que auxilia a RME ao propor políticas de integração e cooperação entre os Estados no âmbito da educação. Deve realizar duas reuniões ordinárias por semestre.

⁸⁰ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 05/2011. Estrutura orgânica e regulamento interno da Reunião de Ministros da Educação e os órgãos dependentes do Setor Educacional do Mercosul. Assunção, 2011.

⁸¹ Cf. Anexo II: Organograma do Setor Educacional do Mercosul atual.

São funções do CCR:

- a) atuar como canal de comunicação do SEM com a estrutura institucional do Mercosul, em especial ao que se refere a RME;
- b) estabelecer relações e gerir articulações com organismos internacionais de cooperação e financiamento, agências especializadas, instituições e atores da sociedade civil;
- c) propor, aprovar e avaliar os programas, projetos e ações, estabelecendo as prioridades e as responsabilidades, contemplando a transversalidade em função das linhas estratégicas do SEM;
- d) identificar os mecanismos de financiamento e as fontes de recursos que permitam a implantação dos programas e projetos prioritários do SEM;
- e) processar as informações derivadas das atas, relatórios e outros documentos provenientes das diferentes instâncias do SEM;
- f) elaborar um plano anual e um calendário de atividades a partir do Plano de Ação;
- g) disseminar os avanços do processo de integração e os resultados dos estudos e projetos realizados;
- h) elevar a consideração da RME às propostas de acordos decorrentes das atividades de assessoramento e coordenação geral;
- i) criar as instâncias necessárias para o adequado cumprimento de suas atribuições;
- j) supervisionar e avaliar o funcionamento das instâncias de trabalho do SEM;
- k) informar à RME os avanços e a aplicação dos acordos de política educacional;
- l) resolver situações no âmbito de suas competências;
- m) cumprir as funções que forem requeridas pela RME.

3) Comissões Regionais Coordenadoras de Área: são instâncias subordinadas ao CCR e que assessoram a RME na condução dos objetivos e das ações estabelecidas no SEM. A função das Comissões é apresentar propostas de ação e mecanismos para o cumprimento dos objetivos estratégicos do SEM. Devem realizar pelo menos uma reunião ordinária por semestre. A elas é dada a prerrogativa de convocar instâncias temporárias para a realização de tarefas específicas. O Decreto 15/2001 do CMC define que devem ser 3 as Comissões Regionais: Comissão Regional Coordenadora da Educação Básica (CRC-EB), Comissão Regional Coordenadora de Educação Tecnológica (CRC-ET) e a Comissão Regional Superior de Educação Superior (CRC-ES);

4) Sistema de Informação e Comunicação (SIC): subordinado ao CCR e responsável por colaborar com a difusão do conhecimento, intercâmbio de informações e utilização de tecnologias de comunicação social no âmbito do SEM. Deve realizar pelo menos uma reunião ordinária por semestre;

5) Grupos Gestores de Projetos (GGP): criados em caráter temporário pelo CCR, por iniciativa própria ou por sugestão das Comissões Regionais Coordenadoras de Área, para elaborar os perfis e desenvolver os projetos aprovados no âmbito do SEM.

Com a criação do Fundo de Financiamento do SEM (FEM) em 2004 através da Decisão n. 33/2004 do CMC⁸², foi necessário adaptar a estrutura do SEM ao novo órgão. A Decisão n.º 05/2006 do CMC⁸³, incorporou à estrutura do SEM o Comitê Assessor do Fundo do Setor Educacional do Mercosul (Cafem), responsável pela administração do FEM.

2.2 INSTRUMENTOS PARA INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL NO MERCOSUL

Os países do Mercosul assinaram entre 1994 e 1996 uma série de protocolos que reconhece os títulos de educação fundamental, média, não técnica (Decisão n.º 04/1994 do CMC) e técnica (Decisão n.º 07/1995 do CMC) entre os países do bloco e reconhecem as titulações universitárias (Decisão n.º 08/1999 do CMC) para a realização de estudos de mestrado e doutorado em qualquer um dos países membros do bloco. Todos os protocolos foram ratificados por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai no final da década de 1990, mas apenas em 2006 foi assinado o acordo que visa a criação de um mecanismo para a implementação da Decisão n.º 04/1994 através da Decisão n.º 06/2006 do CMC. Em 2008, o Equador aderiu ao Protocolo referente aos estudos de nível fundamental, médio e não-técnico, ratificando-o no mesmo ano, e em 2012 o Peru também aderiu e ratificou o mesmo protocolo.

Em 1999, foi assinado o Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do Mercosul (Decisão n.º 04/99 do CMC), que reconhece os títulos acadêmicos de estudos realizados nos países do bloco para o exercício de atividades de docência e pesquisa, ampliando assim as possibilidades de mobilidade docente dentro do bloco. Ambos os instrumentos foram internalizados pelos

⁸² MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 33/2004. Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (SEM). Belo Horizonte, 2004.

⁸³ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 05/2006. Estrutura orgânica do Setor Educativo (sic) do Mercosul (SEM) (Complemento da Decisão CMC n.15/01). Córdoba, 2006.

legislativos de todos os países membros plenos do bloco, facilitando o intercâmbio acadêmico e a circulação de saberes entre as universidades da região⁸⁴. Deste modo, é possível afirmar que a primeira área profissional desregulamentada para o exercício de atividades laborais no Mercosul foi a área da docência universitária.

O Protocolo referente à Decisão nº 09/1996 sobre a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação, visa a criação de um sistema de intercâmbios entre as instituições educacionais do bloco, pelo qual os docentes e pesquisadores que trabalhem em áreas comuns de pesquisa possam propiciar a formação de recursos humanos, no âmbito de projetos específicos. Enquanto o sistema desejado não se configura plenamente⁸⁵, diversos grupos e projetos de cooperação universitária surgiram dentro do espaço regional do bloco na década de 1990, com o objetivo de ampliar o intercâmbio acadêmico. O principal dentre eles é a Associação de Universidade Grupo Montevideú (AUGM), apresentada a seguir.

2.2.1 Cooperação universitária

No espaço geográfico que abrange o Mercosul, um dos principais instrumentos de integração da educação de nível acadêmico é a Associação de Universidade Grupo Montevideú (AUGM), criada em 1991 como uma rede de cooperação entre universidades públicas, autônomas e autogovernadas da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. Apesar de não ser um organismo pertencente ao SEM, a AUGM surgiu estimulada pelo projeto do Mercosul e conta com o apoio do SEM, além de manter convênios com outros órgãos do bloco, tais como o Instituto Social do Mercosul (ISM), o Parlamento do Mercosul e a Rede MercoCidades⁸⁶. Atualmente também fazem parte da AUGM instituições da Bolívia e do Chile, englobando um total de 30 universidades públicas parceiras.

A AUGM foi criada como uma resposta das universidades públicas da região aos desafios impostos pelo neoliberalismo implantado nos países no início da década de 1990.

⁸⁴ O Anexo VI contém a tabela referente às normativas do Mercosul sobre revalidação de títulos, entre os anos de 1994 e 2012, vigente nos países membros do bloco.

⁸⁵ O Programa de Mobilidade Acadêmica Regional (Marca), surgiu em 2006 vinculado as graduações ligadas ao Mexa e posteriormente ao ARCU-SUL. São elas: Agronomia, Arquitetura, Veterinária, Enfermagem, Engenharia, Medicina e Odontologia. Portanto, o programa Marca não é extensivo a todas as graduações, nem a todos os alunos universitários.

⁸⁶ Sobre os convênios firmados pela AUGM, Cf.: AUGM. Institucional: convênios. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/sitio/institucional/convenios/> Acesso 21 jan. 2015.

Através da cooperação universitária, a AUGM pretende formar uma massa crítica de recursos humanos de alto nível na região, além de fomentar a investigação científica e tecnológica em áreas estratégicas, de maneira autônoma e independente dos interesses das grandes empresas, contribuindo assim para o desenvolvimento e a integração das populações da região. Portanto, ainda que ela tenha uma proposta que reproduz a concepção de integração das estruturas educacionais, a AUGM tem um caráter solidário.

O Mercosul e seus acordos na área educacional abriram uma janela de oportunidade para que as instituições de ensino da região, especialmente aquelas ligadas ao ensino superior, possam integrar-se. Além da AUGM, no espaço geográfico que abrange o Mercosul, há outras iniciativas importantes de cooperação universitária. São elas: a Associação de Universidades Privadas do Mercosul (ASUPRIM), o Consórcio de Universidades Comunitárias Gaúchas (Comuna), a Rede Deusto, o Grupo Universidades de Fronteira do Mercosul (financiada pelos acordos de cooperação entre a CAPES e a Secretaria de Políticas Universitárias da Argentina), a Rede de Integração e Mobilidade Acadêmica, a Rede de Referentes de Cooperação Internacional de Universidades Nacionais (RedCIUN) e o Conselho de Reitores para a Integração da Sub-região Centro-oeste Sul-americana (CRISCOS).

2.2.2 Ensino de História, Geografia e dos idiomas oficiais do Mercosul

Com relação à educação de nível fundamental, médio, não-técnico e médio técnico, o Mercosul Educacional procurou, ao longo da década de 1990, construir instrumentos tanto para a integração das estruturas educacionais, através de protocolos de integração educacional conforme visto anteriormente, quanto através de estudos e debates em torno da compatibilização e adequação de currículos escolares.

A partir da ratificação dos Protocolos de Integração Educativa e de Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental, Médio não-Técnico e Técnico, fica estabelecido que os indivíduos dos Estados membros e associados do Mercosul têm seus títulos e estudos reconhecidos pelos outros Estados membros do bloco nas mesmas condições do país de origem.

Dentro do contexto da formação fundamental e média, os ensinamentos de História, Geografia e dos idiomas oficiais do bloco - Português e Espanhol - foram alvo de debates e estudos dentro do SEM. O objetivo no Mercosul Educacional em relação a essas áreas de

ensino fora a compatibilização e adequação dos currículos de educação básica e de formação técnico-profissional a partir de uma perspectiva regional.

O Protocolo de Integração Educacional e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não-Técnico, primeiro documento assinado entre os países do Mercosul relacionado a área educacional, de agosto de 1994, contém em seu artigo 1º a necessidade da harmonização dos currículos escolares de História e Geografia para a concretização dos objetivos do protocolo:

Artigo 1 [...] Para garantir a implementação deste Protocolo, a Reunião de Ministros de Educação do MERCOSUL propenderá a incorporação de conteúdos curriculares mínimos de História e Geografia de cada um dos Estados Partes, organizados por meio de instrumentos e procedimentos acordados pelas autoridades competentes de cada um dos Países signatários.⁸⁷

As discussões sobre o tema iniciaram-se, segundo José Flávio Sombra Saraiva, em 1993, por ocasião da V Reunião de Ministros da Educação do Mercosul, em que foram debatidos os termos do referido Protocolo e a necessidade de conteúdos mínimos comuns para as disciplinas de História e Geografia, além de esquemas conceituais e critérios metodológicos capazes de inserir conteúdos correspondentes de cada um dos países nos currículos dos demais Estados⁸⁸.

A primeira reunião do grupo de trabalho designado para elaborar propostas relacionadas à harmonização dos currículos de História e Geografia aconteceu em Buenos Aires no início de 1994, em que foi acordado que a Comissão Técnica Nacional Argentina do Mercosul Educacional seria a responsável pela redação dos “módulos de história”, ou seja, propostas de conteúdos comuns a todos os Estados a serem incluídos nas disciplinas. Em agosto de 1994, com a assinatura do Protocolo acima referido, consolidou-se no âmbito regional a relevância da harmonização dos currículos.

A proposta elaborada pela Comissão Argentina referente aos “módulos de história” foi apresentada aos demais membros do bloco durante a XIV Reunião do Comitê Coordenador Regional do SEM e, segundo Saraiva, foi rejeitada pelos demais membros. Dentre as principais críticas apontadas à proposta argentina destacam-se: a difícil aplicabilidade dos

⁸⁷ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho Mercado Comum. Decisão n.04/1994. Protocolo de Integração Educacional e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não-Técnico. Buenos Aires, 1994.

⁸⁸ SARAIVA, José Flávio Sombra. História e Geografia no Mercosul: trajetórias e perspectivas. In: MARFAN, Marilda Almeida (org.). *O ensino de História e Geografia no contexto do Mercosul*. Brasília: MEC-SEF, 1998. p.14-27.

módulos, devido aos diferentes sistemas educacionais dos Estados; e a prerrogativa nacional de cada país em relação aos conteúdos das disciplinas.

Nesse período, os parâmetros da educação fundamental e média estavam sendo rediscutidos em todos os países do bloco, o que tornava ainda mais relevante e urgente o debate promovido pelo Mercosul Educacional para as disciplinas de História e Geografia. A conclusão a que chegaram os representantes dos países foi de que, apesar da complexidade da questão, era necessário elencar eixos comuns e conteúdos mínimos que servissem de base para as discussões que já ocorriam no âmbito nacional dos Estados.

A segunda reunião do grupo de trabalho ocorreu na cidade de Brasília, em outubro de 1995, e procurou avançar metodologicamente em relação às propostas dos conteúdos mínimos, através da apresentação dos fundamentos e dos objetivos dos conteúdos mínimos, das questões teóricas, dos critérios epistemológicos e, como aponta Saraiva, nos esforços para o início da consolidação de uma bibliografia básica para os docentes que fossem instrumentalizar tais conteúdos.⁸⁹

É a partir desses debates que surge o documento “Para uma História e uma Geografia da Integração Regional”, em que temas como a história e a cultura dos povos indígenas da América, diversidade social e cultural regional, democracia e integração social são tidos como comuns a todos os Estados.⁹⁰ Em relação ao documento, Saraiva destaca que:

O documento "Para uma História e uma Geografia da Integração Regional" é, portanto, um instrumento mais aberto e cauteloso quando comparado às proposituras anteriores dos módulos de história e de geografia. A preocupação dos especialistas, em Brasília, era a de vincular a dimensão da construção de uma consciência social favorável ao processo de integração por meio do estímulo ao debate da história regional do Prata, do envolvimento dos quatro países em uma matriz histórica que tem muito em comum e da superação dos nacionalismos historiográficos. A cautela para não impor conteúdos excessivamente fechados levou a que o documento discutisse a "coexistência de diferentes paradigmas" e estimulasse a "compreensão dos aspectos compartilhados e dos que conferem características e dinâmicas particulares a cada uma dessas sociedades".⁹¹

O debate realizado no âmbito do Mercosul Educacional em relação às disciplinas de História e Geografia e a concretização dos conteúdos mínimos propostos pelo documento “Para uma História e uma Geografia da Integração Regional”, por si só não são capazes de

⁸⁹ SARAIVA, José Flávio Sombra. História e Geografia no Mercosul: trajetórias e perspectivas. *Op.Cit.*, p.18.

⁹⁰ SANTIAGO, Léia Adriana da Silva; RANZI, Serlei Maria Fischer. As propostas do Setor Educacional do Mercosul para o ensino de História. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, vol.8, n.2, p.443-463, jul-dez, 2013.

⁹¹ SARAIVA, José Flávio Sombra. História e Geografia no Mercosul: trajetórias e perspectivas. *Op.Cit.*, p.19.

criar uma consciência social, conforme apontado por Saraiva. É necessário que haja um maior intercâmbio entre professores e pesquisadores da área, uma renovação na pesquisa e no ensino das disciplinas capaz de evidenciar o novo contexto regional e de promover o conhecimento e o reconhecimento mútuo, sem deixar de evidenciar os conflitos e as diferenças que marcaram e ainda marcam as sociedades dos Estados partes.

Conforme disserta Thalita Maria Cristina Rosa Oliveira⁹², a compatibilização dos currículos de História e Geografia também têm suas implicações políticas e ideológicas, sendo importante ressaltar que a produção de documentos curriculares preliminares para as áreas da História e da Geografia não estão isentas de disputas em relação aos sentidos atribuídos à identidade regional, ainda que sejam de extrema relevância para a construção de uma identidade regional coletiva.

O interesse em relação ao ensino dos idiomas Português e Espanhol nos países membros também é outra constante dentro do Mercosul Educacional e o seu debate está presente nos Planos e documentos do SEM, conforme visto anteriormente.

Como a obrigatoriedade do ensino de uma disciplina nos currículos escolares é prerrogativa dos Estados, cabe a cada país membro do Mercosul criar mecanismos nacionais próprios que permitam o ensino do outro idioma correspondente. O ensino de Espanhol no Brasil tornou-se obrigatório em 2005, com a aprovação da Lei nº 11.161/05 que institui o ensino do idioma como língua estrangeira em todas as escolas de nível médio e facultativo o seu ensino nas escolas de nível fundamental. No Uruguai, a Lei n.18.437/2009 torna obrigatório o ensino do idioma Português nas escolas. Nos demais países membros do bloco, ainda que o português seja um idioma ensinado nas regiões de fronteira, eles carecem de leis educacionais que especifiquem o ensino do Português como idioma obrigatório nas escolas⁹³.

2.2.3 O mecanismo experimental e voluntário Mexa

Dentro do conceito de integração econômica, para que o Mercosul possa completar a etapa de união aduaneira e tornar-se de fato um mercado comum, é necessária a livre

⁹² OLIVEIRA, Thalita Maria Cristina Rosa. A política curricular de História no MERCOSUL Educacional: investigando os discursos sobre “identidade regional”. Dissertação (Mestrado em Educação). Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. p.124-125.

⁹³ SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. O Português no Mercosul. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n.39, p.175-184, 2009.

circulação de bens, pessoas e capitais, o que implica em acordos avançados de padronização para acreditação e reconhecimento de títulos educacionais que permitam a circulação de trabalhadores e prestadores de serviço dentro do bloco. No âmbito da educação fundamental, média, não-técnica e técnica, já existem acordos na área, bem como iniciativas que buscam a harmonização dos currículos das disciplinas de História e Geografia, conforme visto anteriormente.

Porém, em relação ao ensino superior, a questão do reconhecimento de títulos tem elementos que fazem com que o processo de negociação entre os Estados seja distinto, sendo destacados três deles. O primeiro refere-se às diferenças entre os sistemas educacionais dos países membros do Mercosul, que são desde o número de instituições de ensino, sua natureza (pública ou privada), o volume de alunos, o número de programas de pós-graduação, até as suas estruturas de financiamento e controle. O segundo elemento é a existência prévia de sistemas nacionais de acreditação e avaliação de cursos que necessariamente deverão ser adequados às decisões tomadas no âmbito do bloco. O terceiro elemento são aquelas profissões que por ventura tenham uma regulamentação própria e/ou organizações de classe estruturadas.

Em 1998, as negociações do AGCS/GATS da OMC incluíram a educação superior como um serviço comercial a ser desregulamentado, com suas barreiras eliminadas, possibilitando a entrada de instituições educacionais internacionais nos diversos países. As negociações geraram o debate entre especialistas e acadêmicos sobre tratar a educação como um bem público ou como um bem de mercado. Na América do Sul, o debate foi incorporado às discussões sobre a questão da Alca e às críticas às medidas neoliberais implantadas pelos governos ao longo da década de 1990⁹⁴.

Cientes da complexidade que envolve a área da educação superior e as implicações dos debates ocorridos no nível da OMC para a região, os Ministros da Educação do Mercosul aprovaram em reunião realizada no dia dezenove de junho de 1998⁹⁵ o “Memorando de Entendimento sobre a implementação de um mecanismo experimental de credenciamento de cursos para o reconhecimento de títulos de graduação universitários nos países do Mercosul”

⁹⁴ PERROTTA, Daniela. La integración regional de la educación superior en el MERCOSUR en el marco de la orientación general del bloque y la tensión entre un modelo solidario y otro competitivo: el caso de los programas regionales de acreditación de carreras de grado (del MEXA al ARCU-SUR, 1998-2008). 2011. *Op.Cit.*, p. 144-145.

⁹⁵ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Reunião de Ministros da Educação. Ata n.01/1998 da XIV Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Buenos Aires, 1998.

em que os países do bloco se comprometeram a implementar um sistema voluntário e experimental que viabilizasse o diálogo em busca da acreditação de cursos universitários. Ficou estabelecido no documento que o Mecanismo seria implementado de maneira experimental e que o processo de acreditação deveria ser conduzido por especialistas dos países membros do Mercosul, obedecendo os padrões de avaliação segundo critérios técnicos de mérito.

Na Ata n.02/1999 da XVII RME⁹⁶, consta a aprovação do documento instrutivo do “Memorando de Entendimento”. Segundo Aparecida Andrés⁹⁷, a XVII RME também aprovou algumas alterações nos princípios gerais do Mecanismo e retirou alguns itens relacionados ao procedimento de credenciamento. Os princípios gerais do Mecanismo a partir de então passaram a ser:

1. O credenciamento é o processo mediante o qual se outorga validade pública, de acordo com as normas legais nacionais, aos títulos universitários, garantindo que os cursos correspondentes cumpram com requisitos de qualidade previamente estabelecidos no âmbito regional. Este processo estará baseado em mecanismos de avaliação que permitam garantir a devida formação dos titulados.
2. A implementação deste mecanismo respeitará as legislações de cada país.
3. Será respeitada a autonomia das instituições universitárias.
4. O credenciamento referir-se-á a cursos indicados pela Reunião de Ministros, que contem com reconhecimento oficial e dos quais já existam graduados.
5. Será feito segundo critérios e parâmetros de qualidade comuns para cada curso, acordados pela Reunião de Ministros. Para tanto, esta conformará uma comissão consultiva de especialistas por área. Cada comissão apresentará uma proposta, que será objeto de consulta junto aos setores interessados na área.
6. A adesão ao mecanismo de credenciamento será voluntária e poderão solicitá-la unicamente instituições reconhecidas no país de origem e habilitadas para outorgar os títulos dos cursos de que se trata, conforme sua normativa legal interna.
7. A solicitação de credenciamento do curso deverá estar acompanhada de um relatório institucional e de auto-avaliação, preparado segundo normas preestabelecidas.
8. No processo de credenciamento, deverá solicitar-se o parecer de um Comitê de Pares, que levará em conta os critérios e parâmetros de qualidade fixados. A composição do Comitê de Pares para a avaliação de cada curso contemplará a participação de ao menos um especialista de cada um dos países do MERCOSUL. [na ementa de 1999 definiu-se que o Comitê de Pares teria três membros; sendo um do País cujo curso estivesse sendo credenciado, e dois de outros países signatários].
9. O credenciamento será periódico. Para cada curso selecionado, a Reunião de Ministros indicará o período de validade do credenciamento, segundo recomendação da comissão consultiva de especialistas correspondente.
10. Os efeitos do credenciamento serão válidos em todos os Estados Partes⁹⁸.

⁹⁶ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Reunião de Ministros da Educação. Ata n.02/1999 da XVII Reunião de Ministros de Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Montevideu, 1999.

⁹⁷ A educação superior no Setor Educacional do Mercosul. ANDRÉS, Aparecida. Brasília: Consultoria Legislativa da Área XV Educação, Cultura e Desporto, 2010.

⁹⁸ A educação superior no Setor Educacional do Mercosul. ANDRÉS, Aparecida. *Op.Cit.*, p.14-15.

Os procedimentos de credenciamento do Mecanismo Experimental de Acreditação, a partir da Ata n.02/1999 do RME são:

1. O credenciamento dos cursos será feito por Agência Nacional de Credenciamento, que reúna as seguintes características:
 - 1.1. Que seja uma pessoa de direito público, reconhecida de conformidade com as disposições legais e constitucionais vigentes em seu país de origem.
 - 1.2. Que tenha caráter coletivo em sua conformação.
 - 1.3. Que sua composição garanta a idoneidade de seus membros e a autonomia de suas decisões.
 - 1.4. Que seja indicada à Reunião de Ministros pelo Estado Parte que representa.
2. O credenciamento será solicitado para curso determinado pela instituição responsável pelo mesmo, segundo os princípios gerais estabelecidos neste documento.
3. A Agência Nacional de Credenciamento analisará a solicitação apresentada e outorgará ou denegará o credenciamento, segundo os critérios e parâmetros comuns, o relatório de autoavaliação e seu procedimento de trabalho.
4. 4. A opinião dos membros do Comitê de Pares, quando unânime, terá caráter vinculante para a decisão da Agência Nacional de Credenciamento. [Item retirado em 1999]
5. O Comitê de Pares deverá considerar, em seu parecer, os resultados obtidos em outros processos de credenciamento pelo curso em questão. [item retirado em 1999]
6. O processo de avaliação compreenderá o curso em sua totalidade, incluindo os programas, corpo docente, biblioteca, infra-estrutura de serviços, laboratórios, dentre outros aspectos.
7. A resolução que denegue o credenciamento de um curso não será passível de recurso, salvo o direito da instituição interessada de solicitar a nulidade do processo, conforme a legislação nacional.
8. A resolução que outorgue o credenciamento poderá ser impugnada pela parte interessada, no caso de manifesto descumprimento dos procedimentos, critérios e parâmetros estabelecidos, cabendo à Reunião de Ministros resolver a questão com base em juízo fundamentado, emitido por uma Comissão de Especialistas convocada para tanto.
9. A resolução que outorgue o credenciamento de um curso será comunicada à Reunião de Ministros.
10. O Sistema de Informação e Comunicação do MERCOSUL fornecerá informação sobre as agências credenciadoras, os critérios de credenciamento e os cursos credenciados.
11. A informação e a publicidade das regras e resoluções deverão referir-se somente aos cursos credenciados.
12. O primeiro credenciamento não deverá exceder cinco anos e os subsequentes terão duração definida em cada caso. Quando se requerir um novo credenciamento, entender-se-á que o concedido anteriormente continua vigente até a nova resolução, sempre que a instituição tenha apresentado a documentação pertinente em forma e tempo hábeis. [Parágrafo acrescentado em 1999: O tempo de vigência do primeiro credenciamento deve ser fixado de acordo com critérios e recomendações das comissões consultivas de cada curso]
13. A resolução que denegue o credenciamento distinguirá entre os cursos que apresentam insuficiências reparáveis, isto é, que podem voltar a ser apresentados a qualquer momento, uma vez cumpridas as condições necessárias, e aqueles cuja apresentação não poderá ser reiterada antes do prazo de um ano. [Parágrafo acrescentado em 1999: Os cursos indeferidos, uma vez cumpridas as condições para serem credenciados, poderão voltar a apresentar sua solicitação de credenciamento ao fim de 2 anos].

14. Os Estados Partes comprometem-se a facilitar projetos de monitoração e cooperação entre as Agências Credenciadoras Nacionais. Para tanto, estabelecer-se-á Reunião de Agências de Credenciamento do Mercosul, que se reunirá pelo menos uma vez por ano.

15. Essa Reunião implementará um procedimento para avaliar o funcionamento do mecanismo de credenciamento de cursos, informando seus resultados à Reunião de Ministros.

16. A Reunião de Ministros determinará as demais medidas necessárias para o funcionamento do presente mecanismo de credenciamento.⁹⁹

O projeto do mecanismo experimental de acreditação reaparece no Plano de Ação do SEM 2001-2005 como uma das estratégias para a área da educação superior, que tinha como temas prioritários a acreditação, a mobilidade e a cooperação universitária¹⁰⁰. A meta expressa no plano era a de colocar em funcionamento o mecanismo experimental de acreditação para os cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina.

A XXII RME, realizada em Buenos Aires, no dia quatorze de junho de 2002, aprovou: novos ajustes do “Memorando de Entendimento sobre a implementação de um mecanismo experimental de credenciamento de cursos para o reconhecimento de títulos de graduação universitários nos países do Mercosul”; os critérios e parâmetros de qualidade comuns para as carreiras de Agronomia, Engenharia e Medicina; e a convocatória para a participação do mecanismo. Foi solicitado ao CCR a elaboração de propostas de outras disciplinas a serem incorporadas ao mecanismo¹⁰¹. Com isso, o Mecanismo Experimental de Acreditação para o Reconhecimento de Títulos de Grau Universitário nos Países Membros do Mercosul (MEXA) pôde ser implantado em 2002, mantendo suas atividades até 2006 quando foi incorporado ao Sistema de Acreditação de Cursos Universitários do Mercosul (Sistema Arcu-Sur).

2.3 INICIATIVAS INOVADORAS DE INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL

A comunidade acadêmica dos países do Mercosul tem demonstrado que é possível pensar e construir uma integração diferente, através da educação. A proposta da AUGM é um

⁹⁹ ANDRÉS, Aparecida. *A educação superior no Setor Educacional do Mercosul*. Op.Cit., p.15-16.

¹⁰⁰ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 15/2001. Estructura orgánica y Plan de Acción 2001-2005 del Sector Educativo del Mercosur, Bolivia y Chile. Montevideo, 2001, p.16-17.

¹⁰¹ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Reunião de Ministros da Educação. Ata n.01/2002 da XXII Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Buenos Aires, 2002.

exemplo de resposta dos docentes e pesquisadores da região ao projeto neoliberal predominante na década de 1990. Outro exemplo importante e que está ligado ao Mercosul é o Fórum Universitário Mercosul (FoMerco), promovido pela primeira vez no ano 2000 nas dependências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O primeiro FoMerco reuniu especialistas e pesquisadores da área com o objetivo de debater o futuro do Mercosul, dados os desafios impostos à integração regional pelo contexto das negociações com os Estados Unidos sobre a Alca¹⁰². Desde então o FoMerco tornou-se “uma rede de pesquisadores de distintas nacionalidades que, há pouco mais de uma década, se reúnem anualmente com o propósito de discutir e analisar as implicações, as trajetórias, os problemas e os avanços relativos ao processo de integração sul-americana”¹⁰³.

Os membros e participantes do FoMerco partilham a percepção de que a integração regional latino-americana do século XXI é capaz de proporcionar autonomia e desenvolvimento à região a partir de uma compreensão ampliada de integração, que:

[...] associa os critérios diplomáticos e econômico-comerciais à uma pretensão simultaneamente política, social e cultural, e que abrange múltiplos organismos regionais, dentre os quais somam-se ao **Mercosul**, a recém criada **Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos – Celac** e a também jovem **União Sul Americana das Nações – Unasul**.¹⁰⁴

Dentre os temas que já foram destaque nos encontros e congressos promovidos pelo FoMerco, encontram-se: os desequilíbrios regionais na integração (Recife-2001); a universidade e a (des) integração da América Latina (Brasília-2002); América do Sul como prioridade do Brasil (Maringá-2003); a relação EUA-América Latina na ordem mundial hoje (Puc-RJ-2004); Mercosul e Comunidade Andina de Nações: os desafios da integração sul-americana (Goiânia-2005); uma nova configuração política para a América do Sul (São Paulo-2006); desafios e oportunidades da integração regional no norte da América do Sul (Aracaju-2007); desafios e oportunidades no norte da América do Sul (Bela Vista-2008); fronteira, Universidade e crise internacional (Foz do Iguaçu-2009); sulamérica: comunidade imaginada, emancipação e integração (Buenos Aires-2010); os 20 anos do Mercosul (Rio de

¹⁰² Do primeiro FoMerco resultou a seguinte publicação: Cf. FREIRE, Silene de Moraes (org.). Mercosul em debate: desafios da integração na América Latina. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

¹⁰³ FÓRUM Universitário Mercosul (FOMERCO). *O que é?* Disponível em: http://www.fomerco.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=865 Acesso em 21 jan.2015.

¹⁰⁴ FÓRUM Universitário Mercosul (FOMERCO). *Página inicial do Fórum Social Mercosul*. Disponível em: <http://www.fomerco.com.br/>. Acesso 21 jan.2015.

Janeiro-2011); por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI (Montevideu-2012); de Sul a Norte, por uma integração do continente sul-americano (Palmas-2013).

Para além das iniciativas promovidas pelos docentes da região, na América do Sul há algumas experiências educacionais, tanto no nível fundamental quanto no universitário, que precedem a criação da Unila e que podem ser consideradas inovadoras, quanto a educação como uma via para integração regional. Destacamos a seguir dois exemplos: a Universidade Andina Simón Bolívar (UASB) de iniciativa da Comunidade Andina de Nações, e o Programa Escola Intercultural Bilíngues de Fronteira (PEIBF), uma parceria entre o governo brasileiro e argentino que acabou por se estender a todos os demais parceiros do Mercosul que fazem fronteira com o Brasil.

2.3.1 Instituições de ensino vocacionadas à integração

Na América do Sul, um dos casos mais antigos de instituição de ensino pública voltada especificamente para a questão da integração regional é a Universidade Andina Simón Bolívar, uma instituição multinacional, de espírito cooperativo, criada pelo Parlamento Andino e financiada pelo Sistema Andino de Integração (SAI) para a promoção e transmissão de conhecimento científico e tecnológico voltado para o fortalecimento da CAN.

A sede central da universidade foi fundada em 1985, na cidade de Sucre, na Bolívia, seguida em 1992 pela criação da sede nacional em Quito no Equador. A Universidade Andina Simón Bolívar conta atualmente com uma sede local em La Paz, e sedes oficiais em Bogotá, na Colômbia, e Lima, no Peru¹⁰⁵. Ela tem como órgão máximo o Conselho Superior, formado por um presidente e quatro membros que representam cada um dos países da CAN, pelos reitores das sedes de Sucre, Quito e San Francisco Xavier de Chuquisaca, e de representantes dos professores.

A missão da UASB é ser o órgão acadêmico da CAN para a formação e qualificação em nível de Pós-Graduação, contribuindo para formar líderes no processo de transformação e integração libertadora¹⁰⁶. Sua ênfase maior, portanto, é nos cursos de pós-graduação *lato*

¹⁰⁵ COMUNIDADE Andina (CAN). Sistema Andino de Integración: Universidad Andina Simón Bolívar. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/Seccion.aspx?id=53&tipo=SA&title=universidad-andina-simon-bolivar>. Acessado em: 21 jan. 2015.

¹⁰⁶ UNIVERSIDAD Andina Simón Bolívar (UASB). *Conócenos: Misión y Visión*. Disponível em: <http://www.uasb.edu.bo> Acessado em: 21 jan. 2015..

sensu e *stricto sensu*, com especializações, mestrados e doutorados nas mais diferentes áreas¹⁰⁷. Desse modo, um dos fatores que diferencia a Universidade Andina Simón Bolívar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana é o fato da primeira estar centrada no ensino e pesquisa de Pós-graduação, além de estar restrita ao espaço regional da CAN. Na Bolívia, já existem iniciativas voltadas para a graduação, com cursos presenciais e virtuais, mas o foco da UASB segue sendo a Pós-graduação. É importante destacar que as sedes principais da universidade estão nos países mais pobres do bloco, como Bolívia e Equador, o que destaca o caráter solidário da iniciativa.

No âmbito do ensino fundamental, a experiência das Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira é fruto de esforços conjuntos entre Brasil e Argentina para estimular o estreitamento dos laços interculturais entre as cidades de fronteira dos dois países. As negociações em torno da iniciativa surgiram no início do Governo Lula da Silva, e em 9 de junho de 2004 os Ministros da Educação de Brasil e Argentina assinaram uma Declaração Conjunta que incluía o seguinte objetivo:

[...] desenvolvimento de um modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol, uma vez cumpridos os dispositivos legais para sua implementação.¹⁰⁸

O projeto das Escolas de Fronteira foi estruturado com foco linguístico em prol de uma integração intercultural nas escolas de ensino fundamental presentes nas cidades de fronteira entre os dois países e foi apoiado, desde o início, pelo Mercosul Educacional. Em 2005 as primeiras escolas bilíngues foram implantadas nas cidades de Uruguaiana (Brasil – RS), Dionísio Cerqueira (Brasil-SC), Corrientes (Argentina) e Misiones (Argentina). Desde então o programa foi sendo expandido gradualmente, tanto em relação às séries bilíngues quanto no número de escolas e países envolvidos.

Atualmente o programa conta com escolas em cidades fronteiriças do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela. Como aponta a apresentação do projeto no site do

¹⁰⁷ Atualmente, a sede de Quito oferece 7 cursos de doutorado, 4 mestrados de acadêmicos, 4 mestrados profissionais e 18 especializações. Os chamados cursos de certificado superior ofertados pela sede de Quito têm o objetivo de complementar à formação superior tanto dos estudantes de dentro da CAN como de outros países interessados em temas ligados a região andina, com duração de três a seis meses nas áreas de Direito, Estudos Culturais e Relações Internacionais. Dados coletados no site da sede da UASB em Quito, para o ano de 2014.

¹⁰⁸ REPÚBLICA Federativa do Brasil. Ministério da Educação. Escolas de Fronteiras: programa Escola Bilíngue de Fronteira (PEBF). Brasília e Buenos Aires: MEC-MECT, 2008. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc_final.pdf. Acesso em 21 jan. 2015.

MEC “[...] o que ocorre no PEIBF não é o ensino de língua estrangeira, mas o ensino em língua estrangeira, criando um ambiente real de bilingüismo para os alunos.”¹⁰⁹.

A lei que institui o ensino de Espanhol nas escolas brasileiras, aprovada durante o primeiro Governo do presidente Lula da Silva e as discussões em relação à questão linguística realizadas no âmbito do Mercosul Educacional, estimularam o desenvolvimento do Programa Escola Intercultural Bilíngues de Fronteira. O espírito integracionista que possibilitou o desenvolvimento do Programa Escola Intercultural Bilíngues de Fronteira no Governo de Lula da Silva também estará presente no surgimento e na criação da Unila, bem como as suas relações com o Mercosul Educacional.

Os exemplos elencados demonstram que é possível pensar em outras formas de integração educacional que não visem unicamente a integração das estruturas educacionais, mas também a criação de espaços coletivos de geração de conhecimento e reconhecimento mútuos, espaços esses capazes de contribuir para a superação da colonialidade do poder que ainda impera na América Latina e que faz com que acreditemos que os modelos teóricos e institucionais dos países centrais são melhores e adequados a nossa realidade, tão distinta da deles. A criação da Unila é, neste sentido, uma mudança significativa da maneira como a educação superior pode ser pensada dentro do Mercosul e dentro da América Latina.

2.4 AVANÇOS E LIMITES DO MERCOSUL EDUCACIONAL NA DÉCADA DE 1990

Há dois elementos que influenciam diretamente a formulação e a reformulação da agenda de debate dentro da área educacional de um bloco regional: o tipo de integração regional almejada pelos Estados membros e as necessidades objetivas para a cooperação entre os Estados que estejam ligadas a área educacional.

Segundo a Decisão n.13/1998 do CMC, que aprova o Plano Trienal do SEM 1998-2000, as principais conquistas do SEM nos seus primeiros sete anos de existência foram:

(I) aprovação de protocolos que facilitam o reconhecimento e equiparação de estudos e a livre circulação de estudantes; (II) início de trabalhos de adequação dos currículos de educação básica, no que se refere à aprendizagem das línguas oficiais do MERCOSUL e ao ensino de História e Geografia, e dos currículos de formação técnico-profissional, na perspectiva da formação por competência; (III) aprovação

¹⁰⁹ PORTAL MEC. Escola de Fronteira: apresentação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=836&id=12586&option=com_content&view=article. Acesso em 21 jan.2015.

de protocolos para facilitar o intercâmbio de docentes universitários e a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação; (IV) constituição do Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional do MERCOSUL; e (V) elaboração de um mecanismo de credenciamento de cursos universitários.¹¹⁰

Os avanços elencados pela Decisão n.13/1998 do CMC buscaram suprir os países do bloco das necessidades objetivas existentes entre eles e ligadas a área educacional, para a promoção da cooperação, tais como um maior conhecimento e o reconhecimento mútuo entre as suas sociedades. Apesar de geograficamente próximos havia, e ainda há, certo desconhecimento por parte das sociedades sul-americanas em relação aos seus vizinhos e parceiros, dificultada pelas precárias condições infra estruturais regionais. Por muitos séculos o diálogo preponderante dos países sul-americanos foi com as potências europeias e com os Estados Unidos.

A equiparação de estudos para a livre circulação de estudantes (I), a busca por adequação do ensino de História e Geografia (II), o incentivo ao intercâmbio e a formação de recursos humanos de pós-graduação (III), a constituição do Sistema de Informação (IV) e os esforços na implantação do ensino de Português e Espanhol nos países membros (não mencionado pela Decisão), são ações que visam aproximar os indivíduos e superar o isolamento regional histórico entre os povos.

Dentro do projeto neoliberal de regionalismo aberto, presente no Mercosul na década de 1990, a principal contribuição da área educacional para a concretização do Mercado Comum seria a desregulamentação da área de serviços educacionais, permitindo que empresas do ramo educacional pudessem se instalar em qualquer um dos países do bloco e que trabalhadores diplomados tivessem seus títulos reconhecidos para o exercício profissional de suas atividades. Neste sentido, não houve qualquer iniciativa, apenas aquelas ligadas ao reconhecimento das titulações, com a criação do mecanismo de credenciamento de cursos universitários (V), o Mexa, de caráter voluntário.

A falta de uma estrutura orgânica formal também limitou o aprofundamento das ações do SEM. Contudo, o principal fator que limitou o Mercosul Educacional durante a década de 1990 foi a visão neoliberal conservadora de como processar a integração educacional no bloco. O foco na integração das estruturas educacionais dos países da região, ainda que relevante, engessou as possibilidades criativas e transformadoras do órgão para com o bloco e os povos da região na década de 1990.

¹¹⁰ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 13/1998. Plano Trienal e Metas do Setor Educacional. Rio de Janeiro, 1999.p.03.

2.4.1 Por uma Integração *via* Educação

O conceito de colonialidade do poder, desenvolvido por Anibal Quijano¹¹¹, tem sido debatido e explorado por diversos teóricos, reunidos no Grupo Modernidade/Colonialidade¹¹², que tem a proposta decolonial¹¹³ de pensar a modernidade e seus problemas a partir de uma concepção periférica, ou “subalterna”. Por colonialidade do poder, entende-se a maneira como a dominação das potências centrais em relação às periféricas se estruturou ao longo do tempo, através da conceituação hierárquica das diferenças étnica/racial/de gênero/de classe, que privilegia o dominador em relação ao dominado, com o objetivo de controlar o trabalho, os recursos e os produtos em prol do capital e do mercado mundial. É uma dominação política e econômica que se justifica através do conceito de raça e que é acompanhada de uma dominação epistêmica/filosófica/científica/linguística ocidental.

A proposta decolonial, associada ao conceito de colonialidade do poder, procura estabelecer um diálogo entre as questões culturais levantadas pelos teóricos pós-coloniais das décadas de 1960 e 1970 e as questões econômicas e políticas dos teóricos do Sistema Mundo, como Immanuel Wallerstein. Ao propor uma nova linguagem interdisciplinar entre cultura, política e economia, com um olhar internacional, a decolonialidade é uma proposta teórico-metodológica que se impõe aos desafios inerentes aos Estados sul-americanos no contexto do capitalismo global atual¹¹⁴.

¹¹¹ QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p.193-238.

¹¹² Sobre o Grupo Modernidade/Colonialidade, Cf. BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, vol. 2, p. 89-117, 2013.

¹¹³ O uso do termo “decolonial” ao invés de “descolonial” é uma indicação de Walter Mignolo para diferenciar os propósitos do Grupo Modernidade/Colonialidade da luta por descolonização do pós-Guerra Fria, bem como dos estudos pós-coloniais asiáticos.

¹¹⁴ A problemática da colonialidade está presente entre os intelectuais latino-americanos desde o século XIX, ainda que de maneira dispersa e desordenada. Como destaca Luciana Ballestrin (2013), escritores e políticos como Simon Bolívar, José Maria Torres Caicedo, Martí e mesmo Mariategui, tinham preocupações com relação ao destino da América após as independências, e as consequências para os seus povos do domínio ibérico sobre a região. Com as independências na Ásia e na África, e a criação dos estudos “subalternos” asiáticos nas décadas de 1960 e 1970, as críticas à modernidade eurocentrada foram sistematizadas em um corpo teórico-intelectual denominado pós-colonialismo, que por sua vez, estimulou uma maior sistematização entre os intelectuais latino-americanos. As divergências com os estudos asiáticos e a intensificação das críticas em finais da década de 1990, levaram alguns intelectuais latino-americanos a propor o giro descolonial.

Tanto a colonialidade do saber, como a colonialidade do ser, apresentadas nas coletâneas de Edgardo Lander¹¹⁵ e de Santiago Castro-Gómez & Ramón Grosfoguel¹¹⁶ são desdobramentos do conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano e suas análises fazem parte de um movimento intelectual, político e epistêmico que procura refletir criticamente sobre as relações políticas e econômicas que criam centros e periferias no mundo contemporâneo, e o padrão de poder global da modernidade que tem na ideia de raça o elemento fundador do atual sistema de dominação social.

Interessa-nos aqui destacar que as formas alternativas de construção de conhecimento possíveis em um contexto de integração via educação, tendem a buscar a superação da verdade liberal ocidental e a dominação através do conhecimento, denominada por Walter Mignolo¹¹⁷ de colonialidade do saber. O estudo da colonialidade do saber contesta a dominação epistemológica, filosófica, científica e linguística do ocidente e os modelos institucionais tradicionais que reproduzem essa dominação. A superação da colonialidade do saber permitirá que a educação e o conhecimento desempenhem o papel deles esperado no processo de crescimento econômico e para a melhoria das condições de vida das populações latino-americanas.

A partir da perspectiva da decolonialidade, as instituições multinacionais criadas dentro do marco da integração via educação fornecem condições estruturais para a produção de um conhecimento de fronteira, ou seja, que traga respostas epistêmicas do subalterno aos problemas inerentes ao projeto eurocêntrico da modernidade, tais como a desigualdade, a opressão, a pobreza e a exclusão social. O pensamento crítico de fronteira é, para Grosfoguel, a resposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade que, ao invés de rejeitá-lo, busca a sua superação:

¹¹⁵ LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. 2000. *Op.Cit.*

¹¹⁶ CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Instituto Pensar, 2007.

¹¹⁷ MIGNOLO, Walter D. El desprendimiento: pensamiento crítico y giro descolonial. In: WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter; LINERA, Álvaro García. *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p.9-20.

[...] O pensamento crítico de fronteira é a resposta epistémica do subalterno ao projecto eurocêntrico da modernidade. Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada. Aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações económicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia. O pensamento de fronteira não é um fundamentalismo o antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica.¹¹⁸

Neste sentido, a Unila apresenta-se como um espaço singular e de fronteira em que é possível a construção de saberes coletivos, independentes das estruturas de poder global, conforme ressaltado por diversos teóricos, tais como Ingrid Sarti (2008), Hélio Trindade (2009), Gentil Corazza (2010), José Martins (2010), Gisele Ricobom (2010) e Hernan Thomas (2013). Para que os prognósticos positivos realizados pelos teóricos possam se cumprir, no entanto, faz-se necessário que a comunidade acadêmica da universidade esteja envolvida com o projeto de construção de conhecimento independente e de caráter latino-americano, um projeto que em sua essência também é decolonial.

Em relação a constituição da Unila, ela é uma instituição de ensino superior criada pelo Governo brasileiro como parte de uma estratégia maior da política externa nacional para a América Latina. Contudo, as análises da Unila tendem a minimizar ou simplesmente ignoram a importância que o Mercosul e o Mercosul Educacional tiveram para o surgimento da ideia de uma universidade vocacionada para a integração regional, destacando o papel protagonista da política externa brasileira, conforme Brackmann (2010), Martins (2010; 2011) e Schlogel (2013). A partir do Plano de Ação 2006-2010 do Setor Educacional do Mercosul, elaborado dentro do novo contexto político regional de governos progressistas, há um novo marco para o Mercosul Educacional, que valoriza não apenas a integração das estruturas educacionais mas também a formação educacional como instrumento de integração regional, conforme a missão da Unila.

A seguir, demonstraremos como a educação tem sido reformulada enquanto estratégia de integração regional nesse início do século XXI. A agenda de debate estabelecida pelo SEM durante a década de 1990 e a estrutura organizacional do SEM, institucionalizada em 2001, possibilitaram o surgimento de projetos importantes que viabilizaram a integração da educação, ou seja, uma integração das estruturas educacionais dos países da região. Isso não

¹¹⁸ GROSFOGUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 80, p.115-147, 2008, p.138

significa que esta seja a única forma de integração possível para a área educacional, conforme é possível perceber através da experiência da Unila, uma proposta que permite que a educação torne-se motor do processo de integração, modelo ao qual denominamos de integração via educação.

2.5 O NOVO MARCO DO MERCOSUL EDUCACIONAL

A reformulação da estrutura institucional do SEM e os avanços alcançados nos dez primeiros anos do órgão, observados anteriormente, tornaram os programas do setor mais complexos a partir de 2001. O Plano de Ação do SEM 2001-2005 atribuiu ao órgão missão, princípios orientadores, objetivos estratégicos e metas a serem cumpridas, procurando fortalecer e institucionalizar os projetos até então criados, como o Mexa. O Plano 2001-2005 destaca que “O SEM reconhece que a qualidade da formação de recursos humanos e o acesso ao conhecimento fazem da educação uma ferramenta essencial para a obtenção da equidade, da competitividade e do desenvolvimento da cidadania”¹¹⁹.

Para Moacir Gadotti, o Plano de Ação 2001-2005 possibilitou importantes avanços institucionais dentro do SEM. Porém, o Plano não apresenta de maneira clara a qual projeto de integração as ações do SEM serviriam:

Avanços significativos foram constatados no Plano de Ação 2001-2005. Entre eles, a aprovação de numerosos protocolos e acordos de integração educativa nos níveis de educação básica, média, técnica e universitária, a articulação com os organismos internacionais e a implementação de estratégias para o ensino de História e Geografia na perspectiva regional. Faltaria um diagnóstico mais aprimorado para dar consciência às metas a alcançar e, sobretudo, a explicitação de uma concepção de integração mais clara. Integrar para quê? Integrar ou incluir? A favor de quem? Por quê? Em educação, o projeto técnico precisa sempre de um projeto político-pedagógico.¹²⁰

Atribuímos o argumento de Gadotti ao fato de que o Plano de Ação 2001-2005 foi construído em um contexto de desgaste do modelo neoliberal na região, mas de governos ainda comprometidos com um projeto de integração baseado no regionalismo aberto. Isso fez

¹¹⁹ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 15/2001. Estructura orgánica y Plan de Acción 2001-2005 del Sector Educativo del Mercosur, Bolivia y Chile. Montevideo, 2001. p. 8. (Tradução livre).

¹²⁰ GADOTTI, Moacir. *O Mercosul educacional e os desafios do século 21*. 2007. *Op.Cit.*, p.25.

com que o texto do documento não expressasse claramente a qual projeto de integração ele está sujeito.

Com o novo contexto político regional, o problema apontado por Gadotti é solucionado, ou seja, as ações inovadoras propostas pelo Plano de Ação 2001-2005 passam a ter sentido inclusas em um projeto de integração que descentraliza a questão comercial dentro do processo e passa a dar maior relevância às ações voltadas para as integrações educacionais e socioculturais. Para além da importância conferida à área educacional, os governos progressistas estabeleceram novas bases para o Mercosul Educacional ao entender a educação como um vetor central para o processo de integração regional, a partir do Plano de Ação do SEM de 2006-2010.

No Mercosul, a primeira política oficial de mobilidade acadêmica foi criada em 2005 pelo Programa de Mobilidade Acadêmica Regional (Marca)¹²¹, a partir das negociações realizadas no âmbito do Mexa e das mudanças promovidas pelo Plano de Ação do SEM 2001-2005, que definiram a acreditação, a mobilidade e a cooperação interinstitucional como prioridades para a educação superior dentro do Mercosul Educacional.

Os objetivos gerais do Marca são:

- a) contribuir para melhorar a qualidade do ensino superior nas carreiras acreditadas no MEXA dos países que participam do Setor Educativo do MERCOSUL;
- b) estimular a cooperação interinstitucional e internacional no âmbito do ensino superior das carreiras acreditadas;
- c) promover o efeito multiplicador das experiências de mobilidade;
- d) promover o reconhecimento de matérias, graduações, estudos e diplomas, estimulando as instituições de ensino superior a desenvolver políticas de atenção aos estudantes estrangeiros e trabalhar para prestigiar as ações para além do âmbito local, em um marco institucional que assegure a qualidade dos conhecimentos e práticas;
- e) consolidar, através do intercâmbio estudantil, ações conjuntas entre os países da região, que permitam maior participação estudantil em questões sociais e conseqüentemente, potencializem as responsabilidades de desenvolvimento integral das nações.¹²²

O Programa Marca surgiu e segue vinculado às atividades relacionadas à acreditação de cursos dentro do Mercosul, que até 2008 era exercida pelo Mexa, um mecanismo voluntário e experimental realizado por especialistas dos países membros do bloco a partir de critérios técnicos de mérito, acordados entre os países previamente. Em 2005, apenas alunos,

¹²¹ O programa foi aprovado pela RME na reunião XXVI em 2004 e implantado em 2005.

¹²² PROGRAMA Marca. Objetivos. Disponível em <http://programamarca.siu.edu.ar/objetivos.php>. Acesso em: 21 jan. 2015.

professores, pesquisadores e técnicos dos cursos de Agronomia estavam autorizados a participar do Marca. A partir de 2008, com a expansão do Mexa, através da criação do Sistema de Credenciamento Regional de Cursos de Graduação dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados (Sistema Arcu-Sur), novos cursos e universidades foram incorporados ao Marca, como os cursos de Engenharia, Medicina e Arquitetura.

Daniela Perrotta argumenta que a transformação do Mexa no Sistema Arcu-Sur faz parte de uma mudança mais profunda presente no projeto político regional sul-americano do início do século XXI. As políticas regionais do Mercosul para a área educacional são parte intrínseca desse processo e revelam a existência de uma tensão entre dois modelos de integração regional: um competitivo e comercial e outro solidário¹²³.

2.5.1 Da Integração *da* Educação para Integração *via* Educação

O Plano de Ação do SEM para o período de 2006-2010 começou a ser elaborado ainda em 2004, a partir do balanço das ações do planejamento de 2001-2005, e incorpora em seu texto a percepção de que as mudanças nos cenários político e econômico internacionais do início do século XXI promoveram a deterioração das instâncias multilaterais e o estabelecimento de políticas unilaterais por parte das potências e blocos com maior poder no sistema internacional. Na América Latina, as crises econômicas e a desigualdade social colocaram em cheque as políticas econômicas da década de 1990, provocando nas sociedades o desejo de mudança, levando a eleições de governos progressistas a partir de 1999.

Neste contexto, o Plano de Ação 2006-2010 do SEM destaca que o Mercosul não se restringe à construção de um mercado comum, sendo um instrumento importante para a realização de ações coordenadas que visem a melhoria das condições de vida dos habitantes da região e a “educação segue sendo reconhecida como condição para fortalecer o processo integrador e para assegurar a sua irreversibilidade”¹²⁴. Ele inaugura um novo marco do Mercosul Educacional em que a relação entre integração e educação passa a ser vista como

¹²³ PERROTTA, Daniela. La integración regional de la educación superior en el MERCOSUR en el marco de la orientación general del bloque y la tensión entre un modelo solidario y otro competitivo: el caso de los programas regionales de acreditación de carreras de grado (del MEXA al ARCU-SUR, 1998-2008). 2011. *Op.Cit.*, 268p.

¹²⁴ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Anexo IV Plan del SEM 2006-2010. In: _____. Reunión de Ministros da Educação. Ata n.01/2006 da XXX Reunión de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Buenos Aires, 2006. (Tradução livre).

meio para superação das assimetrias e iniquidades nos níveis nacionais e regionais, fortalecendo, assim, a equidade entre os Estados.

Apesar das dificuldades pelas quais o Mercosul vinha passando desde o fim da década de 1990, os países membros mantiveram reuniões regulares junto ao SEM, estabelecendo acordos nas áreas de acreditação e mobilidade universitária, na inserção nos currículos escolares do ensino dos idiomas dos países membros, além de diversos incentivos ao intercâmbio cultural e criação de redes educacionais. Contudo, o foco do SEM era a **integração da educação** no Mercosul, dentro do contexto neoliberal de desregulamentação, competitividade e abertura de mercados.

O Plano de Ação 2006-2010 do SEM representou um passo importante para o projeto do Mercosul ao trazer a perspectiva da **integração regional via educação** e abriu novas possibilidades de diálogo regional na área educacional ao constatar que não se tratava apenas de incorporar mais estudantes aos sistemas educativos dos Estados ou simplesmente integrá-los, mas também fornecer educação de qualidade, inserida à realidade regional e voltada para à integração.

A Ata 02/2005 da RME¹²⁵, que aprova o Plano de Ação do SEM 2006-2010¹²⁶, contém a Declaração Conjunta dos Ministros da Educação do Mercosul e do Setor Educacional da Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul, em que a educação é ressaltada como um bem público e um patrimônio coletivo das nações. A Declaração destaca que, em relação às negociações sobre serviços OMC (AGCS/GATS), devem-se garantir as competências dos Estados em matéria de regulamentação de suas políticas educacionais, as quais podem ser severamente limitadas em caso dos governos assumirem compromissos de abertura comercial no setor. Em consonância com a perspectiva de um modelo de integração solidária, em que a integração educacional é promovida levando em consideração os problemas ligados ao emprego, à produção e às necessidades objetivas das sociedades dos países membros, a Declaração é encerrada com a concordância em se abrir uma agenda

¹²⁵ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Reunião de Ministros da Educação. Ata n.02/2005 da XXIV Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Montevideu, 2005.

¹²⁶ A missão, a visão, os objetivos as linhas estratégicas, os princípios ordenadores, as características das ações e resultados esperados do Plano de Ação do SEM 2006-2010 foram aprovados na Ata n.02/2005 da XXIX RME, permitindo que o Plano entrasse em vigência a partir de janeiro de 2006. O plano operativo de metas e ações do Plano de Ação do SEM 2006-2010 foram aprovados pela Ata 01/2006, que em seu Anexo IV contém o texto completo do Plano, usado como referência para esta tese. Contudo, não há menções ao Plano nas decisões do CMC de 2005, 2006 e 2007. O Plano e suas inovações se legitimam juridicamente a partir da aprovação do Plano de Ação do SEM 2011-2015 pela Decisão n.20/2011 do CMC, em que se repetem a missão e a visão do Plano de Ação 2006-2010.

comum entre o SEM e o Setor Educacional da Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul, que viabilize intercâmbios e futuras reuniões entre os setores.

A seguir, ao comparar a missão do SEM nos dois Planos de Ação elaborados no início do século XXI (2001-2005 e 2006-2010), destacamos a mudança conceitual em seu texto, realizada para incorporar ao órgão a necessidade de elaboração de políticas que articulem a educação e integração do Mercosul:

[Plano de Ação 2001-2005]

Neste marco, e a dez anos da criação do MERCOSUL, nós Ministros da Educação redefinimos como missão do Setor Educativo do MERCOSUL (SEM) “contribuir aos objetivos do MERCOSUL organizando um espaço educativo comum, estimulando a formação da consciência cidadã para a integração, a mobilidade e os intercâmbios com o objetivo de lograr uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis em um processo de desenvolvimento com justiça social e respeito a diversidade cultural dos povos da região”.¹²⁷

[Plano de Ação 2006-2010]

Neste sentido, a missão do SEM é Formar um espaço educativo comum, **através da organização de políticas que articulem a educação com o processo de integração do MERCOSUL**, estimulando a mobilidade, o intercambio e a formação de uma identidade e cidadania regional, com o objetivo de lograr uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis no processo de desenvolvimento com justiça social e respeito a diversidade cultural dos povos da região.¹²⁸

A nova missão do SEM amplia o foco da instituição ao pensar a integração regional via educação, ou seja, como um projeto político de integração das culturas e dos povos através da formação educacional voltada para a realidade regional, em busca de soluções para os problemas regionais, tendo como direcionamento a integração. Esta perspectiva fica mais evidente a partir dos objetivos e das diretrizes estratégicas presentes no Plano de Ação 2006-2010.

Além da missão renovada, outro diferencial do Plano de Ação 2006-2010 é a apresentação da visão do SEM, até então não abordada por nenhum dos outros planos do setor:

¹²⁷ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 15/2001. Estructura orgánica y Plan de Acción 2001-2005 del Sector Educativo del Mercosur, Bolivia y Chile. Montevideo, 2001.p.8 (Tradução livre).

¹²⁸ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUR). Anexo IV Plan del SEM 2006-2010. In: _____. Reunión de Ministros da Educação. Ata n.01/2006 da XXX Reunión de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Buenos Aires, 2006. p. 22. (Tradução livre).

II VISÃO

Ser um espaço regional onde se prevê e garante uma educação com equidade e qualidade, caracterizada pelo conhecimento recíproco, a interculturalidade, o respeito à diversidade e à cooperação solidária, com valores compartilhados que contribuem para a melhoria e democratização dos sistemas educacionais da região e oferecer condições favoráveis para a paz, por meio do desenvolvimento social, econômico e humano sustentável.¹²⁹

Outra mudança significativa do Plano de Ação 2006-2010 em relação aos Planos anteriores de 1998-2000 e 2001-2005 está relacionada aos Princípios Orientadores do Plano, conforme pode ser observado no quadro comparativo presente no Anexo X. Os princípios que regem o Plano de Ação 2006-2010 são mais completos que os anteriores e mais representativos em relação ao tipo de integração educacional que se busca e o papel do Estado nesse processo. O princípio da solidariedade justifica a posterior implantação da Unila pelo Brasil, ao definir que:

[...] a aplicação do presente Plano poderá ser realizada com base na iniciativa de cada país e no apoio solidário com aqueles países que, em certas condições particulares, não possam cumprir total ou parcialmente com algum projeto ou alguma atividade que seja de seu interesse. Este princípio permitirá dar continuidade às ações no marco de situações adversas pelas quais os países venham atravessar.¹³⁰

O Plano estabelece cinco objetivos estratégicos para o SEM: 1) contribuir para a integração regional acordando e executando políticas educativas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente; 2) promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo; 3) promover a cooperação solidária e o intercâmbio para a melhoria dos sistemas educacionais; 4) impulsionar e fortalecer programas de mobilidade de discentes, docentes, investigadores, gestores e profissionais; **5) organizar políticas que articulem a educação com o processo de integração do Mercosul**¹³¹.

O quinto objetivo, em destaque, trata especificamente da mudança ocorrida na missão do órgão, de procurar meios que viabilizem a integração via educação, conforme argumentado anteriormente. No Plano de Ação 2006-2010 do SEM, os objetivos são desdobrados em diretrizes estratégicas, estabelecidas para a condução destes e, com relação ao objetivo citado,

¹²⁹ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUR). Anexo IV Plan del SEM 2006-2010. *Op.Cit.*, p.22 (Tradução livre)

¹³⁰ *Ibidem.*, p.26 (Tradução livre).

¹³¹ *Ibidem.*, p. 23 (Tradução livre).

destacamos duas diretrizes ímpares: **5.3) Promoção de uma formação específica para a integração;** e **5.6) Consolidação orgânica e financeira do SEM no marco institucional do Mercosul**¹³².

Até a criação do Plano de Ação 2006-2010, não havia no âmbito do SEM qualquer intensão explícita em estabelecer iniciativas ou projetos de formação educacional, em qualquer nível, que fossem pensados especificamente para a integração regional.

Com o estabelecimento da diretriz estratégica 5.3, que visa a promoção de uma formação específica para a integração, abre-se a possibilidade de diálogos em torno da criação de instituições de ensino multinacionais com vocação específica à integração regional. Projetos dessa envergadura necessitam de uma fonte de financiamento sólida, algo que já vinha sendo debatido no âmbito do SEM, como exposto na diretriz estratégica 5.6.

2.5.2 Fundo de Financiamento do SEM

A criação de um fundo para financiamento de programas e projetos educacionais no Mercosul é um projeto que permeia toda a história do SEM e que foi concretizado em 2004, com a criação do Fundo de Financiamento (FEM) do SEM pelo CMC, através da Decisão nº 33/2004. Conforme destaca Edilson Rodrigues Barreto Junior, o FEM é o primeiro fundo setorial de financiamento criado no Mercosul.¹³³

Segundo a decisão do Conselho, o fundo é composto por contribuições dos Estados partes e associados do Mercosul, por contribuições extraordinárias de terceiros países, de outros organismos e pelo setor privado. Inicialmente, a decisão previa uma contribuição mínima anual de US\$ 30.000 (trinta mil dólares) para cada Estado, mais uma contribuição adicional proporcional. Para a administração do FEM foi criado o Comitê Assessor do FEM (Cafem), responsável pela assinatura do convênio entre o Mercosul e a Corporação Andina de Fomento (CAF) em 18 de outubro de 2005. A CAF ficou responsável pela custódia e gestão financeira do FEM, em uma conta aberta em dólares americanos e taxada pelo *London Interbank Bid Rate*. O documento contém a seguinte projeção de contribuições para o fundo:

¹³² MERCADO Comum do Sul (MERCOSUR). Anexo IV Plan del SEM 2006-2010. *Op.Cit.*, p. 25. (Tradução livre).

¹³³ BARRETO JR., Edilson Rodrigues. O Setor Educacional do Mercosul e a educação superior: principais avanços do projeto de integração regional. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio (org.). *Sulamérica: comunidade imaginada, emancipação e integração*. Niterói: EdUFF, 2011. p.85-97.

TABELA 1 - PROJEÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES POR PAÍS DO SEM CONFORME DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

PAÍS	POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR (EM MILHÕES)	APORTE MÍNIMO	APORTE PROPORCIONAL	TOTAL
Argentina	12,5	US\$ 30.000	US\$ 27.000	US\$ 57.000
Bolívia	3,0	US\$ 30.000	US\$ 6.000	US\$ 26.000
Brasil	60,0	US\$ 30.000	US\$ 132.000	US\$ 162.000
Chile	4,0	US\$ 30.000	US\$ 9.000	US\$ 39.000
Paraguai	2,0	US\$ 30.000	US\$ 4.000	US\$ 34.000
Uruguai	0,6	US\$ 30.000	US\$ 2.000	US\$ 32.000
TOTAL	82,1	US\$ 180.000	US\$ 180.000	US\$ 360.000

FONTE: MERCOSUL, 2004¹³⁴.

A Decisão nº 33/2004 do CMC foi substituída em 2008 pela Decisão nº 24/2008, em que foram incluídos no texto os avanços obtidos, como: a criação de um organismo especializado para administração do FEM, institucionalizando o Cafem e subordinando-o diretamente ao CCR; o Contrato de Administração do Fundo do SEM, assinado com a CAF; e os critérios para a contribuição proporcional dos países membros (US\$ 2.200 – dois mil e duzentos dólares – por cada milhão de habitantes em idade escolar, no ano de 2006).

Apesar de todos os esforços empreendidos para a criação e consolidação do FEM, do SEM e de todas as demais decisões relativas à área educacional do Mercosul, um dos principais responsáveis pela lentidão na realização dos projetos é a necessidade de aprovação das decisões do bloco nos legislativos nacionais. Um exemplo é o próprio FEM, criado em 2004, que entrou em vigor no Brasil apenas em 2011 com a aprovação da Lei nº 7.484.

2.5.3 Institucionalidade da Integração *via* Educação

Dentro do espírito do Plano de Ação 2006-2010 do SEM de conferir à educação um papel fundamental e estratégico dentro do projeto de integração regional do Mercosul e da necessidade de construção de políticas que articulem a educação com o processo de integração, Brasil e Argentina assinaram o “Protocolo de Criação do Mecanismo Permanente Conjunto em Temas Educacionais” em Buenos Aires, no dia 19 de julho de 2006, um mês após a XXX Reunião de Ministros da Educação do Mercosul.

¹³⁴ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão nº 33/2004. Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL (FEM). Belo Horizonte, 16 dez. 2004.

As primeiras referências à ideia de uma Universidade do Mercosul são deste encontro em julho de 2006, a partir de declarações feitas à imprensa pelo então Ministro da Educação do Brasil Fernando Haddad. Segundo reportagem de Ionice Lorenzoni ao portal do MEC de 31 de julho de 2006¹³⁵, o embrião da Universidade do Mercosul teria surgido do encontro entre Fernando Haddad e o Ministro da Educação, Ciência e Tecnologia da Argentina, Daniel Filmus, por conta da assinatura do referido protocolo.

Apesar de não haver qualquer menção explícita no documento sobre a criação de uma universidade entre os dois países, é possível perceber o interesse em tal matéria a partir do ponto 1, que contém o seguinte texto:

1 As Partes buscarão fortalecer o conhecimento recíproco dos sistemas e políticas educacionais, expandir e facilitar a mobilidade e o intercâmbio de estudantes, professores, gestores escolares e pesquisadores e promover a realização conjunta de atividades e pesquisas, bem como de missões acadêmicas e de cooperação técnica.¹³⁶

Em 14 de agosto de 2006, durante uma viagem ao Rio Grande do Sul para participar de uma audiência pública na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o Ministro Fernando Haddad afirmou em entrevista que a Itaipu Binacional demonstrara interesse em fornecer o espaço físico para a instalação da futura universidade, e que diálogos estariam sendo realizados com os representantes de Paraguai e Uruguai para que se unissem ao projeto¹³⁷.

A reportagem de Patricia Künzel, do jornal Gazeta do Povo, de 18 de agosto de 2006, confirma as declarações do Ministro Haddad, a partir da entrevista realizada com o então reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), professor Carlos Augusto Moreira Junior. Convidado pelo MEC a ir a Brasília para tratar da participação da UFPR no projeto de

¹³⁵ LORENZONI, Ionice. Haddad discute criação da Universidade do MERCOSUL com presidente da República. *Portal do MEC*, s/p, 31 jun, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6757:&catid=221&Itemid=86. Acesso em: 26 jan. 2015

¹³⁶ REPÚBLICA Federativa do BRASIL. Ministério da Educação; REPÚBLICA da Argentina. Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia. Protocolo entre o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina para a criação do Mecanismo Permanente Conjunto em Temas Educacionais. Buenos Aires, 19 jul. 2009. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2006/b_118/. Acesso em: 21 jan. 2015.

¹³⁷ REPÚBLICA Federativa do Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Comunicação Social. Itaipu pode ser sede da Universidade do Mercosul. Portal do MEC, 14 ago. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6820&catid=221&Itemid=1176. Acesso em: 21 jan. 2015..

construção da nova universidade, Moreira Junior confirmou a possibilidade da utilização das instalações da Itaipu Binacional para a implantação da primeira sede da instituição¹³⁸.

A primeira apresentação formal da ideia de uma Universidade do Mercosul aos demais membros do bloco ocorreu durante o Seminário de Educação Superior e Integração Regional, realizado na cidade de Foz do Iguaçu, nos dias 18 e 19 de setembro de 2006 e que contou com a presença dos Ministros da Educação dos países membros do Mercosul, conforme exposto na Ata nº 4/2006 da XX Reunião da CRCES¹³⁹. Segundo o documento, único no âmbito do bloco a mencionar o termo “Universidade do Mercosul”, os representantes dos países membros concordaram que era preciso seguir discutindo a ideia para encontrar a forma mais adequada para a sua materialização.

2.5.4 O Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul

De acordo com o informativo elaborado pelo Governo brasileiro referente ao Encontro do Mercosul Educacional, realizado na cidade de Belo Horizonte em novembro de 2006, o Ministro Fernando Haddad apresentou a ideia da Universidade do Mercosul aos demais Ministros da Educação dos países membros como sendo um pedido do presidente Lula da Silva, que via nela um espaço para a formação de capital humano com pensamento voltado para a integração. Ainda segundo o informativo, a ideia da Universidade do Mercosul foi bem recebida por todos os ministros presentes na reunião¹⁴⁰.

A Ata nº 2/2006 da XXXI RME do Mercosul, que aconteceu durante o encontro, refere-se à aprovação de um Grupo de Alto Nível, com o objetivo de elaborar o projeto de um Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul (Eres)¹⁴¹. Apesar de não haver menção

¹³⁸ KÜNZEL, Patrícia. Itaipu pode abrigar 1.ª sede da Universidade do Mercosul. *Gazeta do Povo Online*, Curitiba, s/n, 18 ago. 2006. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=592055&tit=Itaipu-pode-abrigar-1-sede-da-Universidade-do-Mercosul>. Acesso em: 21 jan. 2015.

¹³⁹ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL) Comissão Regional Coordenadora de Ensino Superior (CRCES). Ata n.04/2006 da XX Reunião da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior. Curitiba, 2006.

¹⁴⁰ REPÚBLICA Federativa do Brasil. Ministério da Educação. Encontros do MERCOSUL Educacional. Belo Horizonte: MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/publicacoes/MERCOSUL_portugues.pdf. Acesso em: 21 jan. 2015.

¹⁴¹ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL) Comissão Regional Coordenadora de Ensino Superior (CRCES). Ata n.02/2006 da XVII Reunião da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior. Buenos Aires, 2006. p. 1.

ao termo “Universidade do Mercosul” no documento oficial elaborado a partir da reunião ministerial, é possível concluir que se trata de matéria semelhante, ou seja, criar um projeto de ensino e pesquisa regional de educação superior promotor da integração.

Durante a Reunião Ministerial, ficaram estabelecidos os seguintes princípios como norteadores para a formação do Eres:

- O espaço regional de educação superior do MERCOSUL terá como meta lecionar e pesquisar temas voltados para a integração regional nos campos das ciências humanas e sociais, científico-tecnológicas, agrárias e ecológicas, de saúde e artísticas;
- O espaço regional de educação superior do MERCOSUL poderá ser formado por *campi* universitários instalados nos diversos Estados Partes e associados ou programas de outras Universidades, Faculdades e departamentos dos Estados Partes e associados. Tais instituições deverão ser reconhecidas pelos respectivos ordenamentos jurídicos.
- O processo de seleção de docentes, estudantes, pesquisadores e gestores será aberto a cidadãos dos Estados Partes do MERCOSUL e associados.
- O projeto pedagógico dos cursos oferecidos poderá abranger tanto o nível de graduação quanto o de pós-graduação, respeitadas a legislação, as possibilidades e as prioridades do sistema educacional de cada Estado Parte e associado.
- O espaço regional de educação superior do MERCOSUL será constituído com base na mobilidade de professores, estudantes e pesquisadores. Para tanto, serão devidamente incorporados os avanços logrados nas iniciativas MEXA e MARCA do Setor Educacional do MERCOSUL.¹⁴²

Os princípios elencados pela RME como norteadores da implantação do Eres assemelham-se com aqueles que nortearam a implantação da Unila, salvo algumas adaptações realizadas a partir da vocação latino-americanista da universidade e da necessidade de construí-la dentro da estrutura educacional brasileira.

Conforme solicitado pelo RME, em abril de 2007, a CRCES¹⁴³ elaborou uma agenda de discussão para o Grupo de Alto Nível criado para a construção do projeto do Eres. Contudo, a partir das Atas da CRCES nº 2/2007, 3/2007, 4/2007 e 01/2008, é possível perceber que as reuniões do Grupo de Alto Nível foram adiadas diversas vezes, nunca chegando a acontecer.

Paralelo a este movimento do Setor Educacional do Mercosul em elaborar o projeto do Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul, o Ministério da Educação brasileiro procurou articular parcerias com os representantes da Itaipu Binacional para a constituição de

¹⁴² GRUPO de Alto Nível. Anexo IV – Documento conceitual: Espaço Regional de Educação Superior do MERCOSUL. In: MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL). Comissão Regional Coordenadora de Ensino Superior (CRCES). Ata n.02/2008 da XXVI Reunião da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior. Buenos Aires, 2008. Cf. Anexo II: Transcrição do Anexo IV da Ata n.02/2008.

¹⁴³ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL) Comissão Regional Coordenadora de Ensino Superior (CRCES). Ata n.01/2007 da XXI Reunião da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior. Buenos Aires, 2007.

uma universidade multinacional na região de Foz do Iguaçu. Em maio de 2007 o Governo brasileiro anunciou a criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (Imea), com sede provisória no Parque Tecnológico da Itaipu (PTI) e em dezembro de 2007 os Ministérios da Educação e do Planejamento enviaram ao Presidente Lula da Silva a Exposição de Motivos Interministerial nº 00331/2007 que trata da importância da criação de uma universidade federal brasileira para a integração da América Latina.

O Grupo de Alto Nível foi definitivamente constituído em maio de 2008, durante a XXVI Reunião do CRCES. Ao Brasil coube elaborar e apresentar o Documento Conceitual do Eres (anexo IV da Ata nº 2/2008 do CRCES¹⁴⁴), em que é apresentado o histórico das discussões dentro do SEM que criou a demanda e os princípios para a formação do Eres, ou seja, o Plano de Ação do SEM 2006-2010 e a XXXI Reunião de Ministros da Educação. Após a elaboração desse documento, cessaram os debates em torno do projeto do Eres, tais como a criação de instituições de ensino superior com sede nos diversos Estados membros do Mercosul, com docentes, discentes, pesquisadores e gestores dos países da bloco regional.

Para Daniela Perrotta, em relação à integração educacional, a concretização dos princípios do Eres esbarram em três debates ainda em andamento no Mercosul: as questões sobre acreditação, mobilidade acadêmica, e cooperação interinstitucional¹⁴⁵. Para que possam existir instituições educacionais vinculadas ao Setor Educacional do Mercosul, que sejam de fato multinacionais, é necessário que o SEM avance nos debates intergovernamentais elencados por Perrotta.

Apesar de o Imea e a Unila se assemelharem aos princípios estabelecidos para o Eres, e do forte vínculo que ambas têm com o Mercosul, as duas instituições não podem ser considerados como a concretização do Espaço Regional de Ensino Superior do Mercosul, pois são instituições de ensino brasileiras, submetidas ao ordenamento jurídico educacional nacional.

O caso do projeto do Eres é ilustrativo de um impasse maior existente entre o padrão burocrático inerente ao modelo intergovernamental adotado pelo Mercosul na década de

¹⁴⁴ Cf. Anexo III: Transcrição do Anexo IV da Ata n.02/2008.

¹⁴⁵ PERROTTA, Daniela. La integración regional de la educación superior en el MERCOSUR en el marco de la orientación general del bloque y la tensión entre un modelo solidario y otro competitivo: el caso de los programas regionales de acreditación de carreras de grado (del MEXA al ARCU-SUR, 1998-2008. 2011. *Op.Cit.*, p. 108.

1990, problematizado por Caetano, Vázquez e Ventura¹⁴⁶ e ligado ao projeto neoliberal de abertura econômica, e a integração regional solidária almejada pelos governos progressistas eleitos na região no início do século XXI. Conforme aponta Ingrid Sarti:

Cabe, portanto, frisar a persistência de um padrão tradicional burocrático de gestão no conjunto da institucionalidade *mercosureña* que dificulta o processo de decisão e a execução de políticas públicas dirigidas para a ampla integração democrática na região. Trata-se de um padrão que acaba por provocar o descrédito e afastar os povos da própria ideia de integração, desejada mas ainda incipiente.¹⁴⁷

Por outro lado, o modelo supranacional adotado na União Europeia para a concretização do pacto social original de uma Europa unida, solidária e próspera não foi capaz de garantir a aplicação de políticas sociais no bloco quando da retomada do neoliberalismo pelos governos europeus.¹⁴⁸

Para além do modelo institucional aplicado a um processo de integração regional, são necessárias, segundo Sarti, “instituições sólidas para enfrentar os contratemplos e eventuais reviravoltas que possam ocorrer na consolidação do modelo em tela”¹⁴⁹

Nesse contexto, a saída possível encontrada pelo Governo brasileiro para a concretização da ideia de uma instituição educacional com a vocação de promover a integração educacional solidária dos povos da região foi através da criação da Unila como uma instituição de ensino pública brasileira, submetida à legislação educacional nacional.

2.5.6 O Instituto Mercosul de Estudos Avançados

Em maio de 2007, o Ministro da Educação Fernando Haddad reuniu-se com representantes da Itaipu Binacional para dar continuidade às negociações em relação à parceria proposta pela usina para a criação de uma universidade multinacional na região da fronteira. Dessas negociações surgiu o Instituto Mercosul de Estudos Avançados (Imea), um espaço educacional dedicado à ampliação do intercâmbio entre as Instituições de Ensino

¹⁴⁶ CAETANO, Gerardo; VAZQUEZ, Mariana; VENTURA, Deisy. Reforma institucional del MERCOSUR. Análisis de um reto. In: CAETANO, Gerardo (Coord.) *La reforma institucional del MERCOSUR: del diagnóstico a las propuestas*. Montevideo: Ediciones Trilce & Cefir, 2009.

¹⁴⁷ SARTI, Ingrid. A arquitetura política e os desafios da institucionalidade na integração sul-americana. *Op.Cit.*, p.184.

¹⁴⁸ *Idem*.

¹⁴⁹ *Idem*, p.185.

Superior no Mercosul e que busca a promoção do ensino e da pesquisa no âmbito da Pós-Graduação na região.

O instituto iniciou suas atividades em junho de 2007, nas dependências do Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) e sob a coordenação do professor Hélgio Trindade, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para sua gestão, estavam previstos recursos advindos do Ministério da Educação, da Capes, da Secretaria de Ensino Superior do Governo Federal e de empresas privadas e fundações. Em visita a Universidade Estadual de Maringá, no Paraná, em julho de 2007, o professor Hélgio Trindade procurou articular possíveis parcerias entre o Instituto e a universidade paranaense¹⁵⁰.

O Imea foi apresentado aos demais membros do Mercosul na XXXII Reunião de Ministros da Educação, que aconteceu na cidade de Assunção em junho de 2007. A iniciativa brasileira de criação do Imea foi valorizada pelos demais membros como parte dos esforços do país em contribuir com a proposta do Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul.

Dentre as primeiras iniciativas do Imea, anunciadas pela Assessoria de Comunicação do Ministério da Educação em setembro de 2007, estariam à elaboração de propostas para a criação de cursos de mestrados em bioenergia e em ciência política no Paraná¹⁵¹.

Contudo, o Imea careceu, em seus primeiros anos de existência, de uma institucionalização formal que possibilitasse ao instituto maiores capacidades de ação. Tal institucionalização só ocorreu em 2009, por conta das necessidades do processo de criação da Unila, quando o Instituto Mercosul de Estudos Avançados passa a ser identificado como Imea-Unila, conforme analisado no próximo capítulo.

¹⁵⁰ ASSESSORIA de Comunicação da Universidade Estadual de Maringá. Instituto quer apoio da UEM para atuar no Mercosul. *Informativo*, ano XVII, n.782, s/p., Maringá, 10 jul.2007. Disponível em <http://www.informativo.uem.br/novo/index.php/informativos-2007-mainmenu-30/49-informativo-782/809-instituto-quer-apoio-da-uem-para-atuar-no-mercosul> Acesso em 21 jan.2015.

¹⁵¹ REPÚBLICA Federativa do Brasil. Ministério da Educação. Assessoria de Imprensa da SESu. Instituto Mercosul propõe mestrados. Portal do MEC, 05 set.2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8987:&catid=212&Itemid=164 Acesso em 21 jan.2015.

3 CONDIÇÕES NACIONAIS PARA A CRIAÇÃO DA UNILA

Art. 2º A UNILA terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no MERCOSUL.

§ 1º A UNILA caracterizará sua atuação nas regiões de fronteira e será vocacionada para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do MERCOSUL e com os demais países da América Latina.

§ 2º Os cursos ministrados na UNILA serão, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do MERCOSUL, com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e lingüísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regional.

Projeto de Lei nº 2878/2008¹⁵²

Com a posse do Presidente Lula, o Brasil imprimiu um novo tom em sua política externa: uma política voltada para a inserção soberana do país, a um tempo universal e humanista, firmemente ancorada nos interesses da nação brasileira e da integração da América do Sul. Palestra do Ministro Celso Amorim no Seminário “A Atualidade de San Tiago Dantas”. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2004¹⁵³

A Unila foi projetada para ser uma instituição vocacionada, dedicada ao ensino e à pesquisa da integração regional, com metade das vagas docentes e discentes destinadas a brasileiros e a outra metade a cidadãos dos demais países da América Latina. Em julho de 2014¹⁵⁴, a universidade contava com dezessete cursos de Graduação¹⁵⁵, dentre eles o recém-inaugurado curso de Medicina; dois cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, um em Energias

¹⁵² REPÚBLICA Federativa do Brasil. Projeto de Lei nº 2.878, de 25 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=704F998B23FC7ABE2AD2CDEC7BEED706.proposicoesWeb2?codteor=539906&filename=PL+2878/2008. Acesso em: 21 jan. 2015

¹⁵³ REPÚBLICA Federativa do Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. Repertório de política externa: posições do Brasil. 2007. Op.Cit. p. 20.

¹⁵⁴ Para mais informações, cf. UNIVERSIDADE Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Disponível em: <http://www.unila.edu.br>. Acesso em: 21 jan. 2015.

¹⁵⁵ Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana; Arquitetura e Urbanismo; Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina; Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade; Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química; Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento; Cinema e Audiovisual; Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar; Engenharia Civil de Infraestrutura; Engenharia de Energias Renováveis; Geografia – Território e Sociedade na América Latina; História - América Latina; Letras – Artes e Mediação Cultural; Medicina; Música; Relações Internacionais e Integração; e Saúde Coletiva. Dados de agosto de 2010.

Renováveis e outro em Educação Médica, dois cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, os Mestrados em Integração Contemporânea Latino-Americana e o Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, e os apoios intelectual, do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (Imea-Unila), e logístico, da Itaipu Binacional.

A Exposição de Motivos (EM) Interministerial nº 00331/2007 do Ministério do Planejamento e do Ministério da Educação (MEC) à Presidência da República¹⁵⁶, que trata da proposta de criação da Unila, prescrevia em seu texto a meta 10.000 estudantes de Graduação e Pós-Graduação e um quadro de 250 professores, com um impacto orçamentário anual estimado de R\$ 3.160.435,03. A EM nº 00331/2007 foi enviada à Presidência no dia 11 de dezembro de 2007, dando origem ao Projeto de Lei (PL) nº 2.878/2008¹⁵⁷, apresentado e aprovado pelo Congresso Nacional e posteriormente pelo Senado Federal. No dia 12 de janeiro de 2010, a Lei nº 12.189 foi sancionada pelo presidente Lula da Silva, criando a Unila.

Durante o governo do presidente Lula da Silva (2003-2010), a América do Sul tornou-se prioridade para a agenda de política externa do país. Como ressalta o Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, durante os dois Governos de Lula da Silva, a orientação da política externa brasileira era a de estreitar os laços políticos, econômicos e sociais com os países vizinhos e retomar o projeto do Mercosul, entendido como uma das plataformas de internacionalização do Brasil¹⁵⁸. Dessa perspectiva, a Unila cumpriu um papel relevante dentro de duas políticas públicas do governo do presidente Lula da Silva: 1) a política de interiorização do ensino superior no país, executada através do plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); e 2) a política externa brasileira para a América do Sul.

A educação passou a ocupar um papel estratégico dentro do projeto de integração regional do Mercosul, sendo a Unila parte deste novo contexto, que foi precedido pela ideia de uma Universidade do Mercosul e da criação do Eres do Mercosul.¹⁵⁹

¹⁵⁶ REPÚBLICA Federativa do Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ministério da Educação. Exposição de Motivos Interministeriais nº 00331, de 11 de dezembro de 2007. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2007/331%20-%20MP%20MEC.htm. Acesso em: 21 jan. 2015.

¹⁵⁷ REPÚBLICA Federativa do Brasil. Projeto de Lei nº 2.878, de 25 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, e dá outras providências. *Op.Cit.*

¹⁵⁸ AMORIM, Celso. A integração sul-americana. 2009. *Op.Cit.*

¹⁵⁹ Conforme análise de documentos do SEM, como as atas das Reuniões de Ministros da Educação (RMEs) e das reuniões da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior (CRCES) entre os anos de 2005 e 2008, bem como os Planos de Ação do SEM 2001-2005 e 2006-2010.

Destacamos a seguir a importância da integração regional e da educação para a política externa brasileira, bem como as políticas para educação superior que forneceram condições materiais para a implantação da Unila. A ênfase da análise na primeira parte do capítulo está nas estratégias da política externa do primeiro Governo de Lula da Silva. Na segunda parte do capítulo, analisa-se a implantação da Unila e a importância do Mercosul para a universidade, e apresenta-se algumas percepções sobre os motivos que levaram o segundo Governo Lula da Silva a ampliar a vocação da Unila de mercosulina para latino-americana.

3.1 INTEGRAÇÃO E EDUCAÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Os princípios que guiaram a política externa brasileira durante o Governo Lula da Silva foram distintos daqueles que pautaram o Governo de seu antecessor, FHC, e as mudanças estratégicas ocorridas entre um e outro Governo se deram tanto pela necessidade de adaptação da política externa ao contexto em que ela estava inserida quanto por concepções ideológicas distintas entre os dois Governos para a área internacional.

De acordo com Williams Gonçalves¹⁶⁰, para além das questões conjunturais, as políticas externas dos Governos FHC e Lula da Silva se distinguem por serem baseadas em princípios e visões de mundo diferentes. Segundo Gonçalves, os princípios que nortearam a política externa de FHC são liberais cosmopolitas, enquanto que os princípios presentes na política externa de Lula da Silva são denominados de nacionalistas¹⁶¹.

Os princípios liberais cosmopolitas adotados no Governo FHC têm a leitura de que o mundo pós-Guerra Fria e a globalização econômica tornaram as relações econômicas como determinantes do comportamento da ordem e dos atores internacionais, em que galgar novas posições dentro do sistema internacional dependeria do desempenho competitivo e do aumento de produtividade de cada Estado. A crença de que um mercado autorregulado é o

¹⁶⁰ GONÇALVES, Williams da Silva. Panorama da política externa brasileira no Governo Lula da Silva. In: FREIXO, Adriano de et al. *Política Externa Brasileira na era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 11-31.

¹⁶¹ As diferentes políticas externas entre os dois Governos foram conceituadas por outros pesquisadores. Tullo Vigevani, por exemplo, adota a concepção de autonomia pela integração para compreender o Governo FHC e autonomia pela diversificação para o Governo Lula da Silva. Amado Cervo, que procurou teorizar a política externa brasileira a partir de paradigmas, explica que entre 1998 e 2002 teria predominado o paradigma normal (ou neoliberal) e, a partir de 2003, teria sido implantado o paradigma logístico. A adoção da perspectiva de Williams Gonçalves, no entanto, se deve ao fato de ela ser menos dogmática do que as demais e por ser aquela que fornece melhores instrumentos para a realização da análise a qual nos propomos, ou seja, de entender a importância das relações regionais para o país a partir do Governo Lula da Silva.

único capaz de conter grandes crises econômicas e promover o crescimento, induz a defesa da desregulamentação e do combate a qualquer tipo de protecionismo por parte dos Estados. Os países em desenvolvimento, como o Brasil, encontrariam nas parcerias com grandes potências e nos espaços multilaterais os elementos centrais para ampliação das suas capacidades no sistema internacional. Apenas os países desenvolvidos poderiam fornecer grandes mercados consumidores, poupança ociosa para investimento no estrangeiro e acesso às instituições financeiras internacionais, por eles coordenadas.

A consequência da política externa brasileira de FHC para o Mercosul foi, como observado anteriormente, a ênfase por parte do Brasil em um processo de integração comercial baseada no regionalismo aberto.

Os princípios nacionalistas adotados pela política externa do Governo Lula da Silva são herdeiros, segundo Gonçalves, da Política Externa Independente, da década de 1960, e do Pragmatismo Responsável, dos anos 1970 e 1980. A visão de mundo que compõe esses princípios de política externa destaca que as relações políticas e estratégicas são aquelas que determinam o comportamento dos atores e da ordem internacionais. A luta contínua entre os Estados está entre aqueles que desejam manter seu *status* de grande potência e aqueles que lutam pelo desenvolvimento. A ordem internacional estabelecida pós-1945 é fruto dos interesses das grandes potências e visa a manutenção das estruturas de poder vigente.

Isso significa que cabe aos Estados em desenvolvimento, em maior número no sistema, se organizarem de maneira a criar melhores condições para o seu próprio desenvolvimento e para a democratização do sistema. Como aponta Gonçalves, “A linha nacionalista valoriza os foros multilaterais, assim como atribui grande importância à dimensão cultural e à geopolítica”¹⁶².

A aproximação do Brasil com os países da América do Sul e da África durante o primeiro Governo de Lula da Silva corrobora com a visão de Williams Gonçalves em relação aos princípios nacionalistas da política externa de cooperação com os demais países em desenvolvimento. No Governo de Lula da Silva, a América do Sul e o Atlântico Sul foram evidenciados enquanto espaços geopolíticos estratégicos para o país, incluindo neste contexto os países da costa africana. Através da diplomacia presidencial, durante seu primeiro governo, o presidente Lula da Silva visitou vários dos principais parceiros estratégicos do país, dentre eles, todos os países latino-americanos e diversos Estados africanos, alguns inclusive em que

¹⁶² GONÇALVES, Williams da Silva. Panorama da política externa brasileira no Governo Lula da Silva. 2011. *Op. Cit.*, p. 15.

nunca antes havia estado um presidente brasileiro e onde foram abertas diversas embaixadas¹⁶³.

O relacionamento do Brasil com seu entorno geopolítico, ou seja, a América do Sul e o Atlântico Sul, durante o Governo de Lula da Silva, teve duas ênfases: nas questões relacionadas à segurança e defesa e nas questões relacionadas à integração regional. Segurança e integração, inclusive, não foram tratadas como elementos antagônicos, e sim como complementares. Para Maria Regina Soares de Lima, quanto maiores forem as pretensões do país para com o sistema internacional, como um acento permanente no Conselho de Segurança, por exemplo, mais investimentos devem ser realizados na área de defesa. A integração exerce um papel fundamental de garantir a confiança e a reciprocidade dos demais parceiros regionais e o estabelecimento de instâncias multilaterais regionais de cooperação e diálogo torna-se prioridade¹⁶⁴.

Durante a Terceira Reunião de Presidentes da América do Sul, de 2004, a necessidade de fortalecimento do diálogo político para a concretização dos projetos coletivos de desenvolvimento, levou os presidentes da região à criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), uma coalisão regional em que os Estados se comprometiam a se reunirem periodicamente e a estabelecerem uma nova agenda coletiva de discussão e de ações a partir das necessidades objetivas regionais. O debate em relação à Iirsa foi incorporado à Casa, que se concentrou na necessidade de que a integração produtiva e infraestrutural por ela viabilizada estivesse voltada para a integração do interior da região, e não prioritariamente para o mercado exterior, ampliando as possibilidades das economias regionais tornarem-se complementares.

Williams Gonçalves aponta para uma característica central de uma política externa baseada nos princípios nacionalistas: o papel exercido pela burocracia estatal no processo de concretização dos interesses nacionais. Sobre essa questão o autor afirma o seguinte:

¹⁶³ Países visitados pelo presidente Lula da Silva: 2002 (como presidente eleito) – Argentina, Chile, EUA, México; 2003 – Equador, Alemanha, França, Argentina, EUA, Paraguai, Peru, Venezuela, Suíça, Colômbia, Portugal, Grã-Bretanha, Espanha, México, Cuba, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito, Líbia; 2004 – Índia, Ucrânia, China, Bolívia, Gabão, Cabo Verde, Paraguai, República Dominicana, Haiti, Chile, Peru; 2005 – Bolívia, Venezuela, Guiana, Uruguai, Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau, Senegal, Coreia do Sul, Japão, Venezuela, Reino Unido, França, Peru, Portugal, Espanha, Itália, Rússia, Colômbia; 2006 – Bolívia, Argélia, Benin, Botsuana, África do Sul, Chile, Rússia, Peru, Equador, Alemanha, França. Fonte: FUNDAÇÃO Alexandre Gusmão (FUNAG). *Cronologia da política externa do governo Lula (2003-2006)*. Brasília, DF, 2007.

¹⁶⁴ LIMA, Maria Regina Soares de. *Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro*. 2010. *Op.Cit.*

[...] a principal viga de sustentação dessa política externa [nacionalista] foi, desde seus primórdios, a burocracia de Estado. Essa tem sido a política externa que, tanto do ponto de vista político quanto ideológico, satisfaz a maior parte dos que integram órgãos do Estado ou fortemente vinculados ao Estado como a Petrobrás, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as Forças Armadas, as universidades públicas, entre tantos outros. Conquanto o objetivo da política externa seja o de criar oportunidades no exterior para todos os setores que trabalham em favor do desenvolvimento do país, a burocracia de Estado é aquele segmento que mais se preocupa com a sorte do país no longo prazo e com a autonomia decisória do Estado no contexto internacional. Enquanto os demais segmentos agem exclusivamente em favor de seus próprios interesses, combinados pelo governo no processo de formulação e execução da política externa, a burocracia de Estado trabalha tendo como horizonte o prestígio e a maximização do poder do Estado no sistema internacional.¹⁶⁵

A partir de Gonçalves, é possível afirmar que instituições públicas de ensino superior com carisma internacional como a Unila e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)¹⁶⁶, corroboram com a prática da burocracia estatal como viga de sustentação da política externa brasileira. Nesse caso específico, as universidades cumprem um papel importante dentro do objetivo de promoção da integração regional pela política externa brasileira. Referente à Unila, há uma clara relação entre a universidade e o Mercosul, bem como com o projeto de integração latino-americano.

A política externa brasileira contemporânea rompe com o insulamento tradicional do Itamaraty ao abordar temas e promover ações em áreas que exigem do órgão, necessariamente, o diálogo com outros órgãos da administração pública para a execução de suas estratégias para o cenário internacional¹⁶⁷. Esse é o caso das ações internacionais do Ministério da Educação junto ao Mercosul Educacional.

A criação das Reuniões Ministeriais especializadas no Mercosul viabilizou a ampliação do diálogo entre os diferentes órgãos da administração pública dos Estados para além dos Ministérios das Relações Exteriores. No caso do Mercosul Educacional, os

¹⁶⁵ GONÇALVES, Williams da Silva. Panorama da política externa brasileira no Governo Lula da Silva. 2011. *Op.Cit.*, p. 12.

¹⁶⁶ A Unilab é uma instituição pública de ensino superior criada em outubro de 2008 e instituída em 2010, no Ceará e que tem a missão de produzir e disseminar o saber universal, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de língua portuguesa. Fonte: UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. *Estatuto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)*. Disponível em: http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/Estatuto-Unilab_ aprovado-no-Consuni_Nilma-Lino-Gomes.pdf Acesso em 21 jan.2015.

¹⁶⁷ FIGUEIRA, Ariane Roder. Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 53, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 2010.

Ministros da Educação foram, desde o início, os responsáveis por coordenar os debates e realizar proposições que envolvessem a integração educacional no bloco.

O envolvimento de outros órgãos da administração pública na execução da política externa brasileira não se processa de maneira aleatória. No caso do Ministério da Educação (MEC), a sua presença como agente executor da política externa brasileira durante o período estudado foi acompanhada e coordenada por funcionários do Ministério das Relações Exteriores. Durante a gestão de Fernando Haddad no MEC, de 2005 a 2011, a pasta de Assuntos Internacionais foi assessorada pelo diplomata de carreira Alessandro Candeas, que ocupou o cargo entre 2005 e 2007, período em que também exerceu a função de chefe da delegação brasileira nos encontros do CCR do SEM, conforme pesquisa realizada por Pinheiro e Beshara¹⁶⁸. As autoras ressaltam que:

A associação entre a centralidade do Mercosul na agenda da política externa brasileira e o envolvimento do Brasil, por meio do Ministério da Educação, com o Mercosul Educacional revela que a educação foi pensada como parte da estratégia de reforço das opções de política externa do país.¹⁶⁹

Fernando Haddad e Alessandro Candeas foram os representantes brasileiros responsáveis pelas negociações do Plano de Ação 2006-2010 do SEM, pela proposta da Universidade do Mercosul, pela criação do Eres e pela articulação entorno da Unila. Alessandro Candeas, inclusive, participou diretamente da comissão de criação da instituição nos anos de 2009 e 2010. Sobre o papel da educação para o processo de integração regional, Alessandro Candeas afirma:

A educação é condição indispensável para o fortalecimento do processo de integração regional na América Latina, em especial no Mercosul. A educação confere não só viabilidade social a esse processo — visto que eleva a qualidade de vida e permite um melhor conhecimento dos sócios e vizinhos —, mas também afirma o sentido histórico para a interação das nações.¹⁷⁰

¹⁶⁸ PINHEIRO, Leticia; BESHARA, Gregory. Política externa e educação: confluências e perspectivas no marco da integração regional. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R.S. (orgs.). *Política Externa Brasileira: a política das práticas e as práticas da política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.149-180.

¹⁶⁹ *Idem*, p.166.

¹⁷⁰ CANDEAS, Alessandro. Educação e política externa: por uma parceria diplomacia-universidade. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R.S. (orgs.). *Política Externa Brasileira: a política das práticas e as práticas da política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.188.

A decisão brasileira de assumir unilateralmente a construção do projeto da Universidade do Mercosul, através da criação da Unila em 2008, denota a relevância estratégica do tema para o Governo brasileiro, que ultrapassou todos os limites existentes entre política externa e política interna para a concretização da universidade, revelando uma nova face do caráter *interméstico*, nas palavras de Ariane Roder, da política externa brasileira contemporânea¹⁷¹.

Henry Kissinger¹⁷² e Moniz Bandeira¹⁷³ observam que o início do século XXI foi marcado pela busca, por parte das lideranças da América do Sul, de identidades políticas nacionais e regionais próprias, que se entendessem diferentes e, possivelmente antagônicas a dos Estados Unidos.

A relevância que a integração regional e a educação tiveram nas estratégias da política externa brasileira durante o primeiro Governo Lula da Silva corroboram com a tese de que houve neste início de século, um movimento em prol da construção de uma identidade regional sul-americana. No entanto, a criação da Unila demonstra que os interesses na integração e no diálogo intercultural são superiores a um possível antiamericanismo como motivador da construção de uma identidade regional.

É nesse sentido que voltamos a destacar a importância do Mercosul Educacional para a integração sul-americana, na medida em que ele opere como espaço de cooperação entre os Estados e como centro irradiador de projetos educacionais que sejam instrumentos em prol da construção de uma identidade regional, e da maior participação das sociedades dos países da região nos projetos de integração.

3.2 POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Durante o governo de FHC, as reformas neoliberais favoreceram a expansão do setor privado na área educacional em detrimento das instituições educacionais públicas, que receberam investimentos aquém de suas necessidades. No final do seu governo, a quantidade de instituições privadas de Ensino Superior era significativamente superior a de instituições

¹⁷¹ FIGUEIRA, Ariane Roder. *Introdução à análise de política externa*. São Paulo: Saraiva, 2011.p.23-27.

¹⁷² KISSINGER, Henry. *Precisará a América de uma política externa: uma diplomacia para o século XXI*. Lisboa: Gradiva, 2003.

¹⁷³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. *Revista Espaço Acadêmico*, n.91, s/n, dez.2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.pdf>. Acesso em 21 jan.2015.

públicas, em uma realidade nacional de grande desigualdade social. Para garantir maior acessibilidade às instituições privadas, em 1999 o governo FHC criou o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) através da Caixa Econômica Federal, destinado a financiar os estudos de alunos matriculados em instituições privadas de ensino.

Diante desse quadro, a política educacional do governo Lula da Silva precisou encontrar estratégias que permitissem viabilizar o projeto de inclusão social tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas de Ensino Superior, em um contexto de restrição orçamentária¹⁷⁴.

Uma das primeiras iniciativas do Governo foi a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2004. Diferente do Fies, em que o aluno precisa ter um fiador para financiar a sua educação, empréstimo este que deve ser pago após a conclusão da sua Graduação, o ProUni é um programa voltado para as camadas mais carentes da sociedade, em que o Governo concede, via incentivo fiscal, bolsas de estudo integrais e parciais a alunos matriculados em instituições privadas de Ensino Superior. Para ter acesso ao benefício, o aluno precisa ter cursado todo o Ensino Médio em escolas da rede pública, ou como bolsista em escolas privadas. Também são fornecidas bolsas de estudo aos professores da rede pública que ainda não tenham o curso de magistério, além de parte das vagas serem ofertadas a afrodescendentes, indígenas e portadores de necessidades especiais, como uma forma de ação afirmativa. Dentre as críticas ao programa ProUni, está o fato de ele permitir o acesso à universidade, mas não oferecer ao aluno condições de permanência no Ensino Superior. Para minimizar esta situação, em 2006 o Governo instituiu a Bolsa-Permanência ProUni, destinada a alunos do programa que estudam em período integral.

Além do ProUni, o primeiro governo de Lula da Silva consolidou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e criou a Universidade Aberta do Brasil (UAB), uma base virtual que oferece Ensino a Distância (EaD). Com relação ao Ensino Superior público, o foco do primeiro governo foi estruturar a expansão do Ensino Superior federal através do Programa de expansão da Educação Superior pública. A meta principal do Governo era interiorizar o Ensino Superior através da criação de novos *campi* universitários e de novas universidades, apoiado no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, que recomendava um aumento orçamentário de 0,5% do produto interno bruto (PIB) ao ano, até atingir um total de 7% do PIB brasileiro aplicado em educação, em 2010.

¹⁷⁴ ROSA, Chaiane de Medeiros. Políticas Públicas para a educação superior no Governo Lula. *Poiesis Pedagógica*, vol.11, n.1, Catalão, p.168-188, jan-jun.2013.

Nesse panorama surgiu a ideia da Universidade do Mercosul, pensada como uma instituição multinacional, com *campi* implantados nas cidades de fronteira entre os Estados, aberta a professores e estudantes dos países membros do bloco regional e com um projeto educacional voltado à integração. Como observado anteriormente, o próprio Mercosul, em seu Setor Educacional, possibilitou a emergência da ideia da Universidade do Mercosul, que foi bem recebida quando apresentada pelo Brasil aos demais membros. Os principais impedimentos percebidos para a concretização da universidade foram a restrição orçamentária, a necessidade de avanços na área de acreditação de títulos universitários para o exercício profissional e as dificuldades em construir instâncias supranacionais no bloco.

Apesar do bom desempenho da economia brasileira entre 2003 e 2006 (crescimento médio do PIB de 3,5% a.a.), o aumento dos investimentos em educação foi aquém das necessidades para a expansão projetada e, para concretizá-la, era preciso um plano para a reestruturação da área. O Reuni foi instituído no início do segundo Governo do presidente Lula da Silva, pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. O Reuni, ainda em vigor, têm como objetivos ampliar o acesso e a permanência dos estudantes nas instituições públicas federais de Educação Superior, com ensino de qualidade e integrando a Graduação com a educação básica-profissional-técnica e com a Pós-Graduação. Para isso, o programa tem as seguintes estratégias: a) criação de novas universidades federais no interior do Estado; b) ampliação das universidades atuais através da criação de novos cursos e novos *campi*; c) elevação do grau da relação aluno/professor para 18 discentes por docente; d) elevação do grau da taxa de conclusão média dos cursos de Graduação para 90%; e e) aumento de no mínimo 20% nas matrículas de Graduação¹⁷⁵.

O Programa de expansão da Educação Superior pública do Governo de Lula da Silva se desenvolveu em três ciclos. O primeiro ciclo, também chamado de Expansão I, abrangeu o período de 2003 a 2006, e teve como foco principal a criação de universidades e novos *campi* universitários. O segundo ciclo, do qual faz parte o Reuni, buscou garantir a expansão do ensino superior federal a partir da reestruturação das universidades, entre 2007 e 2012. O terceiro ciclo, concomitante com o segundo, procurou enfatizar a expansão em regiões territoriais estratégicas ao criar universidades com vocação para a integração e para a

¹⁷⁵ REPÚBLICA Federativa do Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Diretoria de Desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – relatório de primeiro ano. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2069&Itemid. Acesso em: 21 jan. 2015.

cooperação internacional. Conforme a análise da expansão das universidades federais 2003 a 2012, elaborada pela comissão de avaliação do MEC, constituída pela Portaria nº 126/2012:

Concomitantemente ao período da interiorização e reestruturação, ocorreu a fase da integração regional e internacional com a criação de quatro universidades: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), que integra os estados fronteiriços da região Sul do Brasil; Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que é a universidade da integração amazônica; Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), voltada para todos os países da América Latina; e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAb), cujo objetivo é a aproximação entre os países falantes da língua portuguesa em outros continentes, como África e Ásia.¹⁷⁶

O Reuni e o interesse nacional de interiorização do Ensino Superior nos ajudam a explicar como o Governo brasileiro encontrou condições financeiras e estruturais para tornar realidade a Unila, uma universidade localizada em Foz do Iguaçu, extremo oeste do Paraná, e que faz fronteira com a Argentina e com o Paraguai. Ainda falta destacar os esforços do MEC para a criação e implantação da Unila e como a vocação mercosulina da universidade aparece nesse processo, assuntos abordados a seguir.

3.3 IMPLANTAÇÃO DA UNILA

Conforme exposto anteriormente, o primeiro documento oficial do governo brasileiro referente à Unila é a EM Interministerial nº 00331/2007 do Ministério do Planejamento e MEC, enviada à Presidência da República no dia 11 de dezembro de 2007, com o qual é submetido o Projeto de Lei que cria a universidade e justifica a sua existência vocacionada à integração regional para defesa e fortalecimento do Mercosul e da educação superior latino-americana, para a superação das desigualdades sociais nacionais/regionais e para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Contudo, é importante ressaltar que o primeiro documento oficial a tratar da criação da Unila é a Ata n.02/2007 da XXXIII Reunião de Ministros da Educação, de novembro de 2007, em que a iniciativa do Imea é novamente valorizada, junto ao projeto de criação da

¹⁷⁶ WESKA, Adriana; SILVA, Antônio; ILIESCU, Daniel; NASCIMENTO, Hercília; MARTINS, João; CERQUEIRA, Leandro; NEDER, Maria Lúcia; SILVA, Tamara; RODRIGUES, Yuri. *Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012 sobre a análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012*. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files/flutter/1361475592UFMT - Maria Lucia Neder - Relatorio REUNI.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2015.

Unila. Ou seja, a Unila foi anunciada na RME do Mercosul antes mesmo de ser formalmente apresentada à Presidência da República, conforme é possível observar a seguir:

A Reunião de Ministros da Educação: [...]

11. Valoriza as iniciativas apresentadas pelo Brasil do lançamento do Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados (IMEA) e da Universidade de Integração Latino-Americana (UNILA) como instituições inspiradas no marco do Espaço Regional de Educação Superior do MERCOSUL.¹⁷⁷

O PL nº 2878/2008, de janeiro de 2008 e que cria a Unila apresenta como sendo a sua sede e foro a cidade de Foz do Iguaçu e estabelece 250 (duzentos e cinquenta) cargos de professor da carreira de magistério superior, selecionados mediante concurso público, 37 (trinta e sete) cargos de direção, 130 (cento e trinta) funções gratificadas e os cargos de Reitor e Vice-Reitor (conforme a Lei 5.540/1968), além de diversos cargos de técnicos administrativos.

O Mercosul aparece no PL de criação da Unila em dois momentos: 1) no artigo 2º, que define o objetivo da universidade; 2) no artigo 14º, que trata da missão da universidade. Com relação ao objetivo da Unila, o PL define:

Art. 2º A UNILA terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, **especialmente no MERCOSUL**.

§ 1º A UNILA caracterizará sua atuação nas regiões de fronteira e será vocacionada para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária **com países integrantes do MERCOSUL** e com os demais países da América Latina.

§ 2º Os cursos ministrados na UNILA serão, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, **sobretudo dos membros do MERCOSUL**, com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e lingüísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regional.¹⁷⁸

¹⁷⁷ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Reunião de Ministros da Educação. Ata n.02/2007 da XXXIII Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Montevideu, 2007. p.2 (Tradução livre).

¹⁷⁸ REPÚBLICA Federativa do Brasil. Projeto de Lei nº 2.878, de 25 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=704F998B23FC7ABE2AD2CDEC7BEED706.proposicoesWeb2?codteor=539906&filename=PL+2878/2008. Acesso em: 21 jan. 2015

Para que a Unila pudesse cumprir com sua vocação integracionista, o PL contém, em seu artigo 14, parágrafos I ao V, os critérios especiais que dispõem do ingresso de discentes estrangeiros e da contratação de professores com reconhecida produção acadêmica sobre América Latina e/ou Mercosul. Tendo por base a Lei 8.745/93, que dispõe da contratação de funcionários temporários para cargos federais, a seleção de professores visitantes estrangeiros é definida como aberta a candidatos de todos os países da América Latina, podendo ser realizada em língua espanhola ou portuguesa e conduzida por uma banca com composição internacional que represente tanto a América Latina quanto o Mercosul. O parágrafo V dispõe que a seleção dos alunos deve garantir concorrência em igualdade de condições para estudantes brasileiros e dos países da América Latina, podendo ser em língua espanhola ou portuguesa e realizada por uma banca com composição internacional.

Para tornar factíveis os parâmetros estabelecidos pelo PL nº 2878/2008 para a Unila, em 17 de janeiro de 2008 o MEC criou a Comissão de Implantação da Unila (CI-Unila), através da Portaria Ministerial nº 42/2008-MEC. A CI-Unila, presidida pelo professor Hélgio Henrique Casses Trindade, coordenador do Imea, foi composta por mais doze professores pesquisadores e/ou especialistas em integração regional, que tinham o objetivo de realizar estudos e atividades de planejamento institucional para organizar a estrutura acadêmica e curricular, a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças da universidade. A tabela a seguir apresenta os membros da CI-Unila segundo suas áreas de atuação e vínculo institucional:

TABELA 2: DOCENTES POR NOME, PAÍS, ÁREA DE ATUAÇÃO E VÍNCULO INSTITUCIONAL A ÉPOCA DA IMPLANTAÇÃO DA CI-UNILA

NOME	PAÍS	ÁREA DE ATUAÇÃO	VÍNCULOS INSTITUCIONAIS
Hélgio Henrique Casses Trindade (presidente)	Brasil	Ciência Política	UFRGS; Membro da Câmara de Educação Superior do CNE
Alessandro Warley Candea	Brasil	Diplomata	Ex-Assessor de Relações Internacionais da CAPES. Chefe da delegação do Brasil no CCR entre 2005 e 2007.
Carlos Roberto Antunes dos Santos	Brasil	História	UFPR; Ex-Reitor e Ex Secretário da SESU/MEC
Célio da Cunha	Brasil	Educação	UNB; Ex Diretor da UNESCO
Marcos Ferreira da Costa Lima	Brasil	Relações Internacionais	UFPE; Presidente do Fórum Universitário Mercosul
Mercedes Maria Loguércio Cánepa	Brasil	Ciência Política	UFRGS; Membro do Conselho Superior da CAPES

Geronimo de Sierra	Uruguai	Sociologia	Ex-membro do Conselho do Comitê Diretor do CLACSO; Especialista em Integração da América Latina;
Ingrid Piera Andersen Sarti	Brasil	Ciência Política	UFRJ; Especialista em Integração Regional; Ex-líder do Grupo de Pesquisa do CNPq: “O Parlamento e a Integração Regional: Mídia, Ciência e Política na Sociedade do Conhecimento”
Paulino Motter	Brasil	Educação	Assessor do Diretor Geral da Itaipu Binacional
Rafael Perseghini del Sarto	Brasil	Biologia	UNB; SESu/MEC
Ricardo Brisolla Balestreri	Brasil	Psicologia	Secretário Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça
Paulo Mayall Guillayn	Brasil	Relações Internacionais	Setor de Relações Internacionais da SESu/MEC
Stela Maria Meneghel	Brasil	Educação	Universidade Regional de Blumenau; Pós-doutorado em Avaliação da Educação Superior da América Latina no Iesalc/UNESCO

FONTE: Elaboração própria, 2015.

A partir da Tabela 2, é possível perceber que a CI-Unila era composta majoritariamente de brasileiros, pertencentes à área de ciências humanas (Educação, Ciência Política, Sociologia, Relações Internacionais e História) e com experiência e/ou conhecimento em administração universitária e normas da CAPES. Ainda que a Unila tenha uma vocação diferenciada das demais universidades, enquanto uma instituição de ensino superior pública brasileira ela precisava ser estruturada para poder responder aos critérios institucionais estabelecidos pela legislação universitária brasileira. O trabalho principal da CI-Unila foi buscar o equilíbrio entre o padrão burocrático e normativo brasileiro, estabelecido pela legislação universitária nacional, com a vocação multinacional e integracionista da instituição. A CI-Unila também teve a preocupação de estruturar a universidade de maneira que ela pudesse exercer sua autonomia quando necessário.

A presença de membros do FoMerco entre os escolhidos para fazer parte da CI-Unila, como os professores Marcos Ferreira Costa Lima, presidente do Fórum entre 2005-2007 e 2007-2009, o professor Geronimo de Sierra (Conselheiro do FoMerco entre 2009-2011) e a professora Ingrid Sarti, atual presidente do Fórum (Gestão 2011-2013 e 2013-2015), reforça a importância que o Mercosul teve para a construção da universidade.

A CI-Unila realizou 11 reuniões, entre março de 2008 e julho de 2009, em que foram discutidos quais cursos de graduação e pós-graduação poderiam ser criados na universidade, como deveria se processar a seleção de docentes e discentes, qual a estrutura acadêmica a ser

utilizada e quais as características tradicionais da burocracia acadêmica presentes nas demais universidades deveriam ser adotadas ou evitadas. O modelo original da Universidade de Brasília pensado por Darcy Ribeiro, com a realização de uma formação básica de dois anos, seguida de uma formação específica a partir do interesse do estudante foi debatida entre os membros da CI-Unila.

A escolha de Foz do Iguaçu como sede e foro da universidade, da UFPR como instituição tutora e os apoios técnico da Itaipu Binacional e intelectual do Imea-Unila são heranças das negociações realizadas pelo MEC à época do projeto da Universidade do Mercosul e estão intimamente ligados ao projeto do bloco de criar espaços regionais para a educação superior, com o objetivo de promover a integração via educação.

Em 29 de maio de 2008 foi assinado o Termo de Cooperação Técnica (TCT)¹⁷⁹ entre a União, representada pelo MEC, e a UFPR, em que a universidade paranaense tornou-se responsável legal por todos os atos jurídicos que envolvessem a Unila até a sua definitiva implantação, além de fornecer todo suporte necessário para a realização das atividades da CI-Unila.

A partir do TCT MEC-UFPR, foi possível institucionalizar o Imea, criado em 2007 como projeto brasileiro alternativo à Universidade do Mercosul e com sede provisória no Parque Tecnológico de Itaipu (PTI). Apesar de aclamado quando apresentado aos demais membros do Mercosul na XXXII RME, em 2007, o Imea carecia de maior institucionalidade para que pudesse exercer suas atividades enquanto projeto universitário e de apoio intelectual à CI-Unila. Em 06 de agosto de 2009, o Instituto Mercosul de Estudos Avançados foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Universitário da UFPR¹⁸⁰ como a primeira unidade de altos estudos com vocação internacional da Unila, com o objetivo de ser um “[...] laboratório para a elaboração e definição das linhas de pesquisa, do ensino de graduação e pós-graduação da nova Universidade e espaço de reflexão acadêmico-científica e institucional, tendo como foco contribuir para a integração regional, por meio do

¹⁷⁹ UNIVERSIDADE Federal do Paraná; MINISTÉRIO da Educação. Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União, representada pelo Ministério da Educação e Universidade Federal do Paraná de 28 de maio de 2008. In: COMISSÃO de Implantação da UNILA. *UNILA em construção: um projeto universitário para a América Latina*. Foz do Iguaçu: IMEA, 2009.p.168-169.

¹⁸⁰ A resolução n.26/2009 do Conselho Universitário da UFPR, aprovou a criação do IMEA, vinculando-o diretamente ao Gabinete do Reitor da UFPR, com o objetivo de prover a Unila de condições administrativas e acadêmicas para a efetivação de suas finalidades. A relatora do processo n.091715/2009-31, que trata da criação do IMEA foi à conselheira professora Maria Tarcisa Silva Bega.

conhecimento compartilhado em todos os campos do saber”¹⁸¹. A partir deste momento o instituto passou a ser identificado pela sigla Imea-Unila.

O Imea-Unila têm três órgãos principais: uma Coordenação Científica Colegiada, constituída por membros internos e externos às instituições associadas e de reconhecida competência no campo do saber; um Conselho Consultivo Latino-Americano, com membros especialistas que têm a incumbência de estabelecer o planejamento institucional, acadêmico e de avaliação do Imea-Unila, bem como propor e orientar as atividades acadêmicas do instituto; e um Colégio de Cátedras Latino-Americanas, composta por um grupo sênior de pesquisadores responsáveis por organizar atividades acadêmicas relevantes para os estudos da América Latina nas diferentes áreas do saber.

O caráter acadêmico e de apoio intelectual do Imea-Unila possibilitou que seu Conselho Consultivo Latino-Americano tivesse uma composição mais multinacional e latino-americana que a CI-Unila, como é possível perceber no Anexo VII¹⁸².

A principal contribuição do Imea-Unila no processo de implantação da Unila foi e continua sendo a organização e execução das Cátedras Latino-Americana do Imea-Unila, que desde 2009 tem procurado levar à Foz do Iguaçu pesquisadores de alto nível para debater com a comunidade acadêmica diversos temas inerentes à agenda de discussão latino-americana, reforçando a vocação latino-americanista da universidade. As Cátedras têm duração média de uma semana, em que alunos e professores de pós-graduação tem a oportunidade de debater sobre uma temática específica com um especialista de alto prestígio acadêmico e científico. Toda Cátedra tem uma personalidade de referência latino-americana como patrono¹⁸³.

O apoio logístico da Itaipu-Binacional também tem uma importância simbólica e mercosulina para a Unila. A construção da usina foi alvo do último grande conflito diplomático entre Brasil e Argentina na década de 1970, e a solução do impasse entre os projetos hidrelétricos de Corpus e Itaipu possibilitou uma gradual aproximação entre os países ao longo da década de 1980 que culminou com a criação do Mercosul¹⁸⁴.

¹⁸¹ COMISSÃO de Implantação da UNILA. *UNILA em construção: um projeto universitário para a América Latina*. 2009. *Op.Cit.* p.144.

¹⁸² Cf. Anexo VII: Tabela dos membros do Conselho Consultivo Latino-americano do Instituto Mercosul de Estudos Avançados, por nome, país e vínculo institucional, em 2009.

¹⁸³ Cf. Anexo VIII: Tabela com as Cátedras Latino-americanas do Imea, realizadas entre 2009 e 2013, por temática, patrono, fundador, vínculo institucional e data da realização.

¹⁸⁴ CAUBET, Christian. A política hidro-energética brasileira e a evolução do quadro diplomático. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico*. São Paulo: Cultura Editores/NUPRI/USP, 1996. (volume 3). p.111-140.

A cooperação entre o governo brasileiro e a hidrelétrica binacional foi selada a partir do TCT entre a Universidade Federal do Paraná e a Itaipu Binacional nº 32/08-UFPR, que trata da conjugação de esforços entre as partes para a implantação da Unila. Segundo o Termo, cabia à Itaipu:

- a) a coordenação técnica dos trabalhos de proposta conceitual e elaboração do projeto básico da UNILA, com a necessária interface entre as partes envolvidas e o escritório responsável pela sua concepção e execução.
- b) arcar com os custos com o projeto básico de arquitetura e engenharia, observadas as normas aplicáveis.
- c) quando da conclusão e aprovação do projeto básico da UNILA e desde que autorizada pelo escritório responsável pela concepção do projeto, a ITAIPU se compromete a realizar doação dos mesmos à UFPR, sem qualquer tipo de ônus.

Parágrafo único - A coordenação técnica compreende a interlocução com a equipe do escritório de arquitetura envolvida na elaboração do projeto, de modo a assegurar a perfeita sintonia entre o projeto político-pedagógico, a cargo da CI-UNILA, e a concepção arquitetônica do campus e suas instalações.¹⁸⁵

O processo de implantação da Unila, com a CI-Unila e o Imea-Unila nos permite afirmar que, mesmo não sendo uma instituição do Mercosul, a Unila pode ser percebida como uma instituição inspirada no espaço regional de ensino superior, conforme expresso na Ata nº 2/2007 da RME. Isso não significa que a Unila e o Imea-Unila sejam o Eres. Nosso objetivo foi demonstrar que eles são iniciativas que viabilizam a existência de um espaço regional de ensino superior voltado à integração, porém sem vínculo institucional ou financeiro com o SEM, corroborando para a confirmação da seguinte indagação feita por Aparecida Andrés:

Pode-se indagar se, neste ano de 2010, a já mencionada UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, sediada no Brasil, não encarnaria, em boa medida, a concretização do ideário original do ERES. Estrutura institucional baseada em Centros Disciplinares e Cátedras Latino-Americanas, a UNILA pretende criar um ambiente multicultural e interdisciplinar capaz de produzir profissionais e pesquisadores voltados para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do continente, num espírito de igualdade entre todos os povos e culturas do continente.¹⁸⁶

¹⁸⁵ UNIVERSIDADE Federal do Paraná. Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná e a Itaipu nº 032/08-UFPR. In: COMISSÃO de Implantação da UNILA. *UNILA em construção: um projeto universitário para a América Latina*. Foz do Iguaçu: IMEA, 2009.p.165-167.

¹⁸⁶ ANDRÉS, Aparecida. *A educação superior no Setor Educacional do Mercosul*. 2010.Op. Cit. p.56.

Diferente da dissertação de Marta Maria Brackmann sobre a internacionalização da educação superior e a política externa brasileira, em que a autora reduz a importância do Mercosul no surgimento e criação da Unila à apresentação junto aos demais membros do bloco regional da ideia da Universidade do Mercosul, procuramos demonstrar que a ideia de uma universidade como Unila foi possível graças à nova perspectiva da integração regional via educação que emergira no Mercosul Educacional. Se não houvesse uma nova maneira de pensar a integração regional e a educação dentro do bloco regional, seria pouco provável que uma universidade como a Unila existisse.

Na pesquisa realizada nos documentos do SEM e em entrevistas realizadas na época que a ideia da Universidade do Mercosul foi lançada, não foi encontrado qualquer indício de que a dificuldade para a sua concretização tenha sido por receio dos demais parceiros a um suposto imperialismo brasileiro, como destaca Brackmann, em uma de suas citações¹⁸⁷. Pelo contrário, a proposta, tanto da Universidade do Mercosul, quanto do Instituto Mercosul de Estudos Avançados e da Unila foram bem recebidas pelos demais membros do bloco e as dificuldades para a concretização desses projetos em seu interior foram de ordem financeiras, pela ainda insipiente criação do FEM¹⁸⁸, e institucionais.

A principal contribuição do trabalho de Brackmann está em trazer a Unila como um objeto de estudo para a área internacional e perceber a universidade como parte de um projeto maior da política externa brasileira.

A análise da trajetória da ideia da Universidade do Mercosul à implantação da Unila nos auxilia na compreensão da importância de uma instituição vocacionada voltada à integração regional para o Governo brasileiro. Mas ainda resta entender, o porquê da ampliação da vocação da universidade, antes Mercosul, para latino-americana. O objetivo a seguir é apresentar algumas percepções em relação a vocação da Unila que auxiliam na compreensão da ampliação da vocação da universidade.

¹⁸⁷ BRACKMANN, Marta Maria. Internacionalização da educação superior e política externa brasileira: estudo da criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2010. p.20.

¹⁸⁸ Ainda que em caráter especulativo, é possível afirmar que as contribuições destinadas ao FEM, conforme o seu documento de criação, não dariam condições ao Setor Educacional do Mercosul de custear isoladamente uma universidade multinacional. Segundo o documento, o FEM tem um orçamento anual previsto de US\$ 360.000, enquanto que a EM Interministerial nº 00331/2007, que deu início à criação do projeto da Unila, previa um impacto orçamentário anual estimado em R\$ 3.160.435,03, equivalente a US\$ 1.785.556,51 (Cotação do dia 11/12/2007, data do envio da EM à Presidência da República. Dólar comercial R\$ 1,76. Dados do Ipeadata). Ou seja, tendo por base a Unila, é possível afirmar que uma universidade multinacional teria um custo calculado de quase 5 vezes o orçamento do FEM.

3.4 PERCEPÇÕES SOBRE A VOCAÇÃO DA UNILA

O surgimento da Unila e a sua implantação estão ligados ao Mercosul e à importância que o bloco regional tem para o Governo brasileiro. A partir da análise dos documentos do SEM, foi possível perceber uma mudança de estratégia em relação à área educacional através da adoção da integração via educação, que motivou o Governo brasileiro a apresentar aos demais membros do bloco a ideia da Universidade do Mercosul, que mais tarde transformou-se no Eres e na Unila. Nesse sentido, surge o questionamento do por quê o Governo brasileiro decidiu ampliar a vocação da universidade do Mercosul para a América Latina.

A resposta mais direta e simples a esse questionamento poderia ser baseada no art. 4º, parágrafo único da Constituição Federal, citado abaixo, em que é definida como um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil a busca pela integração econômica, política, social e cultural com os povos da América Latina. Isso significa que a América Latina faz parte do interesse nacional brasileiro e que a Unila é um instrumento para a concretização de um princípio constitucional do país.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...]
Parágrafo único: A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.¹⁸⁹

As análises realizadas anteriormente, bem como os contextos históricos que envolveram a reformulação da missão do SEM e a implantação da Unila nos levaram a concluir que a decisão de ampliar a vocação da universidade tenha se dado por motivos mais complexos e que envolvem as estratégias da política externa do segundo Governo Lula da Silva. Assim, a ampliação da vocação da universidade é parte de um projeto maior e estratégico de política externa do Governo brasileiro do presidente Lula da Silva.

Conforme destaca Maria Regina Soares de Lima, o primeiro Governo do presidente Lula da Silva teve como desafio promover as mudanças sociais ansiadas pela sociedade brasileira que possibilitaram a sua eleição e, ao mesmo tempo, manter a credibilidade do país através da estabilidade econômica e política, ambas responsáveis pela atração de

¹⁸⁹ REPÚBLICA Federativa do Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jan. 2015.

investimentos internacionais. A política externa brasileira teve um papel central nesse processo, através da diversificação de parceiros econômicos internacionais, da defesa e do fortalecimento do multilateralismo nas decisões políticas e econômicas do sistema internacional e da retomada das relações regionais como centrais para os interesses nacionais¹⁹⁰.

Tais circunstâncias refletiram nas eleições presidenciais de 2006 e na reestruturação e ampliação das estratégias nacionais, regionais e internacionais do Governo Lula da Silva para um segundo mandato. Interessa-nos para esta tese as estratégias ligadas à política externa Governo que viabilizam a compreensão dos motivos que levaram à ampliação da vocação da Unila.

Para o Brasil, o período de 2006 e 2007 foi marcado pelos resultados positivos em relação às mudanças promovidas pelas políticas públicas implantadas durante o primeiro Governo de Lula da Silva. Na área da educação superior, o ProUni já havia avançado significativamente e o Programa de Expansão da Educação Superior Pública também conseguiu se consolidar, apesar das suas limitações orçamentárias. No início de 2007 o Governo reeleito lançou o Reuni para suprir as necessidades financeiras e de reestruturação apontadas pelo Programa de Expansão, viabilizando a criação de novas universidades, dentre elas a Unila. O crescimento nacional do PIB foi de 2,9%, em 2006, para 5,4%, em 2007, mantendo assim a média positiva do primeiro mandato, apesar da crise do *subprime* iniciada nos EUA em 2006 e que só se agravaria para uma crise econômica de proporções mundiais em 2008.

3.4.1 Reeleição e o segundo Governo de Lula da Silva

O Itamaraty é reconhecido como um centro de excelência em relação à formulação da política externa brasileira e, durante quase toda a história do país, exerceu essa atividade de maneira insular e centralizadora. Nesse contexto seguem as críticas de Maria Regina Soares de Lima e Carlos Milani sobre a necessidade crescente de democratização da política externa brasileira¹⁹¹.

¹⁹⁰ LIMA, Maria Regina Soares. As Américas na Política Externa do governo Lula. *Anuario Social y Político de América Latina y el Caribe*, FLACSO/UNESCO/Nueva Sociedad, Caracas, n. 6, p. 49-54, 2003.

¹⁹¹ LIMA, Maria Regina Soares; MILANI, Carlos R.S. Privatização ou democratização da política externa brasileira? *Carta Maior*, São Paulo, s/n, 01 abr. 2014. Disponível em:

A partir da década de 1990, com a redemocratização e o aumento do interesse da sociedade civil aos temas ligados à área internacional, novos atores foram incorporados aos diálogos referentes à política externa, e tornou-se cada vez maior o papel de outros órgãos da administração pública na execução das estratégias estabelecidas pelo Governo para a área, conforme as ações do Ministério da Educação junto ao Mercosul Educacional. A partir do Governo Lula da Silva a formulação da política externa brasileira passou a receber a contribuição de novos atores, tais como os partidos políticos, especialistas e acadêmicos da área.

Nas eleições presidenciais de 2002 e 2006, a política externa despontou como uma das protagonistas do debate eleitoral. As primeiras propostas do Programa de Governo do PT de 2002 são referentes à “Política Externa para Integração Regional e Negociação Global”¹⁹², em que a estratégia principal era a de resgatar e fortalecer o Mercosul e de estreitar os laços com os demais países da América do Sul em busca do desenvolvimento de todos com justiça social. Ao ser eleito, Lula da Silva surpreendeu o Itamaraty ao escolher Marco Aurélio Garcia, secretário de Relações Internacionais do PT, para ocupar o cargo de assessor da presidência em assuntos internacionais, o que, segundo Miriam Saraiva, teria aberto espaço para a influência do PT na formulação da política externa brasileira. Como observa Saraiva:

O Programa de Governo do PT para o mandato de 2003-2006, diferente do costume brasileiro de orientar o debate político para temas internos, apontava em primeiro lugar um projeto de política externa direcionado sobretudo para a América do Sul e a integração regional como elemento capaz de impulsionar o desenvolvimento nacional. Destacava também a contribuição do país para a diminuição das tensões internacionais e para a construção de um mundo mais equilibrado. Tradicionalmente, o partido teria uma faceta internacionalista. Na contra mão da tradição concentradora do Itamaraty, o Presidente Lula convocou a Marco Aurélio Garcia, então secretário de Relações Internacionais do PT, para prestar-lhe assessoria, abrindo com isto espaços para a influência deste grupo.¹⁹³

Conforme observado anteriormente, a Alca foi um dos principais temas debatidos durante as eleições de 2002 e o PT, após o presidente Lula da Silva ser eleito, manteve a

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Privatizacao-ou-democratizacao-da-Politica-Externa-Brasileira-/6/30632>. Acesso em: 02 abr. 2014.

¹⁹² PARTIDO dos Trabalhadores (PT). Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente: um Brasil para todos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2015, p. 6-10.

¹⁹³ SARAIVA, Miriam Gomes. Continuidade e mudança na política externa brasileira: as especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 37, p. 63-78, mar. 2013. p. 66.

postura crítica à proposta da área de livre comércio, defendendo uma política externa autônoma em relação aos grandes centros de poder, a ampliação do comércio exterior do Brasil a partir da diversificação de parceiros internacionais, do fortalecimento do Mercosul e de relações regionais solidárias com os povos da América do Sul.

A diminuição da dependência comercial com os EUA, tema do debate eleitoral, também foi um dos objetivos da política externa do Governo Lula, que procurou estabelecer negociações com os demais países em desenvolvimento, dentre eles a China, o que viabilizou ao Brasil diversificar seus parceiros comerciais e construir coalizões importantes para a defesa de seus interesses no sistema internacional desde o seu primeiro Governo, como o Fórum de Diálogo entre Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e a Coalisão entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

Entre os dias 6 e 7 de julho de 2006, pela primeira vez, o Governo brasileiro convidou especialistas e membros da comunidade acadêmica para dialogar com diplomatas e políticos sobre os rumos e as perspectivas do país, através da I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (CNPEPI), que teve como tema “O Brasil no mundo que vem aí”. Os debates realizados na Conferência refletiram as estratégias da política externa brasileira do Governo Lula da Silva e estabeleciam a pauta de discussão e prioridades da área para o próximo governo. Entre os temas que figuraram nas exposições dos palestrantes estavam: a nova geografia econômica; pobreza, migrações e pandemias; América do Sul; Energia; Ciência e Tecnologia; EUA; Europa e Mercosul; África; poder e panorama militar internacional; Oriente Médio; e China e Índia.

Com relação à América do Sul, foram convidados a falar os professores Luiz Alberto Moniz Bandeira e Paulo Nogueira Batista Junior. Em sua fala, Moniz Bandeira apresentou um panorama da situação dos países da América do Sul e seus principais desafios, especialmente em relação aos EUA, pois, àquele momento, o comércio com a China crescia em direção a um papel cada vez mais estratégico e alternativo para a maioria dos países da região. Já Batista Junior destacou que a América do Sul, como um conceito político, tem melhores perspectivas do que a América Latina, devido a cooptação da América Central e do Caribe pelos EUA através de acordos de livre comércio. Para o autor, o Brasil não necessita dos países da América do Sul para realizar seu projeto de desenvolvimento econômico e social, mas sem

dúvida a integração regional amplia a capacidade de desenvolvimento e a posição internacional do país no sistema internacional, por isso a sua importância estratégica¹⁹⁴.

As eleições de 2006 tiveram contextos bastante distintos em relação às eleições de 2002. A Alca não mais figurava entre as principais preocupações do eleitorado nacional e os debates em relação à política externa concentravam-se em algumas decisões tomadas pelo Governo consideradas polêmicas, como a entrada da Venezuela no Mercosul, o desentendimento com a Bolívia em relação ao gás natural e a tentativa da diplomacia nacional em conquistar um assento como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

O Programa de Governo do PT de 2006 estava estruturado em seis eixos, dos quais a integração sul-americana foi privilegiada no projeto de inserção internacional para o país, impresso no sexto eixo intitulado “Inserção soberana no mundo”. A integração surge vinculada ao combate à fome, à pobreza, aos efeitos danosos da globalização e à desigualdade no mundo:

O Brasil continuará empenhado em sua luta contra a fome e pela paz. Defenderá um relacionamento entre as nações baseado nos princípios de respeito à soberania nacional, de não agressão e de não ingerência nos assuntos internos de outros estados. Privilegiará o processo de integração sul-americana – o MERCOSUL e a Comunidade Sul-americana de Nações, em especial – e fortalecerá as relações Sul-Sul, dando ênfase particular às suas relações com os países do continente africano, ao mesmo tempo em que buscará ampliar seu acesso aos grandes mercados europeu, norte-americano e asiático e manter com os países desenvolvidos um relacionamento positivo e soberano.¹⁹⁵

O então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em entrevista à Gazeta Mercantil do dia 19 de outubro de 2006, rebateu todas as críticas realizadas ao Governo, demonstrando que a entrada da Venezuela no Mercosul e a reivindicação do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU fazem parte dos objetivos de ampliação das relações com a América do Sul e do questionamento da ordem internacional propostos pelo Governo e que, na sua opinião, de certa forma foram alcançados. Amorim afirmou que a América Latina representava, àquele tempo, o maior parceiro comercial do Brasil, e que o

¹⁹⁴ BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. A América do Sul em Movimento. In: CONFERÊNCIA Nacional de Política Externa e Política Internacional (CNPEPI). *O Brasil no mundo que vem ai*: primeira edição 2006. Brasília, DF: FUNAG, 2007. p. 127.

¹⁹⁵ PARTIDO dos Trabalhadores (PT). Lula Presidente – Programa de Governo 2007/2010. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf. Acesso em: 21 jan. 2015. p. 14.

comércio com os países da América do Sul já havia se tornado maior do que com os EUA¹⁹⁶. Em pleno segundo turno das eleições presidenciais, Amorim defendeu a política externa do Governo Lula da Silva e o seu aprofundamento em caso de reeleição.

Os documentos e declarações analisados reforçam a perspectiva de que a Universidade do Mercosul, apesar de apresentada aos demais membros do bloco pelo Governo brasileiro e de dialogar com os interesses do Governo Lula da Silva, não era parte do projeto predeterminado do país para a região, tendo sido gestado a partir das condições objetivas existentes dentro do próprio Mercosul Educacional. De fato, a ideia da universidade surge em setembro de 2006, durante o período eleitoral, e torna-se, gradualmente, um projeto importante para o Governo a partir da reeleição.

É possível afirmar, ainda que de maneira hipotética que, se a política nacional nas eleições tivesse seguido outro rumo, talvez também a ideia da Universidade do Mercosul e concretização da Unila tivessem tido rumos diferentes do observado na presente tese. A manutenção da importância estratégica da integração regional, tanto mercosulina e sul-americana quanto latino-americana, para o Governo Lula da Silva foi fundamental para a criação da Unila.

A reeleição permitiu ao Governo Lula da Silva dar sequência ao projeto das CNPEPIs, que teve seu segundo encontro realizado no Rio de Janeiro, entre os dias 5 e 6 de novembro de 2007. A Conferência teve por tema central o mesmo do ano anterior, “O Brasil no mundo que vem por aí”, e as palestras trataram de assuntos como: EUA; Rússia; África; América do Sul; Oriente Médio; China e Índia; democracia na América Latina; mudança climática; Conselho de Segurança da ONU; geopolítica e geoeconomia; economia mundial; e energia.

Durante a palestra de abertura, o então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim destacou a importância da integração sul-americana para as relações internacionais do Brasil e para o interesse nacional:

Reconhecemos que o destino do Brasil está ligado a seus vizinhos da América do Sul. A vertente regional é vital para nós. A integração sul-americana é e continuará a ser uma prioridade do Governo brasileiro. O aprofundamento do MERCOSUL e a consolidação da União Sul-Americana de Nações são parte desse processo. Uma política pró-integração corresponde ao interesse nacional de longo prazo. Ao mesmo tempo em que nos percebemos latino-americanos, e mais especificamente sul-americanos, reconhecemos a singularidade brasileira no contexto mundial. Não há nisso incompatibilidade alguma. A posição do Brasil como ator global é consistente com a ênfase que damos à integração regional e vice-versa. Na realidade, a capacidade de coexistir pacificamente com nossos vizinhos e

¹⁹⁶ EXMAN, Fernando. Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim. 2006. *Op.Cit.* Acesso em: 21 jan. 2015.

contribuir para o desenvolvimento da região é um fator relevante da nossa projeção internacional.¹⁹⁷

A integração da qual o Ministro Celso Amorim trata e que esteve presente nos dois Governos de Lula da Silva é pensada como forma de cooperação que transcenda a questão comercial e que procura aproximar os povos da região na luta contra a pobreza e as assimetrias regionais. A integração produtiva, infraestrutural, política e sociocultural aprofundada no segundo Governo de Lula da Silva aos poucos se distancia do espaço do Mercosul, abrangendo outras instâncias institucionais. Como observa Miriam Saraiva, “[...] Se durante o primeiro mandato o MERCOSUL ainda dividia a prioridade com a América do Sul, herdada do período de Cardoso, após 2006 as outras alternativas de cooperação e integração regional tornaram-se claramente prioritárias”¹⁹⁸, como a Unasul e a Unila.

Dentro desse contexto, uma das estratégias da política externa brasileira a partir de 2007 foi apoiar a Casa para que, a partir dela, fossem constituídos mecanismos permanentes que possibilitassem a concretização das ações coletivas pensadas dentro da nova agenda prioritária sub-regional, estabelecida em 2005, e que tinha por temas: o diálogo político regional; a integração física; a questão do meio ambiente; a integração energética; os mecanismos financeiros sul-americanos; as assimetrias entre os Estados; a promoção da coesão social; a inclusão social e a justiça social; e a integração das telecomunicações¹⁹⁹.

Para Glauber Carvalho²⁰⁰, a necessidade de instrumentos que viabilizassem o aprofundamento do processo de integração sul-americana dentro do marco da Casa e a consciência dos diferentes regimes comerciais existentes na região levaram os países a estruturar a Unasul, uma instituição com personalidade jurídica internacional, sede fixa (Quito, Equador), presidência *pro tempore* e conselhos setoriais²⁰¹ responsáveis por debater os

¹⁹⁷ AMORIM, Celso. A diplomacia multilateral do Brasil, um tributo a Rui Barbosa. In: CONFERÊNCIA Nacional de Política Externa e Política Internacional (CNPEPI). O Brasil no mundo que vem aí: segunda edição 2007. Brasília, DF: FUNAG, 2008. p. 18.

¹⁹⁸ SARAIVA, Miriam Gomes. Continuidade e mudança na política externa brasileira: as especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. 2013. *Op.Cit*, p. 76.

¹⁹⁹ COMUNIDAD Sudamericana de Naciones (CASA). Declaración presidencial y agenda prioritaria: Primera Reunión de Jefes de Estado de la Comunidad Sudamericana de Naciones. Brasília, DF, 30 set. 2005. Disponível em: http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/casa_2005_3.htm. Acesso em: 21 jan. 2015.

²⁰⁰ CARVALHO, Glauber Cardoso. A América do Sul em processo de transformação: desenvolvimento, autonomia e integração na UNASUL. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. p. 99.

²⁰¹ Atualmente, a Unasul conta com 12 conselhos: Conselho Energético Sul-Americano; Conselho de Defesa Sul-Americano; Conselho de Saúde Sul-Americano; Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social; Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento; Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial

principais problemas da região em busca de soluções coletivas. O Tratado da Unasul, de 23 de maio de 2008, possibilitou a institucionalidade jurídica que faltava à Casa e que dificultava a sua atuação.

A Unasul exemplifica o protagonismo da América do Sul no processo de integração regional latino-americana contemporânea. A partir de uma base sul-americana, é possível pensar em um projeto regional mais amplo e sólido no longo prazo, como constatado pelo embaixador brasileiro Celso Amorim, já no final do segundo Governo de Lula da Silva:

Nós tínhamos esse processo e, de qualquer maneira, tínhamos a consciência de que, embora o objetivo de mais longo prazo fosse integrar a América Latina e o Caribe como um todo, a integração possível e operativa era a da América do Sul. Por quê? Porque a maioria dos outros países da América Central, senão todos, e o próprio México, estavam num processo de abertura muito rápida em relação aos Estados Unidos. Alguns estavam negociando com a União Europeia também. Nós não poderíamos ter um processo de integração da América Latina como um todo, nem os outros países desejavam, porque eles tinham sua atenção voltada para outros temas. [...] São coisas que nós compreendemos, mas o que nós não podíamos era retardar o nosso processo de integração para adaptá-lo a essas outras realidades. Então, nós tivemos que fazer com que os nossos amigos mexicanos, os nossos amigos cubanos, os nossos outros amigos da América Central e do Caribe entendessem que, na realidade, a América do Sul era fundamental.²⁰²

A partir da análise da política externa do Governo Lula da Silva e das declarações do Ministro Celso Amorim é possível perceber que para eles não há uma dissociação do Mercosul em relação à integração sul-americana. O discurso do Ministro Amorim demonstra que o Mercosul, a América do Sul e a América Latina são percebidos como instâncias integracionistas complementares, sendo a integração regional latino-americana o seu fim último. A ênfase na integração sul-americana se deve ao fato de ser a mais operativa e possível, devido ao contexto das relações econômicas da maioria dos países da América Central com os EUA.

Os indícios apontam que a política externa do Governo Lula da Silva seguia em direção a uma maior integração da América Latina, a partir do Mercosul e da América do Sul. Consolidadas as suas relações com os países sul-americanos e inserido no Caribe a partir das relações com Cuba e pela Missão de Paz no Haiti, a perspectiva para o segundo Governo de

das Drogas; Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças; Conselho Eleitoral da Unasul; Conselho Sul-Americano de Educação; Conselho Sul-Americano de Cultura; Conselho Sul-Americano de Ciência, Tecnologia e Inovação; e Conselho Sul-Americano em matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional. Fonte: UNIÃO de Nações Sul-Americanas (UNASUL). *Consejos Sectoriales*. Disponível em: <http://www.unasursg.org/inicio/organizacion/consejos-sectoriales>. Acessado em 12 jan. 2015.

²⁰² AMORIM, Celso. A integração sul-americana. 2009. *Op.Cit.*

Lula da Silva seguiam rumo a uma nova estratégia de integração regional latino-americana, da qual a Unila, criada em 2007, tornara-se o ponto central. A crise econômica internacional de 2008 exigiu do Governo brasileiro algumas adaptações na sua estratégia de internacionalização, em que foram diminuídas as ênfases em algumas áreas em detrimento de outras e que atingiram o projeto estratégico da integração regional, sem que dela no entanto se perdesse o foco.

CONCLUSÃO

(...) não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas. (...) a compreensão do mundo é muito mais ampla que a compreensão ocidental do mundo.

Boaventura Santos, 2007.²⁰³

O estudo do Mercosul Educacional e do seu papel no surgimento da Unila possibilitou demonstrar que, diferente das análises conservadoras do bloco, o Mercosul não se restringe aos pressupostos econômicos e comerciais do Tratado de Assunção (1991), sendo um espaço por excelência para a emergência de ideias e projetos em prol da integração regional política, sociocultural e educacional na América do Sul e na América Latina. A perspectiva de um Mercosul “multifuncional”²⁰⁴ foi aprofundada com a ascensão de lideranças progressistas no início do século XXI, que procuraram fortalecer as áreas social e educacional no bloco.

Diferente dos entraves e problemas existentes no âmbito comercial do Mercosul, a área educacional do bloco mantém, desde a sua criação, atividades ininterruptas e progressivas, construindo arranjos cooperativos que transcendem o próprio bloco, garantindo a perpetuação dos mesmos caso o Mercosul um dia venha deixar de existir. Nesse sentido, o Mercosul Educacional contribui, direta e indiretamente, para a ampliação do diálogo entre os povos da região e conseqüentemente para a ampliação da participação das sociedades no processo de integração regional.

O novo marco do Mercosul Educacional, que emergiu dentro dos debates do SEM no início do século XXI e que está presente no seu Plano de Ação 2006-2010, traz a perspectiva de que a área educacional no Mercosul vai além da eliminação das barreiras burocráticas que impedem a livre circulação de estudantes e de profissionais diplomados entre os países do bloco. À integração das estruturas educacionais soma-se a integração via educação, através da

²⁰³ SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a teoria crítica e reinterpretar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 20.

²⁰⁴ A expressão Mercosul Multifuncional foi usada pelo Embaixador Ruy Pereira, em artigo publicado pela revista *Política Externa*, para referir-se as outras dimensões, além da econômico-comercial, contempladas pelo bloco no processo de integração regional sul-americana, como as dimensões social e educacional. O artigo de Pereira foi abertamente criticado pelo Embaixador Rubens Barbosa na edição seguinte da mesma revista, em que destaca a visão, à nosso ver limitada, de que o que consideramos como avanços do bloco são na verdade desvios de função e que ele deveria retomar a centralidade dos aspectos comerciais. Sobre este debate, cf. PEREIRA, Ruy. O valor do Mercosul. *Política Externa*, São Paulo, vol.22, n.3, São Paulo, p.21-29, jan/fev/mar, 2014.; BARBOSA, Rubens. Mercosul: retórica e realidade. *Política Externa*, São Paulo, vol.22, n.4, p.17-35, abr/mai/jun, 2014.

elaboração de políticas e projetos que articulem a educação com o processo de integração regional. Ao criar instrumentos que proporcionem o diálogo entre os povos e a construção coletiva do conhecimento, o Mercosul Educacional viabiliza a verdadeira integração dos povos pelos povos enunciada por Francisco Holanda²⁰⁵, uma integração independente das estruturas de poder do sistema internacional que oprimem e excluem os povos latino-americanos.

A emergência deste novo marco só foi possível devido ao contexto de descontentamento das sociedades dos países da América do Sul com as medidas neoliberais implantadas pelos governos da região ao longo das décadas de 1980 e 1990, que ampliaram a desigualdade social e não proporcionaram o crescimento econômico esperado. Tal contexto possibilitou a ascensão de lideranças progressistas que entendem a integração regional como o caminho para a justiça social e o desenvolvimento econômico dos Estados.

A partir de 2006, é possível perceber a multiplicação de iniciativas ligadas ao Mercosul Educacional que buscam ampliar exponencialmente as possibilidades do que entendemos ser um processo de integração via educação. Dentro da estrutura do SEM, destacam-se a substituição do Mexa pelo Sistema de Acreditação Regional de Carreiras Universitárias do Mercosul (Sistema Arcu-Sur) em 2008, e os diálogos em torno da Universidade do Mercosul e do Eres, que deram origem a Unila em 2010.

Ao assumir unilateralmente a criação da Unila, um projeto ousado e de difícil concretização devido às suas dimensões multinacionais e interdisciplinares, o Governo brasileiro reafirmou seu compromisso para com o Mercosul e as integrações regionais sul-americana e latino-americana. A ampliação da vocação da universidade, de mercosulina para latino-americanista, além de contribuir para a concretização de um princípio constitucional brasileiro que estabelece a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina como algo a ser perseguido pelo Brasil, está relacionada à percepção do Governo de Lula da Silva de que o Mercosul e a integração sul-americana são a parte possível e operativa de um processo maior que é a integração latino-americana. Essa visão é reforçada no período entre 2006 e 2007, durante o processo eleitoral brasileiro e permaneceu no segundo mandato do presidente Lula da Silva.

Os projetos de interiorização do ensino superior no país e o Reuni favoreceram a implantação da Unila, mas, conforme exposto nesta tese, não podem ser considerados como

²⁰⁵ HOLANDA, Francisco Ubiratan Xavier. Integração descolonizadora do poder ou a integração dos povos pelos povos. In: VASCONCELLOS, Patricia Mara Cabral; VIANA, João Paulo Saraiva Leão; MIGUEL, Vinicius Valentin Raduan (org.). *Integração sul-americana: desafios e perspectivas*. Porto Velho: Edufro, 2011. p.182-199.

variáveis-chave para a compreensão do surgimento da ideia da universidade. As variáveis-chave para a criação da Unila são o Mercosul Educacional e o interesse do Governo brasileiro de Lula da Silva pela integração regional.

Nesse sentido, o Mercosul Educacional fornece um ambiente institucional propício ao surgimento de ideias e instrumentos que tenham a Educação como uma estratégia de integração regional capaz de viabilizar a formação de um conhecimento autônomo e libertário dos centros de poder internacional, conforme almejam os teóricos da decolonialidade. Essa perspectiva é reforçada pela Declaração Conjunta entre o SEM e o Setor Educacional da Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul de 2005, em que a Educação é defendida como um bem público e um direito social e político dos Estados de garantir o acesso e a produção de conhecimento a todos os seus cidadãos, refutando a lógica liberal que percebe a Educação como mais um bem de mercado a ser desregulamentado e aberto as grandes multinacionais da área²⁰⁶.

A ideia do Eres e o debate em torno da possibilidade de constituição de uma instituição de ensino superior multinacional perdeu importância no SEM à medida que o Instituto Mercosul de Estudos Avançados e a Unila foram sendo consolidados, ao ponto de não estar presente no Plano de Ação do SEM 2011-2015²⁰⁷. Isso não significa que o Imea-Unila e a Unila possam ser considerados como a concretização do Eres, pois ambas as instituições, ainda que tenham fortes vínculos com o Mercosul, são instituições brasileiras e não fazem parte da estrutura orgânica do SEM.

A concretização do Eres vinculado diretamente ao SEM, dependeria de uma estrutura institucional e financeira mais encorpada que a atual, com capacidades supranacionais, algo que inclusive não corresponde os arranjos integracionista usuais do Mercosul. A consolidação da estrutura orgânica do SEM em 2001 (e reformulada em 2011), e a criação do FEM em 2004 (internalizado pelo Brasil apenas em 2011) ainda são insipientes frente ao desafio imposto ao Setor Educacional do Mercosul caso ressurgir o interesse na criação de uma instituição de ensino multinacional de responsabilidade do bloco.

A concretização da missão imputada à Unila dependerá de condições que ultrapassam os desejos dos seus formuladores. Dela dependem questões políticas, econômicas, e da cultura acadêmica que transcendem aos objetivos da presente tese. Por ora, cabe-nos torcer para que a

²⁰⁶ DECLARACIÓN CONJUNTA. In: MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Reunião de Ministros da Educação. Ata n.02/2005 da XXIV Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Montevideu, 2005.

²⁰⁷ MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 20/2011. Plano de Ação do Setor Educacional do Mercosul 2011-2015. Assunção, 2011.

Unila seja um centro irradiador de conhecimento e de pensamentos alternativos as alternativas aos povos da América Latina.

REFERÊNCIAS

- ALTBACH, Philip G. Globalization and the University: myths and realities in an unequal world. *The NEA Almanac of Higher Education*, p.63-75, 2005.
- ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*, volume 1. São Paulo: Saraiva, 2006.
- ALVES, Candida Beatriz. Integração, identidade e universidade na América Latina. Dissertação. (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2013.
- AMORIM, Celso. A integração sul-americana. *Diplomacia, Estratégia & Política*, Brasília, n.10, p.5-26, out/dez 2009.
- _____. A diplomacia multilateral do Brasil, um tributo a Rui Barbosa. In: Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (CNPEPI). *O Brasil no mundo que vem ai: segunda edição 2007*. Brasília, DF: FUNAG, 2008. p.15-31.
- Assessoria de Comunicação da Universidade Estadual de Maringá. Instituto quer apoio da UEM para atuar no Mercosul. Informativo, ano XVII, n.782, s/p., Maringá, 10 jul.2007. Disponível em <http://www.informativo.uem.br/novo/index.php/informativos-2007-mainmenu-30/49-informativo-782/809-instituto-quer-apoio-da-uem-para-atuar-no-mercosul> Acesso em 21 ja.2015.
- AYERBE, Luis Fernando (org.). *Novas lideranças políticas e alternativas de governos na América do Sul*. São Paulo: UNESP, 2008.
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. O Mercosul e a educação superior: qual integração? *Atos de Pesquisa em Educação*, Blumenau, vol.4, n.3, p.303-320, set./dez. 2009.
- _____. A formação de espaços regionais de educação superior: um olhar meridional para o Mercosul. *Avaliações*, Sorocaba, vol.13, n.3, p.875-879, nov.2008.
- _____. A integração dos sistemas de educação superior na Europa: de Roma à Bolonha ou da integração econômica à integração acadêmica. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.9, p.133-149, dez.2007
- BALASSA, Bela. *Teoria da Integração Econômica*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1964.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, vol. 2, p. 89-117, 2013.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. *Revista Espaço Acadêmico*, n.91, s/n, dez.2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.pdf>. Acesso em 21 jan.2015.
- _____. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol.45, n.2, p.135-146, 2002.
- BARBOSA, Rubens. Mercosul: retórica e realidade. *Política Externa*, São Paulo, vol.22, n.4, p.17-35, abr/mai/jun, 2014.
- BARRETO JR., Edilson Rodrigues. O Setor Educacional do Mercosul e a educação superior: principais avanços do projeto de integração regional. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio (org.). *Sulamérica: comunidade imaginada, emancipação e integração*. Niterói: EdUFF, 2011. p.85-97.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise. (Textos Avulsos). *Observatório da Economia Global*, Campinas, n. 10, p.01-82, 2012.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. A América do Sul em Movimento. In: CONFERÊNCIA Nacional de Política Externa e Política Internacional (CNPEPI). *O Brasil no mundo que vem ai*: primeira edição 2006. Brasília, DF: FUNAG, 2007. p.115-129.

BECARD, Danielly Silva Ramos. *Relações Exteriores do Brasil Contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2009.

BELLI, Benoni. O fim da Guerra Fria: algumas implicações para a política externa brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol.39, n.1, p.120-131, 1996.

BESHARA, Gregory Louis. Dispersão disciplinada: as participações ministeriais na política externa brasileira para o Mercosul. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2008.

BRACKMANN, Marta Maria. Internacionalização da educação superior e política externa brasileira: estudo da criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2010

BRAGA, Ana Maria; GENRO, Maria Elly; LEITE, Denise. Universidade futurante: inovação entre as certezas do passado e as incertezas do futuro. In: LEITE, Denise; MOROSINI, Marília (orgs.). *Universidade futurante: produção do ensino e inovação*. 2.ed. Campinas: Ed. Papirus, 1997.p.21-37.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol.16, n.48, p.545-562, set/dez.2001.

BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. Uma perspectiva de longo período sobre a integração latino-americana vista pelo Brasil. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v.36, n.2, p.549-583, jul/dez 2014

CAETANO, Gerardo. Breve historia del MERCOSUR em sus 20 años. Coyunturas e instituciones (1991-2011). In: _____ (org). *MERCOSUR 20 años*. Montevídeu: CEFIR, 2011. p.21-71.

_____; VAZQUEZ, Mariana; VENTURA, Deisy. Reforma institucional del MERCOSUR. Análisis de um reto. In: CAETANO, Gerardo (Coord.) *La reforma institucional del MERCOSUR: del diagnóstico a las propuestas*. Montevideo: Ediciones Trilce & Cefir, 2009.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA. *Soberania sim, ALCA não!* Análise e documentos. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

CAMPOS, Taiane Las Casas; SALVATO, Márcio Antônio. Comércio internacional, desenvolvimento econômico e inserção estratégica: as experiências da Argentina, do Brasil e do México. In: CAMPOS, Taiane Las Casas (org.) *Desenvolvimento, desigualdade e relações internacionais*. Belo Horizonte: Puc Minas, 2005. p.229-269.

CANDEAS, Alessandro. Educação e política externa: por uma parceria diplomacia-universidade. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R.S. (orgs.). *Política Externa Brasileira: a política das práticas e as práticas da política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.181-200.

CARVALHO, Glauber Cardoso. A América do Sul em processo de transformação: desenvolvimento, autonomia e integração na UNASUL. Dissertação. Mestrado em Economia Política Internacional. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

_____; ROSEVICS, Larissa. A política externa do governo Lula para a América do Sul: Unasul e Unila. In: SARTI, Ingrid; LESSA, Mônica; PERROTA, Daniela; CARVALHO, Glauber (org.). *Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI*. 1ed. Rio de Janeiro: Perse, 2013. (volume 1) p. 225-240.

CARVALHO, Patrícia Nasser de. A União Europeia: uma análise teórico-crítica das relações inter-regionais com a América Latina e o Caribe da década de 1970 à “diplomacia das cúpulas”. Dissertação (Doutorado em Relações Internacionais). Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008.

CASAS, Alejandro. Notas sobre teoria crítica, universidad y sujetos colectivos. In: In: SARTI, Ingrid; LESSA, Mônica; PERROTA, Daniela; CARVALHO, Glauber (org.). *Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI*. 1ed. Rio de Janeiro: Perse, 2013. (volume 2), p.825-836.

CASTIGLIONI, Lucas; PUELLO-SOCORRÁS, Francisco; FAL, Juan. *¿Hacia dónde va la integración regional de Nuestra América?* Buenos Aires: Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas – FISYP, 2013.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Instituto Pensar, 2007.

CAUBET, Christian. A política hidro-energética brasileira e a evolução do quadro diplomático. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): o desafio geoestratégico*. São Paulo: Cultura Editores/NUPRI/USP, 1996. (volume 3). p.111-140.

CAVALCANTI, Flávia Guerra. Desafios da democracia, desigualdades, teoria e práticas. In: SARTI, Ingrid; MARTINS, José Renato Vieira; LESSA, Mônica Leite; CARVALHO, Glauber Cardoso (orgs.). *Os desafios da integração sul-americana: autonomia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2014. p.419 - 439.

_____. As contradições da Unasul como comunidade imaginada: Estado soberano e cidadania sul-americana. In: SARTI, Ingrid; LESSA, Mônica; PERROTA, Daniela; CARVALHO, Glauber (orgs.). *Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI*. Rio de Janeiro: Perse, 2013. (volume 1). p. 151-163.

_____. União Europeia e América Latina: associação estratégica ou oposição hierárquica? Uma análise do discurso. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Puc-Rio, 2012.

CECEÑA, Ana Esther. *Hegemonia, emancipaciones y políticas de seguridad em America Latina: dominación, epistemologias insurgentes, territórios y descolonización*. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, 2008. p. 103-137.

_____. Estrategias de construcción de una hegemonía sin límites. In: CECEÑA, Ana Esther (org.). *Hegemonías y emancipaciones en el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 37-57.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. (org.). *Sulamérica: comunidade imaginada, emancipação e integração*. Niterói: EdUFF, 2011.

CHANG, Ha Joo. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.

COMISSÃO de Implantação da UNILA. *UNILA em construção: um projeto universitário para a América Latina*. Foz do Iguaçu: IMEA, 2009.

CONFERÊNCIA Nacional de Política Externa e Política Internacional (CNPEPI). *O Brasil no mundo que vem ai: primeira edição*. Brasília, DF: FUNAG, 2007.

_____. *O Brasil no mundo que vem ai: segunda edição 2007*. Brasília, DF: FUNAG, 2008.

CORAZZA, Gentil. Integração e Nacionalismo na América Latina: o caso do Mercosul. *IV Encuentro Internacional Economía Política y Derechos Humanos*, Buenos Aires, p.1-17, set, 2010. Disponível em: <http://www.madres.org/documentos/doc20100924142559.pdf> . Acesso em: 26 abr. 2014.

_____. A Unila e a Integração Latino-Americana. *Boletim de Economia e Política Internacional*, IPEA, Rio de Janeiro, n.3, p.79-88, jul/set.2010.

_____. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.27, n.1, p.135-152, mai. 2006.

COSTA, Karla da Silva. Transnacionalização da educação superior: reflexos do Acordo Geral do Comércio de Serviços na regulação normativa transnacional da educação superior brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

COX, Robert. Social forces, states and world order: beyond international relations theory. In: KEOHANE, Robert (org.) *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986.p.204-254.

CRISTOFOLI, Maria Silva. Políticas educacionais, o ensino de língua estrangeira (Português e Espanhol) e Mercosul Educacional: primeiras aproximações. *ANPED Sul, Pesquisa em educação e inserção social*, Itajaí, p.1-17, 2008. Disponível em: http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2008/Politicapublicas e Gestaoeducacional/Poster/06_08_01_POLITI~2.PDF . Acesso 05 nov.2014.

DEUTSCH, Karl. *Análise das relações internacionais*. Brasília: Ed.UnB, 1978.

EXMAN, Fernando. Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim. *Jornal Gazeta Mercantil*, Brasília, DF, 19 out. 2006. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/229819798487-entrevista-concedida-pelo-ministro-das-relacoes> . Acesso em: 21 ago. 2014.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Opinião pública e política externa: insulamento, politização e reforma na produção da política exterior do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol.2, n.51, p.80-97, 2008.

FERRER, Aldo. América Latina y la globalización. *Revista CEPAL*, Número Extraordinário, pp.155-169. Santiago de Chile, s/n, out.1998. Disponível em <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/9/19379/ferer.htm> . Acesso em: 26 abr. 2014.

FIGUEIRA, Ariane Roder. *Introdução à análise de política externa*. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 53, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 2010.

FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.p.87-147.

FREIRE, Silene de Moraes (org.). *Mercosul em debate: desafios da integração na América Latina*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

FULQUET, Gaston A. *El proyecto educativo para el MERCOSUR y los debates em torno a la internacionalización de la Educación Superior*. Buenos Aires: CAEI, 2007.

GADOTTI, Moacir. *O Mercosul educacional e os desafios do século 21*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teiceira, 2007. (Série Documental. Textos para Discussão, n.25).

GAMBINA, Julio C. (Comp.) *No al Alca, no a la Guerra: la estrategia de EE.UU. para América Latina*. Buenos Aires: Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas (FISYP).

GARCIA-GADILLA, Carmen (org.). *El difícil equilibrio: la educación superior entre bien público y comercio de servicios: implicaciones de AGCS (GATS)*. 3.ed. Caracas: UCV, 2004.

GARCIA, Marco Aurélio. Dez anos de política externa. In: SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo & FLACSO, 2013. p.128-164.

GEHER, Thiago. *América do Sul: a ideia brasileira em marcha*. Curitiba: Juruá, 2009.

GILL, Stephen. A América Latina e o príncipe pós-moderno. In: _____ (org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.p.11-40.

GOERGEN, Pedro. A crise de identidade da universidade moderna. In: SANTOS FILHO, José Camilo; MORAES, Silva E (org.). *Escola e universidade na pós-modernidade*. São Paulo: Mercado das Letras & FAPESP, 2009. p.101-161.

GONÇALVES, William. Panorama da política externa brasileira no Governo Lula da Silva In: FREIXO, Adriano; PEDONE, Luiz; RODRIGUES, Thiago Moreira; ALVES, Vágner Camilo (orgs.). *Política Externa Brasileira na era Lula: um balanço*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p.11-31

GRANATO, Leonardo. A integração na América do Sul em discussão nos governos do Brasil e da Argentina (2003-2010). Tese. Doutorado em Economia Política Internacional. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, Coimbra, p. 115-147, 2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *O imperialismo, o sistema internacional e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

_____. *Quinhentos anos de periferia*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS & Contratempo, 2000.

- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.
- HASENCLEVER, Andreas; MAYER, Peter; RITTBERGER, Volker. *Theories of international regimes*. New York Cambridge University Press, 2006.
- HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- HIRST, Monica; PINHEIRO, Letícia. A política externa do Brasil em dois tempos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol.38, n.1, p.05-23, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Francisco Ubiratan Xavier. Integração descolonizadora do poder ou a integração dos povos pelos povos. In: VASCONCELLOS, Patricia Mara Cabral; VIANA, João Paulo Saraiva Leão; MIGUEL, Vinicius Valentin Raduan (orgs.). *Integração sul-americana: desafios e perspectivas*. Porto Velho: Edufro, 2011. p.182-199.
- HURRELL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol.17, n.1, p.23-59, jan./jun. 1995.
- KEOHANE, Robert O. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. New Jersey: Princeton University Press, 1984. p.49-64.
- KRASNER, Stephen D. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes (1982). *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, vol.20, n.42, p.93-110, jun.2012.
- KISSINGER, Henry. *Precisará a América de uma política externa: uma diplomacia para o século XXI*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- KROTSCH, Pedro. La universidad en el proceso de integración regional: el caso del Mercosur. *Perfiles Educativos*, Cidade do México, vol. 19, n.76-77, p.116-137, 1997.
- KÜNZEL, Patrícia. Itaipu pode abrigar 1.^a sede da Universidade do Mercosul. *Gazeta do Povo Online*, Curitiba, s/n, 18 ago. 2006. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=592055&tit=Itaipu-pode-abrigar-1-sede-da-Universidade-do-Mercosul> . Acesso em: 21 jan. 2015.
- LAFER, Celso. Relações Brasil-Argentina: alcance e significado de uma parceria estratégica. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol.19, n.2, p.249-265, jul./dez. 1997.
- LANDER, Edgardo (org.). *La conolialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- LIMA, Maria Regina Soares; MILANI, Carlos R.S. Privatização ou democratização da política externa brasileira? *Carta Maior*, São Paulo, s/n, 01 abr. 2014. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Privatizacao-ou-democratizacao-da-Politica-Externa-Brasileira-/6/30632> . Acesso em: 02 abr. 2014.
- _____. As Américas na Política Externa do governo Lula. *Anuario Social y Político de América Latina y el Caribe*, FLACSO/Unesco/Nueva Sociedad, Caracas, n. 6, p. 49-54, 2003.
- _____. Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais: o caso brasileiro. In: JOBIM, Nelson; ETCHEGOYEN, Sergio; ALSINA, João Paulo (orgs.). *Segurança Internacional: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.p.401-416.

LORENZONI, Ionice. Haddad discute criação da Universidade do MERCOSUL com presidente da República. *Portal do MEC*, s/p, 31 jun, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6757:&catid=221&Itemid=86. Acesso em: 26 jan. 2015.

MANCUSO, Wagner Pralon; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. *Lua Nova*, São Paulo, n.69, p.147-172, 2006.

MARFAN, Marilda Almeida (org.). *O ensino de História e Geografia no contexto do Mercosul*. Brasília: MEC-SEF, 1998.

MARIANO, Karina P. Globalização, integração e o Estado. *Lua Nova*, São Paulo, n. 71, p.123-168, 2007.

MARIANO, Marcelo Passini; VIGEVANI, Tullo. A ALCA e a política externa brasileira. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. p.321-356. (volume 1)

MARTINS, José Ricardo. O Brasil e a UNASUL: um processo de construção de liderança e integração regional. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2011. Dissertação.

MARTINS, José Ricardo. Unila: uma Universidade Federal brasileira para América Latina. *Revista Ponto e Virgula*, São Paulo, n.7, p.224-243, 2010.

MASSON, Máximo Augusto Campos. Educação superior, desenvolvimento e integração regional na América do Sul. In: VASCONCELLOS, Patricia Mara Cabral; VIANA, João Paulo Saraiva Leão; MIGUEL, Vinicius Valentin Raduan (orgs.). *Integração sul-americana: desafios e perspectivas*. Porto Velho: Edufro, 2011. pp.122-145.

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura, un manifiesto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, Instituto Pensar, 2007. p.25-46.

_____. El desprendimiento: pensamiento crítico y giro descolonial. In: WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter; LINERA, Álvaro García (orgs.). *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p.9-20.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, n.35, vol.1, p. 11-41, 2013.

MOMMA, Adriana Missae. As políticas educacionais brasileiras de ensino fundamental no contexto do MERCOSUL: perspectivas e desafios para o processo de integração. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2001.

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis. *As relações internacionais da América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização da Educação Superior no Brasil pós-LDB: o impacto das sociedades tecnologicamente avançadas. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (orgs.). *Educação Superior no Brasil: 10 anos pós-LDB*. Brasília: Inep, 2008.p.285-303.

_____. Internacionalização da educação superior: um modelo em construção? In: RISTOFF, Divo; SEVEGNANI, Palmira (org.). *Modelos Institucionais de Educação Superior*. Brasília: Inep, 2006. (Coleção Educação Superior em Debate, vol.7). p.93-118.

_____. (org.). *Universidade do MERCOSUL: condicionantes e desafios*. São Paulo: Cortez, 1994.

MUHR, Thomas. Venezuela e ALBA: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.36, n. 2, p. 611-627, maio/ago. 2010.

OLIVEIRA, Odete Maria. Integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol.41, n.1, p.5-23, jan./jun. 1998.

ONUKEI, Janina. O Brasil e a construção do Mercosul. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos (orgs.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006. (vol. 1). p.299-320.

PADULA, Raphael. As visões dominantes sobre a integração regional: o Regionalismo Aberto e a Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). In: COSTA, Darc. (org.). *América do Sul: Integração e Infraestrutura*. América do Sul: Integração e Infraestrutura. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011. (vol.1). p. 143-208.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A era George W. Bush (2001-2007): os EUA e o sistema internacional. In: VÁRIOS. *Estados Unidos: presente e desafio*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007. Brasília: FUNAG, 2008. p.27-48.

PEREIRA, Ruy. O valor do Mercosul. *Política Externa*, São Paulo, vol.22, n.3, São Paulo, p.21-29, jan/fev/mar, 2014.

PERROTTA, Daniela. El regionalismo de la educación superior en el proceso de integración regional del MERCOSUR: políticas de coordinación, complementación, convergencia y armonización en las iniciativas de acreditación de la calidad de las carreras de grado (1998-2012). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Buenos Aires: FLACSO, 2013.

_____. La integración regional de la educación superior en el MERCOSUR en el marco de la orientación general del bloque y la tensión entre un modelo solidario y otro competitivo: el caso de los programas regionales de acreditación de carreras de grado (del MEXA al ARCU-SUR, 1998-2008). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais com orientação em educação). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Buenos Aires: FLACSO, 2011.

_____. La cooperación en Mercosur: el caso de las universidades. *Temas*, Buenos Aires, n.54, p.67-76, abr-jul 2008.

PINHEIRO, Leticia; BESHARA, Gregory. Política externa e educação: confluências e perspectivas no marco da integração regional. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R.S. (org.). *Política Externa Brasileira: a política das práticas e as práticas da política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.149-180.

PINTO, Hugo Eduardo Meza. A estratégia de integração econômica regional na América Latina: o caso da Comunidade Andina. Tese. (Doutorado em Integração da América Latina). Programa de Pós Graduação Interunidades em Integração da América Latina – Prolam da Universidade de São Paulo. São Paulo: Usp, 2006.

PRADO, Henrique Sartori de Almeida. A educação superior no Mercosul como política de integração e desenvolvimento. *Systemas – Revista de Ciências Jurídicas e Econômicas*, vol.5, Campo Grande, p.38-53, 2013.

PUTNAM, Robert. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. (Textos Fundamentais). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol.18, n.36, p. 147-174, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.19, n.55, São Paulo, p. 08-31, set./dez. 2005.

_____. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *La conolialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p.193-238.

_____. Un fantasma recorre el mundo. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.12, n.34, p.77-82, set./dez. 1998.

_____. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.6, n.16, p.73-80, São Paulo, set./dez. 1992.

RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. 2.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

RIBEIRO, Gustavo Ferreira. Afinal, o que a Organização Mundial do Comércio tem a ver com a educação superior? *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n.49, vol.2, p.137-156, 2006.

RICOBOM, Gisele. A integração latino-americana e o diálogo intercultural: novas perspectivas a partir da Universidade. *Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais*, Curitiba, n.12, p.351-362, 2010.

ROSA, Chaiane de Medeiros. Políticas Públicas para a educação superior no Governo Lula. *Póiesis Pedagógica*, Catalão, vol.11, n.1, p.168-188, jan/jun, 2013.

SADER, Emir. Encontros e desencontros. In: NOVAES, Adauto (org.). *Oito visões da América Latina*. São Paulo: Senac, 2006. p.177-190.

SÁNCHEZ, Antonio Gazol. Diez años del TLCAN: una visión al futuro. *Economía UNAM*, Cidade do México, n. 3, p. 9-29, set./dez, 2004.

SANCHEZ, Michelle; SILVA, Elaini; CARDOSO, Evorah; SPÉCIE, Priscila. Política Externa como Política Pública: Uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.27, p. 125-143, 2006.

SANTIAGO, Léia Adriana da Silva; RANZI, Serlei Maria Fischer. As propostas do Setor Educacional do Mercosul para o ensino de História. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, vol.8, n.2, p.443-463, jul-dez, 2013.

SANTOS, Boaventura. *Renovar a teoria crítica e reinterpretar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2003

SANTOS, Marcelo. O México como aliado dos EUA no projeto de integração das Américas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n.50, vol.2, p.146-161, 2007.

SARAIVA, José Flávio Sombra. História e Geografia no Mercosul: trajetórias e perspectivas. In: MARFAN, Marilda Almeida (org.). *O ensino de História e Geografia no contexto do Mercosul*. Brasília: MEC-SEF, 1998. p.14-27.

SARAIVA, Miriam Gomes. Continuidade e mudança na política externa brasileira: as especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 37, p. 63-78, mar. 2013.

_____. A evolução dos processos de integração na América Latina. . In: GONÇALVES, Williams da Silva; LESSA, Monica Leite. *História das relações internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.p.111-132.

_____; TEDESCO, Laura. Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, vol.44, n.2, p.126-150, 2001.

SARFATI, Gilberto. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005.

SARTI, Ingrid MARTINS, José Renato Vieira; LESSA, Mônica Leite; CARVALHO, Glauber Cardoso (orgs.). *Os desafios da integração sul-americana: autonomia e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2014.

_____; LESSA, Mônica; PERROTA, Daniela; CARVALHO, Glauber (org.). *Por uma integração ampliada da América do Sul no século XXI*. 1ed.Rio de Janeiro: Perse, 2013. (Vol.1 e 2)

_____.A arquitetura política e os desafios da institucionalidade na integração Sul-americana. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio. (org.). *Sulamérica: comunidade imaginada, emancipação e integração*. Niterói: EdUFF, 2011. p.177-191.

_____. A projeção do Brasil como ator global e a integração sul-americana: implicações políticas. In: CAETANO, Gerardo (org.) *Mercosur 20 años*. Montevideú: CEFIR, 2011a. p.303-316.

_____. Integración regional y participación social: logros y desafios en la institucionalidad de un Mercosur ampliado. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, Rio de Janeiro, ano 15, n.24, p.7-17, 2010.

_____. UNILA: a ousadia de um sonho. *Jornal da Ciência*, Rio de Janeiro, nº 620, 2 mai. 2008. Disponível em <http://www.jornaldaciencia.org.br>. Acesso em: 21 jan.2015.

SATO, Eiti. *Economia e política das Relações Internacionais*. Belo Horizonte: FT, 2012.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. O Português no Mercosul. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n.39, p.175-184, 2009.

SCHLOGEL, Daniela Andreia. O projeto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). *Revista Congreso Universidad*, Havana, vol.2, n.3, p.01-07, 2013.

SEVERO, Luciano Wexell. Venezuela: los diez años de gobierno Chávez y el desafío de “sembrar el petróleo”. *Oikos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.1, p.93-117, 2009.

SIERRA, Géronimo. El Mercosur como proceso multidimensional y cómo estudiarlo desde la ciencias sociales. In: _____ (org.). *Los rostros del Mercosur: el difícil camino de lo comercial a lo societal*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p.11-19.

SILVA. Fabrício Pereira da. *Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

SILVA, Suylan de Almeida Midlej. Ganhamos a batalha, mas não a guerra: a visão da Campanha Nacional contra a ALCA sobre a não assinatura do acordo. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2008.

SOUZA JÚNIOR, José Maria de. A educação superior na agenda de integração do MERCOSUL: os programas promovidos pelo SEM. *Revista Científica Digital*, São Paulo, ano 1, vol.1, p.01-08, jan./jul. 2011. Disponível em: [http://viderefutura.riobrancofac.edu.br/site/Artigos/111225 Educ Sup Agenda.pdf](http://viderefutura.riobrancofac.edu.br/site/Artigos/111225_Educ_Sup_Agenda.pdf) Acesso em: 02 abr. 2014.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

THOMAS, Hernan. ¿Cómo estructurar la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA)? *Revista IMEA-UNILA*, Foz do Iguaçu, n.1, vol.1, p.63-72, 2013.

TORRES, Luiz Carlos; FERREIRA, Hudrsen de Souza. *Amazônia Azul: a fronteira brasileira no mar*. *Passadiço*, Marinha Brasileira, Centro de Adestramento “Almirante Marques de Leão”, Brasília, p. 3-5, 2005.

Disponível em: <https://www.mar.mil.br/dhn/dhn/amazoniazul.pdf>. Acesso em 21 jan.2015.

TRINDADE, Hélgio. Unila: Universidade para a Integração Latino-Americana. *Educación superior y sociedad*, Unesco, ano 14, n.1, p.147-154, jan.2009.

VÁRIOS. Estados Unidos: presente e desafio. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007. Brasília: FUNAG, 2008.

VÁRIOS. Integração da América do Sul: Seminário no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, em 23 de julho de 2009. Brasília: FUNAG, 2010.

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra. O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. Santiago de Chile: CEPAL, 2007. Disponível em: http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/30045/P30045.xml&xsl=/publicaciones/ficha.xsl&base=/publicaciones/top_publicaciones.xsl Acessado em: 26 abr.2014.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Revista Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol.29, n.2, p. 273-335, jul/dez 2007.

_____; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de; CINTRA, Rodrigo. A política externa do governo Cardoso: um exercício de autonomia pela integração. *Tempo Social*, São Paulo, n. 20, p.31-61, 2003.

_____; MARIANO, Karina Pasquariello; OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. Democracia e atores políticos no Mercosul. In: SIERRA, Gerónimo (org.). *Los rostros del Mercosur: el difícil camino de lo comercial al societal*. Buenos Aires: Clacso, 2001. p.183-228.

_____; VEIGA, João Paulo. Mercosul: interesses e mobilização sindical. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, vol.39, n.1, p.48-71, 1996.

DOCUMENTOS

Associação Universidades Grupo Montevideo (AUGM). Institucional: convênios. Disponível em: <http://grupomontevideo.org/sitio/institucional/convenios/> Acesso 05 set. 2014.

Comunidade Andina (CAN). Sistema Andino de Integración: Universidad Andina Simón Bolívar. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/Seccion.aspx?id=53&tipo=SA&title=universidad-andina-simon-bolivar> . Acessado em: 21 jan. 2015.

Conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sob o título “O impacto da globalização nos países em desenvolvimento” realizada no Colégio do México, Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996. In: OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Discursos selecionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Brasília, DF: FUNAG, 2010. p. 23-40.

COMUNIDAD Sudamericana de Naciones (CASA). Declaración presidencial y agenda prioritaria: Primera Reunión de Jefes de Estado de la Comunidad Sudamericana de Naciones. Brasília, DF, 30 set. 2005. Disponível em: http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/casa_2005_3.htm . Acesso em: 21 jan. 2015.

A educação superior no Setor Educacional do Mercosul. ANDRÉS, Aparecida. Brasília: Consultoria Legislativa da Área XV Educação, Cultura e Desporto, 2010.

European Commission. About Erasmus Mundus: 2009-2013. Disponível em: http://eacea.ec.europa.eu/erasmus_mundus/programme/about_erasmus_mundus_en.php . Acesso 05 set. 2014.

Fórum Universitário Mercosul (FoMerco). O que é? Disponível em: http://www.fomerco.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=865 Acesso em 21 jan.2015.

_____. Página inicial do Fórum Social Mercosul Disponível em: <http://www.fomerco.com.br/>. Acesso 21 jan.2015.

FUNDAÇÃO Alexandre Gusmão (FUNAG). Cronologia da política externa do governo Lula (2003-2006). Brasília, DF, 2007.

GRUPO de Alto Nível. Anexo IV – Documento conceitual: Espaço Regional de Educação Superior do MERCOSUL. In: MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Comissão Regional Coordenadora de Ensino Superior (CRCES). Ata n.02/2008 da XXVI Reunião da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior. Buenos Aires, 2008

MERCADO Comum do Sul (MERCOSUL). Anexo IV Plan del SEM 2006-2010. In: _____. Reunião de Ministros da Educação. Ata n.01/2006 da XXX Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Buenos Aires, 2006

_____. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 07/1991. Dispõe sobre a criação da Reunião de Ministros da Educação. Montevideo, 1991.

_____. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 07/1992. Plano Trienal para o Setor Educação no contexto do Mercosul. Las Leñas, 1992.

_____. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 09/1995. Programa de ação do Mercosul até o ano 2000. Assunção, 1995.

_____. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 25/1997. Adiamento da vigência do “Plano Trienal para o Setor Educação no contexto do Mercosul”. Montevideú, 1997.

_____. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 13/1998. Plano Trienal e Metas do Setor Educacional. Rio de Janeiro, 1999.

_____. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 61/2000. Criação da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do Mercosul. Florianópolis, 2000.

_____. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 15/2001. Estructura orgánica y Plan de Acción 2001-2005 del Sector Educativo del Mercosur, Bolivia y Chile. Montevideú, 2001.

_____. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 33/2004. Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (SEM). Belo Horizonte, 2004.

_____. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 05/2006. Estructura orgânica do Setor Educativo (sic) do Mercosul (SEM) (Complemento da Decisão CMC n.15/01). Córdoba, 2006.

_____. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 05/2011. Estructura orgânica e regulamento interno da Reunião de Ministros da Educação e os órgãos dependentes do Setor Educacional do Mercosul. Assunção, 2011.

_____. Conselho do Mercado Comum. Decisão n. 20/2011. Plano de Ação do Setor Educacional do Mercosul 2011-2015. Assunção, 2011.

_____. Reunião de Ministros da Educação. Ata n.01/1992 da II Reunião de Ministros da Educação da República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai. Buenos Aires, 1992.

_____. Reunião de Ministros da Educação. Ata n.02/1992 da III Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Brasília, 1992.

_____. Reunião de Ministros da Educação. Ata n.06/1994 da VII Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Ouro Preto, 1994.

_____. Reunião de Ministros da Educação. Ata n.09/1996 da X Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Buenos Aires, 1996.

_____. Reunião de Ministros da Educação. Ata n.01/1998 da XIV Reunião de Ministros de Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Buenos Aires, 1998.

_____. Reunião de Ministros da Educação. Ata n.02/1999 da XVII Reunião de Ministros de Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Montevideú, 1999.

_____. Reunião de Ministros da Educação. Ata n.01/2002 da XXII Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Buenos Aires, 2002.

_____. Reunião de Ministros da Educação. Ata n.02/2005 da XXIX Reunião de Ministros da Educação dos países do Mercosul, Bolívia, Chile e Venezuela. Montevideú, 2005.

_____. Reunião de Ministros da Educação. Ata n.01/2006 da XXX Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Buenos Aires, 2006.

_____. Reunião de Ministros da Educação. Ata n.02/2007 da XXXIII Reunião de Ministros da Educação dos países signatários do tratado do Mercado Comum do Sul. Montevideu, 2007.

_____. Comissão Regional Coordenadora de Ensino Superior (CRCES). Ata n.04/2006 da XX Reunião da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior. Curitiba, 2006.

_____. Comissão Regional Coordenadora de Ensino Superior (CRCES). Ata n.02/2006 da XVII Reunião da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior. Buenos Aires, 2006.

_____. Comissão Regional Coordenadora de Ensino Superior (CRCES). Ata n.01/2007 da XXI Reunião da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior. Buenos Aires, 2007.

_____. Declaración sociolaboral del Mercosur. Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1998. Disponível em http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2485/1/cmc_1998_ata02_declaracion_es_sociolaboral.pdf Acessado em 01 jun. 2014.

PARTIDO dos Trabalhadores (PT). Lula Presidente – Programa de Governo 2007/2010. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente: um Brasil para todos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2014.

PORTAL MEC. Escola de Fronteira: apresentação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=836&id=12586&option=com_content&view=article Acesso em 21 jan.2015.

PORTAL Mercosul Educacional/ Mercosur Educativo. O que é o Setor Educacional do Mercosul. Disponível em: <http://edu.mercosur.int/pt-BR/mercosul-educacional/o-que-e.html> Acesso em: 25 out.2014.

PROGRAMA Marca. Objetivos. Disponível em <http://programamarca.siu.edu.ar/objetivos.php> . Acesso em: 21 jan. 2015.

REPÚBLICA Federativa do Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jan. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Comunicação Social. Itaipu pode ser sede da Universidade do Mercosul. Portal do MEC, 14 ago. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6820&catid=221&Itemid=1176 . Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. Assessoria de Imprensa da SESu. Instituto Mercosul propõe mestrados. Portal do MEC, 05 set.2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8987:&catid=212&Itemid=164 Acesso em 21 jan.2015.

_____. Ministério da Educação; REPÚBLICA da Argentina. Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia. Protocolo entre o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina para a criação do Mecanismo Permanente Conjunto em Temas Educacionais. Buenos Aires, 19 jul. 2009. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2006/b_118/. Acesso em: 26 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. Escolas de Fronteiras: programa Escola Bilíngue de Fronteira (PEBF). Brasília e Buenos Aires: MEC-MECT, 2008. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Escolafronteiras/doc_final.pdf. Acesso em 21 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. Diretoria de Desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: Reuni 2008 – relatório de primeiro ano. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2069&Itemid. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ministério da Educação. Exposição de Motivos Interministeriais nº 00331, de 11 de dezembro de 2007. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2007/331%20-%20MP%20MEC.htm. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. Repertório de política externa: posições do Brasil. Brasília: FUNAG, 2007.

_____. Projeto de Lei nº 2.878, de 25 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=704F998B23FC7ABE2AD2CDEC7BEED706.proposicoesWeb2?codteor=539906&filename=PL+2878/2008. Acesso em: 21 jan. 2015

_____; REPÚBLICA da Argentina. Declaração do Iguazu. Foz do Iguazu, 30 de novembro de 1985. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1985/b_74/. Acesso em 21 nov.2014.

UNIVERSIDAD Andina Simón Bolívar (UASB). Conócenos: Misión y Visión. Disponível em: <http://www.uasb.edu.bo> Acessado em: 21 jan. 2015.

_____. Disponível em: <http://www.uasb.edu.ec>. Acessado em: 17 mai. 2014.

UNIÃO de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Consejos Sectoriales. Disponível em: http://www.unasursg.org/inicio_/organizacion/consejos-sectoriales . Acessado em 21 jan. 2015.

UNIVERSIDADE Federal do Paraná. Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Universidade Federal do Paraná e a Itaipu nº 032/08-UFPR. In: COMISSÃO de Implantação da UNILA. UNILA em construção: um projeto universitário para a América Latina. Foz do Iguazu: IMEA, 2009.p.165-167.

_____; MINISTÉRIO da Educação. Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União, representada pelo Ministério da Educação e Universidade Federal do Paraná de 28 de maio de 2008. In: COMISSÃO de Implantação da UNILA. UNILA em

construção: um projeto universitário para a América Latina. Foz do Iguaçu: IMEA, 2009.p.168-169.

UNIVERSIDADE Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Estatuto da Unila. Disponível em: <http://unila.edu.br/conteudo/institucional> . Acessado em 21 jan. 2015.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Estatuto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Disponível em: http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/Estatuto-Unilab_aprovado-no-Consuni_Nilma-Lino-Gomes.pdf Acesso em 21 jan.2015.

Relatório da Comissão Constituída pela Portaria mº 126/2012 sobre a análise sobre a expansão das universidades federais 2003 a 2012. WESKA, Adriana; SILVA, Antônio; ILIESCU, Daniel; NASCIMENTO, Hercília; MARTINS, João; CERQUEIRA, Leandro; NEDER, Maria Lúcia; SILVA, Tamara; RODRIGUES, Yuri. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1361475592UFMT_-_Maria_Lucia_Neder_-_Relatorio_REUNI.pdf . Acesso em: 21 jan. 2015.

ANEXO I

CRONOLOGIA DA UNILA

ANTECEDENTES

NOVEMBRO 2005

XXIX Reunião de Ministros da Educação do Mercosul. Ata 01/2005, em que são aprovados os objetivos, a missão, a visão, as linhas estratégicas, os princípios orientadores, as características das ações e resultados esperados do Plano de Ação do SEM 2006-2010.

JANEIRO 2006

Entra em vigor o Plano de Ação 2006-2010 do Setor Educacional do Mercosul

JUNHO 2006

XXX Reunião de Ministros da Educação do Mercosul. Ata 01/2006 de 02/06/2006. Aprovação do plano operativo de metas e ações do Plano de Ação do SEM 2006-2010.

JULHO 2006

Brasil e Argentina assinam o “Protocolo de Criação do Mecanismo Permanente Conjunto em Temas Educacionais” em 19/07/2006

Ministro da Educação do Brasil Fernando Haddad afirma em entrevistas que discutiu com o Ministro da Educação, Ciência e Tecnologia da Argentina Daniel Filmus, a criação de uma universidade binacional em que os diplomas fossem revalidados em ambos os países.

AGOSTO 2006

Ministro da Educação do Brasil Fernando Haddad afirma em entrevista que a Itaipu Binacional demonstrou interesse no projeto, e que negociações estavam em andamento com Paraguai e Uruguai em relação ao projeto da futura universidade.

Reitor da UFPR, professor Carlos Augusto Moreira Junior, a convite do MEC viaja a Brasília para discutir o projeto da nova universidade. Ele confirma a jornalistas o interesse da Itaipu Binacional na universidade.

SETEMBRO 2006

Seminário de Educação Superior e Integração Regional, Foz do Iguaçu, 18 e 19/09/2006. Participam os Ministros da Educação dos países membros do Mercosul. O representante brasileiro anuncia a ideia da Universidade do Mercosul.

OUTUBRO 2006

XX Reunião da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior. Ata 04/06, Curitiba, 19 e 20/10/2006. Único documento oficial do Mercosul que faz menção ao termo Universidade do Mercosul. Destaca a pertinência e a necessidade da constituição do espaço universitário do Mercosul. Acorda sobre seguir com a discussão para encontrar a forma mais adequada para materialização da ideia.

NOVEMBRO DE 2006

XXXI Reunião dos Ministros da Educação dos países do Mercosul, Belo Horizonte, 24/11/2006 novembro de 2006. Ata n.02/06 da reunião contém aprovação para criação do Grupo de Trabalho de Alto Nível com objetivo de elaborar o projeto de espaço regional de educação superior do Mercosul.

Encontro Mercosul Educacional, Belo Horizonte, 24/11/2006

ABRIL DE 2007

XXI Reunião da Comissão Regional Coordenadora da Educação Superior. Buenos Aires, 16 a 19/04/2007. Institui o Grupo de Trabalho de Alto Nível e estabelece sua primeira reunião, a acontecer no mês de maio, na cidade de Assunção.

MAIO DE 2007

XXII Reunião da Comissão Regional Coordenadora da Educação Superior. Ata 02/07, Assunção, 28 a 29/05/2007. Informa que a reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível não aconteceu, sendo remarcada para o segundo semestre do ano.

Ministro da Educação do Brasil Fernando Haddad participa de uma reunião na Itaipu Binacional para tratar da criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (Imea)

Assinatura do Convênio entre a Itaipu Binacional, a UFPR e a Universidade de Pisa em 21/05/2007

JUNHO DE 2007

XXXII Reunião de Ministros da Educação do Mercosul. Ata n.01/07, Assunção, 1/06/2007. Valoriza a proposta da criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados, como uma instituição brasileira, com sede no Parque Tecnológico de Itaipu, como parte do esforço do Brasil em construir o espaço regional de educação superior do Mercosul.

AGOSTO DE 2007

XXIII Reunião da Comissão Regional Coordenadora da Educação Superior. Ata 03/07, Montevideu, 07 a 08/08/2007. Informa que os documentos referentes ao Espaço de Educação Superior do Mercosul não foram disponibilizados e indica uma próxima reunião.

CRIAÇÃO DA UNILA

NOVEMBRO DE 2007

XXIV Reunião da Comissão Regional Coordenadora da Educação Superior. Ata 04/07, Montevideu, 05 a 06/11/2007. Anuncia a convocação do Brasil do Grupo de Altos Nível, para o primeiro semestre de 2008, com objetivo de elaborar o Projeto do Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul.

XXXII Reunião de Ministros da Educação do Mercosul. Ata n.02/07, Montevideu, 9/11/2007. Foi solicitado aos países que designem um representante cada para formar o Grupo de Alto Nível para discutir o espaço regional de educação superior do Mercosul.

Foi novamente valorizada a iniciativa brasileira do Imea e pela primeira vez há menção a Universidade de Integração Latinoamericana (Unila), citada como instituição inspirada no marco do “Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul”.

DEZEMBRO DE 2007

Envio a presidência da Exposição de Motivos Interministerial n.00331/2007 Ministério do Planejamento/Ministério da Educação. Submissão do projeto de lei que cria a Unila. 11/12/2007.

JANEIRO DE 2008

Portaria Ministerial Instituinto a Comissão de Implantação da Unila. Secretaria de Educação Superior. Portaria n.43 de 17/01/2008.

Envio ao Congresso o Projeto de Lei n.2878/2008 que dispõe da criação da Unila.

IMPLANTAÇÃO DA UNILA

MARÇO DE 2008

Início das atividades da Comissão de Implantação da Unila (CI-Unila) em Brasília-DF.

ABRIL DE 2008

XXV Reunião da Comissão Regional Coordenadora da Educação Superior. Ata 01/08, Buenos Aires, 03 a 04/04/2008. Informa que a Reunião do Grupo de Alto Nível para a criação do “Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul” acontecerá no dia 21 de maio, na XXVI Reunião Ministerial. Brasil se compromete a elaborar e fazer circular um documento com os antecedentes do Espaço.

Segunda Reunião da Comissão de Implantação da Unila (CI-Unila) em Foz do Iguaçu-PR.

MAIO DE 2008

XXVI Reunião da Comissão Regional Coordenadora da Educação Superior. Ata 02/08, Buenos Aires, 21 a 23/05/2008. É constituído o Grupo de Alto Nível para a criação do “Espaço Regional de Educação Superior (Eres)”. O anexo IV do documento, elaborado pelo Brasil, apresenta os antecedentes da proposta. O anexo V traz o “Projeto experimental de cursos integrados de graduação no Mercosul”, enfatizando as áreas de História e/ou Geografia em consórcio entre as instituições de educação superior dos países membros do Mercosul e associados.

Última menção do “Espaço Regional de Educação Superior (ERES)” nos documentos consultados.

Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre Ministério da Educação e a Universidade Federal do Paraná para a implantação da Unila. Fica estabelecida a UFPR como instituição tutora da Unila.

Terceira reunião da Comissão de Implantação da Unila (CI-Unila) em Curitiba-PR.

JUNHO DE 2008

XXXVI Reunião de Ministros da Educação do Mercosul. Ata n.01/08, Buenos Aires, 13/06/2008. Congratula a proposta brasileira de fornecer espaço para estudantes e docentes na Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Quarta reunião da Comissão de Implantação da Unila (CI-Unila) em Foz do Iguaçu-PR.

SETEMBRO DE 2008

Quinta reunião da Comissão de Implantação da Unila (CI-Unila) em Curitiba-PR.

NOVEMBRO DE 2008

Sexta reunião da Comissão de Implantação da Unila (CI-Unila) em Curitiba-PR.

DEZEMBRO DE 2008

Sétima reunião da Comissão de Implantação da Unila (CI-Unila) em Curitiba-PR.

JANEIRO DE 2009

Oitava reunião da Comissão de Implantação da Unila (CI-Unila) em Curitiba-PR.

ABRIL DE 2009

Nona reunião da Comissão de Implantação da Unila (CI-Unila) em Curitiba-PR.

MAIO DE 2009

Décima reunião da Comissão de Implantação da Unila (CI-Unila) em Foz do Iguaçu-PR.

JUNHO DE 2009

Décima primeira reunião da Comissão de Implantação da Unila (CI-Unila) em Foz do Iguaçu-PR.

AGOSTO DE 2009

Aprovação no Conselho Universitário da UFPR por unanimidade da resolução nº 26/2009 – COUN que da criação do Imea-Unila como uma unidade vinculada ao Gabinete do Reitor da UFPR, com objetivo de prover a Unila de condições administrativas e acadêmicas para a efetivação de suas finalidades.

Realização da primeira Cátedra Latino-Americana do Imea-Unila nas instalações provisórias no Parque Tecnológico Itaipu (PTI) em Foz do Iguaçu, que teve por tema “Ciência, Tecnologia, Inovação

e Inclusão Social” e patrono Amilcar Herrera. A Cátedra foi ministrada por Hebe Vessuri, pesquisador sênior do IVIC (Venezuela).

SETEMBRO 2009

Realização das Cátedras Latino-Americanas do Imea-Unila: “Economia e Desenvolvimento”, do patrono Celso Furtado, e ministrada por Aldo Ferrer; e “Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar”, do patrono Octavio Ianni, ministrada por Jacques Chonchol.

OUTUBRO 2009

Realização das Cátedras Latino-Americanas do Imea-Unila: “Educação Superior Comparada”, do patrono Andrés Bello, ministrada por Carmem Guadilla; e “Integração e Identidade Latino-Americana”, do patrono Francisco Bilbao e ministrada por Miguel Rojas Mix.

NOVEMBRO 2009

Realização das Cátedras Latino-Americanas do Imea-Unila: “Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente”, do patrono Josué de Castro e ministrada por Ignacy Sachs; “Literatura Latino-Americana” do patrono Augusto Roa Bastos e ministrada por Flávio Loureiro Chaves; e “Ciências Físicas e as Novas Fronteiras Tecnológicas”, do patrono Juan José Giambiagi e ministrada por Celso Pinto de Melo

DEZEMBRO 2009

Realização da Cátedra Latino-Americana do Imea-Unila “Ciências da Vida: Evolução e Biodiversidade”, do patrono Crodowaldo Pavan e ministrada por Francisco Salzano.

JANEIRO DE 2010

O Presidente Lula da Silva sanciona a Lei nº 12.189/10, que dispõe sobre a criação da Unila.

MAIO DE 2010

É realizado o primeiro concurso público para provimento de vagas nas áreas administrativa e docente da Unila.

JULHO DE 2010

Unila abre seu primeiro processo seletivo para estudantes, com 300 vagas distribuídas entre seis cursos de graduação, sendo 150 destinadas aos brasileiros e 150 aos cidadãos argentinos, uruguaios e paraguaios. Os seis primeiros cursos da Unila são: Ciências Biológicas; Ciências Econômicas; Ciência Política e Sociologia; Engenharia de Energias Renováveis; Engenharia Civil e de Infraestrutura; Relações Internacionais e Integração.

AGOSTO DE 2010

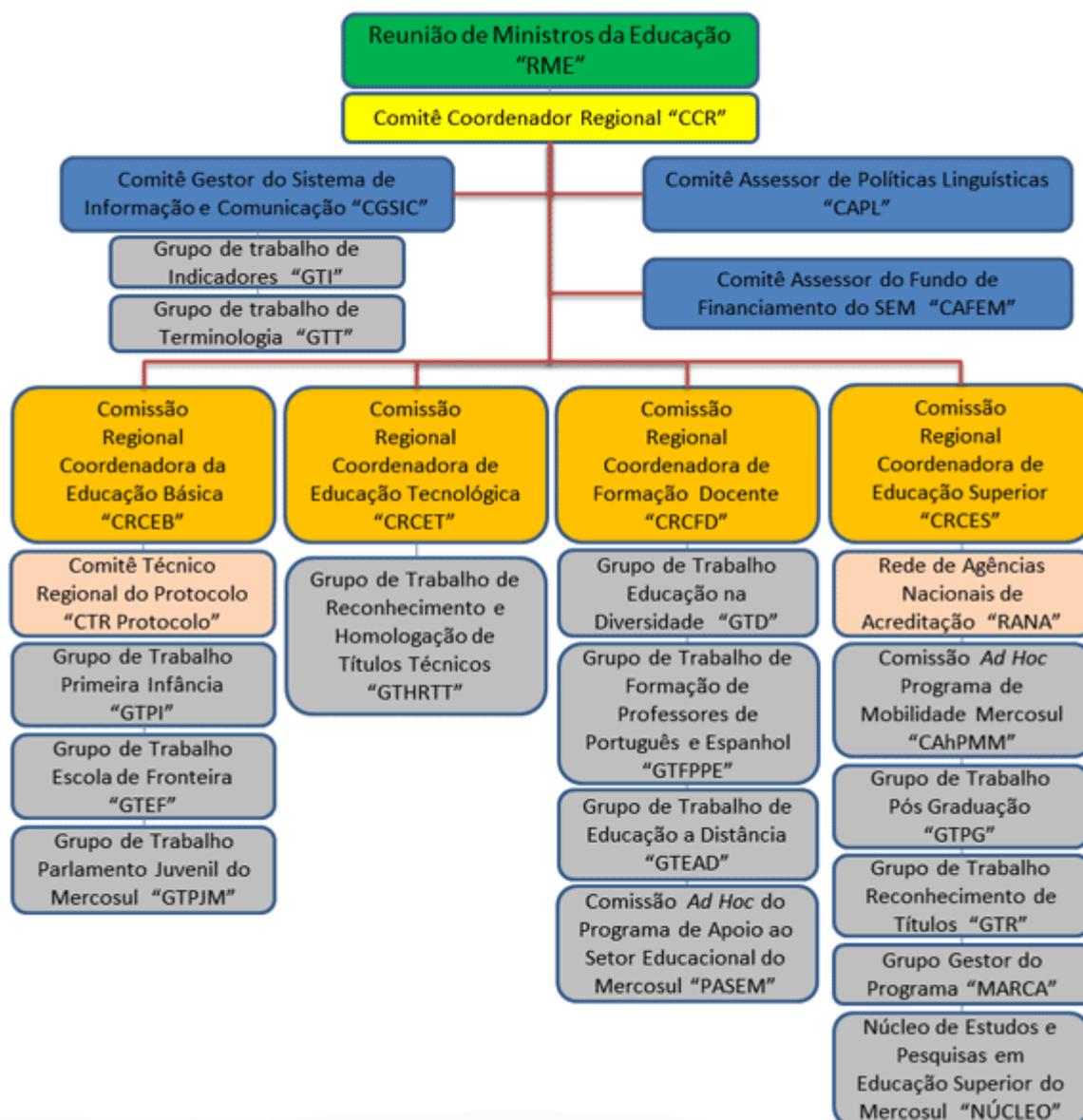
Início das atividades da Unila nas instalações provisórias no Parque Tecnológico Itaipu (PTI), em Foz do Iguaçu.

SETEMBRO DE 2010

Realização da aula inaugural da Unila, ministrada pelo então Presidente Lula da Silva para os 200 (duzentos) alunos oriundos do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, selecionados para os seis primeiros cursos de graduação.

ANEXO II

ORGANOGRAMA DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL



Fonte: (Site Mercosul Educacional, 2014)

ANEXO III

TRANSCRIÇÃO DO ANEXO IV DA ATA Nº 02/08 DA XXVI REUNIÃO DA
COMISSÃO REGIONAL COORDENADORA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, BUENOS
AIRES, 21 A 23 DE MAIO DE 2008

DOCUMENTO CONCEITUAL

ESPAÇO REGIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MERCOSUL

ANTECEDENTES

A criação do Espaço Regional de Educação Superior do MERCOSUL vem de encontro a vários eventos seguidos que estabeleceram as demandas e princípios para sua criação

Plano Operativo do Setor Educacional do MERCOSUL 2006-2010

O Plano elaborado pelo SEM para este período apresenta os seguintes objetivos:

- Contribuir com a integração regional acordando e executando políticas educativas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente;
- Promover a educação de qualidade para todos como fator de inclusão social, de desenvolvimento humano e produtivo;
- Promover a cooperação solidária e o intercâmbio, para o melhoramento dos sistemas educativos;
- Impulsionar e fortalecer programas de mobilidade de estudantes, estagiários, docentes, pesquisadores, gestores, diretores e profissionais;
- Concertar políticas que articulem a educação com o processo de integração do MERCOSUL.

Fórum Educação Superior no MERCOSUL: Desafios e Expectativas

O Fórum de Educação Superior do MERCOSUL: Desafios e Expectativas, realizado em novembro de 2006 reuniu representantes de universidades, associações e órgãos governamentais em Belo Horizonte, discutindo os rumos da educação superior nos países do bloco. O relatório final, elevado à XXXI Reunião de Ministros de Educação reforçava às autoridades, os princípios que deveriam ser defendidos no âmbito do SEM:

- Educação Superior como bem público e um direito humano, universal e social;
- Integração no âmbito da educação superior, por meio do desenvolvimento de ações que busquem a harmonização e a construção de mecanismos de assegurem a interação e o intercâmbio entre os sistemas nacionais de educação superior, respeitando a diversidade e a inclusão solidária;
- Cooperação solidária enfatizando as relações de reciprocidade e complementaridade, o respeito ao conceito da educação socialmente referenciada, à diversidade cultural e aos modelos e propostas diferenciadas;
- O ensino, a pesquisa e a extensão como funções básicas da Universidade;

XXXI Reunião de Ministros do Setor Educacional do MERCOSUL

A XXXI Reunião de Ministros do Setor Educacional do MERCOSUL, em novembro de 2006, por resolução expressa, convocou as autoridades máximas em educação superior de seus países a formar um Grupo de Alto Nível com o objetivo de elaborar o projeto de um espaço regional de educação superior do Mercosul, estabelecendo antecipadamente certos princípios para sua formação:

- O espaço regional de educação superior do Mercosul terá como meta lecionar e pesquisar temas voltados para a integração regional nos campos das ciências humanas e sociais, científico-tecnológicas, agrárias e ecológicas, de saúde e artísticas;
- O espaço regional de educação superior do Mercosul poderá ser formado por *campi* universitários instalados nos diversos Estados Partes e associados ou programas de outras Universidades, Faculdades e departamentos dos Estados Partes e associados. Tais instituições deverão ser reconhecidas pelos respectivos ordenamentos jurídicos.
- O processo de seleção de docentes, estudantes, pesquisadores e gestores será aberto a cidadãos dos Estados Partes do Mercosul e associados.

- O projeto pedagógico dos cursos oferecidos poderá abranger tanto o nível de graduação quanto o de pós-graduação, respeitadas a legislação, as possibilidades e as prioridades do sistema educacional de cada Estado Parte e associado.
- O espaço regional de educação superior do Mercosul será constituído com base na mobilidade de professores, estudantes e pesquisadores. Para tanto, serão devidamente incorporados os avanços logrados nas iniciativas MEXA e MARCA do Setor Educacional do Mercosul.

Com base nos princípios e objetivos registrados neste documento, O Grupo de Alto Nível para a criação do Espaço Regional de Educação Superior do MERCOSUL propõe seu seguimento através da Política de Apoio à Formação de Cursos Integrados.

ANEXO IV

TRANSCRIÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS INTERMINISTERIAL Nº 00331/2007/MP/MEC SOBRE A UNILA²⁰⁸

SUBCHEFIA DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

EM INTERMINISTERIAL Nº 00331/2007/MP/MEC

Brasília, 11 de dezembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, instituição vinculada ao Ministério da Educação, que terá sede em Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.
2. A expansão da rede de ensino superior e sua interiorização em áreas mais distantes dos centros urbanos desenvolvidos; a ampliação do acesso à educação superior, promovendo a inclusão social; o incremento do investimento em ciência e tecnologia e em formação qualificada de recursos humanos de alto nível como exigência urgente do desenvolvimento nacional, são objetivos centrais do governo federal.
3. O Plano Nacional de Educação foi estabelecido pela Lei no 10.172 de 2001 como base para o planejamento educacional dos governos federal, estadual e municipal. As bases da cooperação internacional das universidades foi estabelecida desta forma: “No mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional. As universidades constituem, a partir da reflexão e da pesquisa, o principal instrumento de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade”.
4. A importância estratégica da educação superior contrasta com o quadro brasileiro que enfrenta, ainda, o maior desafio em termos latino-americanos: o nível de acesso é um dos mais baixos do continente (11% da faixa etária 18-24 anos) e a proporção de estudantes nas instituições públicas reduziu-se, representando menos de 1/4 do total, tornando-se o peso da matrícula nas instituições privadas um dos mais altos da América Latina (75%).
5. Num contexto de integração regional na América Latina, as universidades são chamadas a interagir em termos nacionais e transnacionais, repartindo - solidariamente e com respeito mútuo, o saber e a tecnologia com os demais países latino-americanos.
6. As universidades distribuídas pelo território nacional precisam ser pensadas a partir e em conexão com os grandes desafios que deverão ser superados pelo Brasil nas próximas décadas, entre os quais são mais relevantes a superação das desigualdades e a construção de

²⁰⁸ REPÚBLICA Federativa do Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ministério da Educação. Exposição de Motivos Interministeriais nº 00331, de 11 de dezembro de 2007. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2007/331%20-%20MP%20MEC.htm. Acesso em: 21 jan. 2015.

um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental.

7. A UNILA pretende, no que diz respeito à Inclusão Social e Redução das Desigualdades, ampliar o acesso à educação e ao conhecimento; ao fortalecimento das bases culturais, científicas e tecnológicas de sustentação do desenvolvimento e ampliando a participação do País no mercado internacional, preservando os interesses nacionais; e à promoção dos valores e interesses nacionais, intensificando o compromisso do Brasil com uma cultura de paz, solidariedade e de direitos humanos no cenário internacional.

8. Considerando que a educação superior tem um papel estratégico para países latino-americanos que aspiram legitimamente ocupar um lugar relevante na divisão internacional do conhecimento, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) terá como missão desenvolver uma integração solidária através do conhecimento, fundada no reconhecimento mútuo e na equidade.

9. Atualmente, há um conjunto de universidades que desenvolveram uma diversificada e crescente interação acadêmico-científica com os países da América Latina, cujas experiências precisam ser potencializadas através de uma instituição que tenha por missão fazer avançar o processo de integração para um novo patamar qualitativo, com uma ampla oferta de cursos em todos os níveis, abertos a estudantes brasileiros e dos demais países da América Latina.

10. As atividades da nova universidade devem basear-se na pluralidade de questões e enfoques, buscando o enfrentamento de problemas comuns, por meio do acesso livre ao conhecimento, visando à integração solidária entre países, regiões, instituições, professores e alunos.

11. A UNILA caracterizará sua atuação pela integração com os países membros e associados do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com vocação para o intercâmbio e a cooperação solidária com os demais países da América Latina. Esta integração se realizará pela composição de corpo docente e discente proveniente não só das várias regiões do Brasil, mas também de outros países e do estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições do bloco MERCOSUL.

12. Os cursos ministrados na UNILA serão, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo dos países membros do MERCOSUL, com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e lingüísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento regional.

13. A Universidade terá como meta 10.000 estudantes nos cursos de graduação, mestrado e doutorado para o quadro de docentes de 250 professores, preferencialmente, formado por profissionais de todos os países da região.

14. A seleção dos professores, bem como dos estudantes, será aberta a todos os candidatos dos diversos países que compõem a região e o processo seletivo será feito tanto em língua portuguesa como em língua espanhola, versando sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre candidatos de todos os países da região.

15. A estrutura organizacional proposta assemelha-se às estruturas organizacionais de diversas universidades públicas federais. Deverão ser criados os Cargos de Direção e Funções Gratificadas necessários para compor o quadro de pessoal, quais sejam: 1 (um) CD-1, 1 (um) CD-2, 15 (quinze) CD-3, 20 (vinte) CD-4, 40 (quarenta) FG-1, 30 (trinta) FG-2, 30 (trinta) FG-3 e 30 (trinta) FG-4. O impacto orçamentário anual correspondente está estimado em R\$ 3.160.435,03 (três milhões, cento e sessenta mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e três

centavos). Tal impacto é compatível com as dotações consignadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2008 e demais dispositivos da legislação orçamentária e de responsabilidade fiscal.

16. O provimento dos cargos efetivos a serem criados ficará condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

17. Acreditamos Senhor Presidente, que a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA trará efetivos benefícios para a (sic) País, ampliará a oferta de ensino superior e, ao mesmo tempo, gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar dos brasileiros e das populações envolvidas dos países vizinhos, além de contribuir de forma estratégica em defesa e fortalecimento o Bloco Econômico do MERCOSUL.

Respeitosamente,

Fernando Haddad

Ministro de Estado da Educação

Paulo Bernardo Silva

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO V**PROJETO DE LEI Nº 2878/2008²⁰⁹**

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criada a Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º A UNILA terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no MERCOSUL.

§ 1º A UNILA caracterizará sua atuação nas regiões de fronteira e será vocacionada para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do MERCOSUL e com os demais países da América Latina.

§ 2º Os cursos ministrados na UNILA serão, preferencialmente, em áreas de interesse mútuo dos países da América Latina, sobretudo dos membros do MERCOSUL, com ênfase em temas envolvendo exploração de recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças, estudos sociais e lingüísticos regionais, relações internacionais e demais áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regional.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UNILA, observado o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidos nos termos desta Lei, do estatuto da UNILA e das demais normas pertinentes.

Art. 4º O patrimônio da UNILA será constituído pelos bens e direitos que ela venha a adquirir e por aqueles que venham a ser doados pela União, Estados e Municípios e por entidades públicas e particulares.

§ 1º Só será admitida a doação à UNILA de bens livres e desembaraçados de qualquer ônus.

§ 2º Os bens e direitos da UNILA serão utilizados ou aplicados exclusivamente para consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e nas condições permitidos em lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a UNILA bens móveis e imóveis necessários ao seu funcionamento, integrantes do patrimônio da União.

²⁰⁹ REPÚBLICA Federativa do Brasil. Projeto de Lei nº 2.878, de 25 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=704F998B23FC7ABE2AD2CDEC7BEED706.proposicoesWeb2?codteor=539906&filename=PL+2878/2008. Acesso em: 21 jan. 2015

Art. 6º Os recursos financeiros da UNILA serão provenientes de:

- I - dotações consignadas no orçamento da União;
- II - auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;
- III - remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;
- IV - convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais; e
- V - outras receitas eventuais.

Parágrafo único. A implantação da UNILA fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União.

Art. 7º Ficam criados, para compor o Quadro de Pessoal da UNILA, duzentos e cinquenta cargos de Professor da Carreira do Magistério Superior e os cargos técnico-administrativos descritos no Anexo.

§ 1º Aplicam-se aos cargos a que se referem o caput as disposições do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que tratam a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987, a Lei no 10.302, de 31 de outubro de 2001, e a Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, bem como o regime jurídico instituído pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 8º O ingresso nos cargos do Quadro de Pessoal efetivo da UNILA dar-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 9º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos e funções, para compor a estrutura regimental da UNILA:

- I - trinta e sete Cargos de Direção - CD, sendo um CD-1, um CD-2, quinze CD-3 e vinte CD-4; e
- II - cento e trinta Funções Gratificadas - FG, sendo quarenta FG-1, trinta FG-2, trinta FG-3 e trinta FG-4.

Art. 10. O provimento dos cargos efetivos e em comissão criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme disposto no § 1º do art. 169 da Constituição.

Art. 11. Ficam criados os cargos de Reitor e Vice-Reitor da UNILA.

Art. 12. A administração superior da UNILA será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário, no âmbito de suas respectivas competências, a serem definidas no estatuto e no regimento interno.

§ 1º A Presidência do Conselho Universitário será exercida pelo Reitor da UNILA.

§ 2º O Vice-Reitor, nomeado de acordo com a Lei no 5.540 de 28 de novembro 1968, substituirá o Reitor em suas ausências ou impedimentos legais.

§ 3º O estatuto da UNILA disporá sobre a composição e as competências do Conselho Universitário, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 13. Os cargos de Reitor e de Vice-Reitor serão providos pro-tempore, em ato do Ministro de Estado da Educação, até que a UNILA seja implantada na forma de seu estatuto.

Art. 14. Com a finalidade de cumprir sua missão institucional específica de formar recursos humanos aptos a contribuir para a integração latino-americana, o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no MERCOSUL, observar-se-á o seguinte:

I - a UNILA poderá contratar professores visitantes com reconhecida produção acadêmica afeta à temática da integração latino-americana ou do MERCOSUL, sendo observadas as disposições da Lei no 8.745/93;

II - a seleção dos professores será aberta a candidatos dos diversos países da região e o processo seletivo será feito tanto em língua portuguesa como em língua espanhola, versando sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre candidatos dos países da região;

III - os processos de seleção de docentes serão conduzidos por banca com composição internacional, representativa da América Latina e do MERCOSUL;

IV - a seleção dos alunos será aberta a candidatos dos diversos países da região e o processo seletivo será feito tanto em língua portuguesa como em língua espanhola, versando sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre candidatos dos países da região; e

V - os processos de seleção de alunos serão conduzidos por banca com composição internacional, representativa da América Latina e do MERCOSUL.

Art. 15. A implantação das atividades e o conseqüente início do exercício contábil e fiscal da UNILA deverão coincidir com o primeiro dia útil do ano civil subseqüente ao da publicação desta Lei.

Art. 16. A UNILA encaminhará ao Ministério da Educação proposta de estatuto para aprovação pelas instâncias competentes, no prazo de cento e oitenta dias contado da data de provimento dos cargos de Reitor e Vice-Reitor pro-tempore.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO
QUADRO DE PESSOAL EFETIVO

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR (NS)	QUANTIDADE
Administrador	9
Analista de Tecnologia da Informação	4
Arquiteto e Urbanista	2
Arquivista	2
Assistente Social	2
Auditor	1
Bibliotecário–Documentalista	4
Biólogo	2
Biomédico	2
Contador	4
Economista	2
Engenheiro/Área	4
Engenheiro de Segurança do Trabalho	1
Jornalista	4
Médico/Área	2
Nutricionista/Habilitação	2
Pedagogo/Área	2

Psicólogo/Área	2
Relações Públicas	3
Secretário Executivo	9
Técnico em Assuntos Educacionais	2
Tradutor Intérprete	2
TOTAL	67
CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NI)	QUANTIDADE
Assistente em Administração	100
Técnico em Contabilidade	4
Técnico de Laboratório/Área	30
Técnico de Tecnologia da Informação	2
Técnico em Segurança do Trabalho	1
Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	2
TOTAL	139

ANEXO VI

**TABELA DAS NORMATIVAS DO MERCOSUL VIGENTES SOBRE
REVALIDAÇÃO DE TÍTULOS**

DECISÃO	TÍTULO	VIGÊNCIA*
04/94	Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio Não Técnico	Paraguai, Brasil (9 jun.1996) Argentina (1 dez.1996) Uruguai (4 jul.1997)
07/95	Protocolo de Integração Educativa e Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico	Paraguai, Brasil (26 jul.1997) Argentina (10 dez.1997) Uruguai (19 ago.1999)
08/96	Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Estados Partes do MERCOSUL	Paraguai, Brasil (26 ago.1999) Argentina (8 jan.2000) Uruguai (6 ago.2000) Vigente
09/96	Protocolo de Integração Educacional para Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Estados Partes do MERCOSUL	Paraguai, Uruguai (9 set.1998) Brasil (26 ago.1999) Argentina (8 jan. 2000) Vigente
04/99	Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL	Argentina, Brasil (20 jun.2004) Paraguai (03 out.2010) Vigente
26/02	Acordos Emanados da XXIII Reunião de Ministros de Educação do MERCOSUL, da República da Bolívia e da República do Chile	Argentina, Chile (17 jan. 2008) Paraguai (3 fev.2008) Brasil (23 mai.2008) Equador (1 dez.2008) Vigente
06/06	Mecanismo para a Implementação do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio Não Técnico	Vigente desde 20 jul.2006
15/08	Disposições Transitórias para Atualizar/Modificar e Implementar a Tabela de Equivalências Anexa ao Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico	Vigente desde 30 jun.2008
20/08	Adesão da República do Equador ao Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico Entre Os Estados Partes do MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile	Argentina, Chile (17 jan.2008) Paraguai (3 fev.2008) Brasil (23 mai.2008) Equador (1 dez.2008) Vigente
22/12	Adesão da República do Perú ao “Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não Técnico entre os Estados Partes do MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile”	Vigente desde 29 jun.2012

FONTE: Elaboração própria, 2015.

ANEXO VII

TABELA DOS MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO LATINO AMERICANO DO INSTITUTO MERCOSUL DE ESTUDOS AVANÇADOS, POR NOME, PAÍS E VÍNCULO INSTITUCIONAL, EM 2009.

NOME	PAÍS	VÍNCULOS INSTITUCIONAIS
Ana Lúcia Gazzola	Venezuela	Ex-reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG-Brasil), ex-diretora do Instituto de Educação Superior (IESALC/UNESCO)
Axel Didriksson Takayanagui	México	Secretário de Educação do Governo de DF/México, professor da Universidad Autónoma do México (UAM) e coordenador geral da Red de Macrouiversidades Públicas de América Latina y el Caribe.
Carlos Roberto Antunes dos Santos	Brasil	Coordenador da Pós-Graduação de História e ex-reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR-Brasil)
Carlos Tünnermann	Nicarágua	Ex-ministro da Educação da Nicarágua
Domingo Rivarola	Paraguai	Diretor da Sede Acadêmica do Paraguai da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)
Eduardo Francisco José Asueta	Argentina	Reitor da Universidad Nacional de Entre Ríos (UNER-Argentina) e presidente da Associação Grupo Montevideú (AUGM)
Enrique Ayala Mora	Equador	Reitor da Universidad Andina Simon Bolívar (UASB), Sede Equador
Freddy Castillo Castellanos	Venezuela	Reitor da Universidad Nacional Experimental del Yaracuy (UNEY)
Gabriel Macaya Trejos	Costa Rica	Ex-reitor da UCR e Membro da Academia Nacional de Ciências Costa Rica
Gerónimo de Sierra	Uruguai	Coordenador da Comissão de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Universidad de la República (UDELAR)
Gustavo Rodríguez Ostría	Bolívia	Universidad Mayor de San Simón (UMSS) e Oficial Superior de Cultura de Cochabamba
Hélgio Trindade	Brasil	Presidente da CI-UNILA, membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE) e ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS-Brasil)
Hernán Thomas	Argentina	Universidad Nacional de Quilmes (UNQ-Argentina)
Iván Rodríguez Chávez	Peru	Presidente da Asamblea Nacional de Rectores (ANR) do Peru
Jorge Habib Hanna El Khouri	Brasil	Presidente da Universidade Corporativa e superintendente de Engenharia da Itaipu Binacional, professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE-Brasil)

NOME	PAÍS	VÍNCULOS INSTITUCIONAIS
Jairo Queiroz Pacheco	Brasil	Professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL-Brasil), diretor-geral da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (PR)
José Renato Carvalho	Venezuela	Diretor do Instituto de Educação Superior (IESALC/UNESCO)
Juan Carlos Sotuyo	Brasil	Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e diretor superintendente da Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (PTI-Brasil)
Leonardo Osvaldo Barchini da Rosa	Brasil	Coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério de Educação (MEC-BRASIL)
Luis Eduardo González	Chile	Diretor do Programa Política e Gestão Universitária do Centro Interuniversitário de Desenvolvimento (CINDA) Chile
Luis Enrique Orozco	Colômbia	Professor da Universidad de los Andes (UNIANDES-Colômbia)
Marcia Rivera	Porto Rico	Diretora Executiva do Instituto Latino-Americano para o Desenvolvimento da Educação Superior (ILAEDES-Porto Rico)
Maria Tarcisa Silva Bega	Brasil	Diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná (UFPR-Brasil)
Sergio Scheer	Brasil	Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR-Brasil)
Virgilio Álvarez Aragón	Guatemala	Diretor da Sede Acadêmica da Guatemala da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO)

FONTE: Elaboração própria, 2015

ANEXO VIII

TABELA COM AS CÁTEDRAS LATINO-AMERICANAS DO IMEA, REALIZADAS ENTRE 2009 E 2013, POR TEMÁTICA, PATRONO, FUNDADOR, VÍNCULO INSTITUCIONAL E DATA DA REALIZAÇÃO.

TEMÁTICA	PATRONO	FUNDADOR	VÍNCULO INSTITUCIONAL	REALIZAÇÃO
Ciência, Tecnologia, Inovação e Inclusão Social	Amilcar Herrera	Hebe Vessuri	Pesquisadora sênior do IVIC (Venezuela)	Agosto/2009
Economia e Desenvolvimento	Celso Furtado	Aldo Ferrer	Professor Emérito da Universidad de Buenos Aires (Argentina)	Setembro/2009.
Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar	Octavio Ianni	Jacques Chonchol	Ex-Diretor do IEHAL (França)	Setembro/2009
Educação Superior Comparada	Andrés Bello	Carmen Guadilla	Pesquisadora do CENDES da Universidad Central de Venezuela	Outubro/2009
Integração e Identidade Latino-Americana	Francisco Bilbao	Miguel Rojas Mix	Cátedra UNESCO de Cooperación Cultural	Outubro/2009
Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente	Josué de Castro	Ignacy Sachs	Diretor do Centre de Recherches du Brésil Contemporain - EHESS (França)	Novembro/2009
Literatura Latino-Americana	Augusto Roa Bastos	Flávio Loureiro Chaves	Professor Titular aposentado da UFRGS	Novembro/2009
Ciências Físicas e as Novas Fronteiras Tecnológicas	Juan Jose Giambiagi	Celso Pinto de Melo	Academia Brasileira de Ciências e Presidente da Sociedade Brasileira de Física	Novembro/2009
Ciências da Vida: Evolução e Biodiversidad	Crodowaldo Pavan	Francisco Salzano	Academia Brasileira de Ciências	Dezembro/2009

TEMÁTICA	PATRONO	FUNDADOR	VÍNCULO INSTITUCIONAL	REALIZAÇÃO
Saúde Pública na América Latina	Eugênio de Santa Cruz y Espejo	Maria Isabel Rodriguez	Ex-Reitora da Universidad de El Salvador e atual Ministra da Saúde de El Salvador	Agosto/2010
Neurociência e Inclusão Social	Bernardo Houssay	Miguel Ângelo Laporta Nicolelis	Co-Diretor do Centro de Neuroengenharia da Universidade Duke (EUA), Diretor Científico do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lily Safra	Novembro/2010
Comunicação Democracia e Cidadania	Carlos Quijano	Jesus Martin-Barbero	Professor do Centro de Estudos Sociais da Universidad Nacional de Colombia	Março/2011
História, Sociedade e Cultura Guarani	León Cadogan	Bartomeu Melià	Jesuíta e antropólogo espanhol, membro da Comissão Nacional de bilinguismo do Paraguai	Junho/2011
Estado, Nação e Democracia no Peru	Juan Carlos Portantiero	Julio Cotler	Universidad Nacional de San Marcos	Julho/2011
Filosofia e Epistemologia da Ciência	Leopoldo Zea	Olga Pombo	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL)	Agosto/2011
História da América Latina	Daniel Villegas	Leslie Bethel	Membro da Academia Brasileira de Ciências	Novembro/2011
Integração Regional em Perspectiva Comparada	Simón Bolívar	Philippe Schmitter	Departamento de Ciências Políticas e Sociais do Instituto Universitário Europeu (Florença - Itália)	Mai/2012
Cinema Latino-Americano	Glauber Rocha	Jorge Ruffinelli	Diretor do Department of Iberian and Latin American Cultures, da Universidade de Stanford	Mai/2013
Direito Internacional	Raul Fernandes	Antônio Augusto Cançado Trindade	Membro do Tribunal Internacional de Justiça e professor da Universidade de Brasília	Agosto/2013

FONTE: Elaboração própria, 2015.

ANEXO IX

TABELA DE DECISÕES DO CONSELHO MERCADO COMUM REFERENTES A ÁREA EDUCACIONAL DO MERCOSUL DE 1991 À 2012, POR RATIFICAÇÕES E VIGÊNCIA

DECISÃO	TÍTULO	ANO DE RATIFICAÇÃO							VIGÊNCIA
		ARG	BRA	PAR	URU	VEN	BOL	CHI	
07/1991	Reunião de Ministros da Educação do Mercosul	-	-	-	-	-	-	-	Vigente desde sua aprovação.
07/1992	Plano Trienal para o Setor Educacional no contexto do Mercosul	-	-	-	-	-	-	-	Vigente desde sua aprovação
04/1994	Protocolo de Integração Educacional e reconhecimento de certificados, títulos e estudos de nível primário e médio não técnico	Lei 24676 31/10/1996	Decreto Legislativo 101 07/05/1996	Lei 563 14/06/1995	Lei 16.731 04/06/1997	-	-	-	30 d D 2º I.R. Paraguai, Brasil (6 jun.1996) Argentina (1 dez.1996) Uruguai (4 jul.1997)
04/1995	Protocolo de Integração Educacional sobre o reconhecimento de títulos universitários para a continuação de estudos de pós-graduação nas universidades dos países do Mercosul	-	-	-	-	-	-	-	Substituída pela Decisão 08/1996
07/1995	Protocolo de Integração Educativa e Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico	Lei 24.839 10/11/1997	Dec.Leg. 116 26/06/1997	Lei 844 15/11/1996	Lei 16.890 20/07/1999	-	-	-	30 d D 2º I.R. Paraguai, Brasil (26 jul.1997) Argentina (10 dez.1997) Uruguai

									(19 ago.1999)
08/1996	Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Estados Partes do MERCOSUL								Paraguai, Brasil (26 ago.1999) Argentina (8 jan.2000) Uruguai (6 ago.2000) Vigente
09/1996	Protocolo de Integração Educacional para Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Estados Partes do MERCOSUL	Lei 25044 09/12/1999	Dec.Leg 2 27/07/1999	Lei 1081 04/08/1997	Lei 16963 10/08/1998				30 d D 2º I.R. Paraguai, Uruguai (9 set.1998) Brasil (26 ago.1999) Argentina (8 jan. 2000) Vigente
03/1997	Protocolo de admissão de títulos e graduações universitárias para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados parte do Mercosul.	-	-	-	-	-	-	-	Substituída pela Decisão 04/1999
25/1997	Prorrogação da vigência do “Plano Trienal para o Setor Educacional no contexto do Mercosul”	-	-	-	-	-	-	-	Vigente desde sua aprovação.
26/1997	Anexo do Protocolo de admissão de títulos e graduações universitárias para o exercício de atividades acadêmicas nos Estados parte do Mercosul.	-	-	-	-	-	-	-	Substituída pela Decisão 04/1999
11/1998	Erratas das decisões CMC n.03/1997, 26/1997 e seu anexo.	-	-	-	-	-	-	-	Vigente desde sua aprovação.
13/1998	Plano Trienal e Metas do Setor Educacional.	-	-	-	-	-	-	-	Vigente desde sua aprovação.
04/1999	Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários para o Exercício de Atividades Acadêmicas nos Estados Partes do MERCOSUL	Lei 25521 26/04/02	Dec.Leg. 800 21/05/04	Lei 3588 03/09/10	Pendente	-	-	-	Argentina, Brasil (20 jun.2004) Paraguai (03 out.2010) Vigente

05/1999	Acordo de admissão de títulos e graus universitários para o exercício de atividades acadêmicas nos países partes do Mercosul, República da Bolívia e República do Chile.	Pendente	Pendente	Lei 3304 26/12/07	Pendente	-	Pendente	Pendente	Pendente
02/2000	Día do Mercosul	-	-	-	-	-	-	-	-
15/2001	Estrutura Orgânica e Plano de Ação 2001-2005 do Setor Educacional do Mercosul, Bolívia e Chile.	-	-	-	-	-	-	-	Vigente desde sua aprovação
26/2002	Acordos emanados da XXIII RME do Mercosul, da República da Bolívia e da República do Chile “Protocolo de Integração Educacionale reconhecimento de certificados, títulos e estudos de nível primário e médio não técnico entre os países parte do Mercosul, Bolívia e Chile” “Ata de Adesão da República do Equador”	Lei 25905 03/12/2004	Dec. Leg. 216 23/04/2008	Lei 3319 04/01/2008	Pendente	-	Pendente	18/12/07	30 d D del IR de 1 EP e 1EA e 30 d D del IR de Otros Estados Argentina, Chile (17 jan.2008) Paraguai (3 fev.2008) Brasil (23 mai.2008) Equador (1 dez.2008)
33/2004	Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul		Dec. L. Nº 7.484, 18/05/2011						
09/2005	Acordo de admissão de títulos, certificados e diplomas para o exercício da docência e ensino de Espanhol e Português como línguas estrangeiras nos Estados parte.	Pendente	Pendente	Lei 3297 20/09/2007	Lei 18506 27/10/2009	-	-	-	Não Vigente
05/2006	Estrutura orgânica do Setor Educacional do Mercosul (SEM) – Complemento da decisão n.15/2001)	-	-	-	-	-	-	-	Vigente desde sua aprovação.

06/2006	Mecanismo para a implementação do Protocolo de integração educacional e reconhecimento de certificados, títulos e estudos de nível primário e médio técnico.	-	-	-	-	-	-	-	Vigente desde sua aprovação.
29/2007	Acordo Complementar de Cooperação entre os Estados parte do Mercosul e o convênio Andrés Bello (CAB) sobre Reconhecimento de estudos, títulos e certificados de educação primária/básica e média/secundária não técnica.	Pendente	Pendente	Pendente	Pendente	-	-	-	-
15/2008	Disposições transitórias para atualizar/implementar a tabela de equivalência anexa ao protocolo de integração educacional e reconhecimento de certificados, títulos e estudos de nível primário e médio não técnico.	-	-	-	-	-	-	-	Vigente desde sua aprovação
17/2008	Acordo sobre a criação e implementação de um sistema de acreditação de carreiras universitárias para o reconhecimento regional da qualidade acadêmica das respectivas titulações no Mercosul e nos Estados associados.	-	-	-	-	-	-	-	-
20/2008	Adesão da República do Equador ao Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico Entre Os Estados Partes do MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile								Argentina, Chile (17 jan.2008) Paraguai (3 fev.2008) Brasil (23 mai.2008) Equador (1 dez.2008) Vigente

24/2008	Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul. Altera alguns dispositivos e aprova o “Regulamento do FEM”	-	-	-	-	-	-	-	-
05/2011	Estrutura Orgânica e regulamento interno das Reuniões de Ministros da Educação e dos órgãos dependentes do Setor Educacional do Mercosul.	-	-	-	-	-	-	-	-
06/2011	Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul. (substituição do artigo 4º)	-	-	-	-	-	-	-	-
20/2011	Plano de Ação do Setor Educacional do Mercosul 2011-2015.	-	-	-	-	-	-	-	-
18/2012	Acordo para a criação e implementação do Sistema de Acreditação de Carreiras Universitárias para o reconhecimento regional na qualidade acadêmica das respectivas titulações no Mercosul e Espados Associados. Ata de adesão da República da Colômbia ao Acordo para criação do Sistema de Acreditação.								
22/2012	Adesão da República do Perú ao “Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário e Médio não Técnico entre os Estados Partes do MERCOSUL, a República da Bolívia e a República do Chile”								Vigente desde a data da subscrição 29/06/2012

FONTE: Elaboração própria, 2015.

ANEXO X

QUADRO COMPARATIVO DOS PRINCÍPIOS ORIENTADORES DOS PLANOS DE AÇÃO DO SEM DE 1998 À 2010

PLANO DE AÇÃO 1998-2000	PLANO DE AÇÃO 2001-2005	PLANO DE AÇÃO 2006-2010
<p>Integração regional e respeito à diversidade: o SEM contribui para a consecução dos objetivos do Mercado Comum do Sul, no sentido assinalado pelo Protocolo de Intenções de dezembro de 1991, e reconhece a soberania e o direito à autodeterminação de que goza cada um dos Estados Partes, bem como as múltiplas expressões culturais presentes na região.</p> <p>Compromisso democrático: o SEM auxilia na criação das condições para que os sistemas educacionais sejam um instrumento eficaz na promoção dos valores democráticos que os Presidentes dos Estados Partes consagram no documento "Compromisso Democrático".</p> <p>Educação de qualidade para todos: o SEM é instância privilegiada para favorecer a melhoria contínua dos níveis de qualidade da educação ministrada na região, com sentido de equidade, promovendo e aproveitando adequadamente a cooperação entre os Estados Partes e o apoio de organismos multilaterais e internacionais.</p>	<p>A agenda do SEM vinculada as políticas educacionais nacionais para lograr maior impacto nos sistemas educacionais e no conjunto da sociedade.</p> <p>A educação como espaço cultural para o fortalecimento de uma consciência favorável à integração que valorize a diversidade e a importância dos códigos culturais e linguísticos.</p> <p>O processo de integração se fortalece na instituição educacional para impactar fortemente nas instituições educacionais, especialmente nos níveis primário e médio.</p> <p>A integração exige educação de qualidade para todos para atender as necessidades educacionais dos setores mais vulneráveis a fim de superar as iniquidades existentes.</p> <p>O fortalecimento do diálogo com a sociedade para envolver os distintos atores educacionais no processo de integração.</p> <p>A mobilidade e o intercâmbio de atores educacional para o desenvolvimento e o fortalecimento de redes e experiências.</p>	<p>Confiança: a confiança é peça fundamental das relações; esta atitude constitui um elemento essencial para fortalecer o vínculo entre os países. O conhecimento mútuo e uma relação de trabalho fluida permitem desenvolver um marco de certeza e segurança que favorecem o desenvolvimento das atividades e potencializam futuros programas conjuntos.</p> <p>Respeito e consenso: as ações do SEM são baseadas em acordos internacionais que estabelecem a busca do entendimento e a mútua conveniência. Isto implica atitudes de respeito e compromisso. De respeito aos processos e políticas educacionais nacionais e de compromisso responsável na busca de acordos a aplicação dos mesmos.</p> <p>Solidariedade: a aplicação do presente Plano poderá ser realizada com base na iniciativa de cada país e no apoio solidário com aqueles países que, em certas condições particulares, não possam cumprir total ou parcialmente com algum projeto ou alguma atividade que seja de seu interesse. Este princípio permitirá dar continuidade às ações no marco de situações adversas pelas quais os países venham atravessar.</p> <p>Cooperação: as ações do SEM serão acordadas tendo em conta as diferenças e assimetrias. O intercâmbio, a assistência técnica e a cooperação entre os sistemas educacionais serão favorecidos.</p> <p>Se identificam como características que propiciam as condições para o resultado exitoso das ações apresentadas e facilitam a sua</p>

		<p>viabilidade:</p> <p>Impacto: as ações deverão ser coerentes com o alinhamento estratégico, integradas em todos os níveis e modalidades, emergindo da realidade e com impacto na sociedade. As mesmas deverão ser vinculadas com as políticas educacionais nacionais.</p> <p>O Plano deverá prever ações que tenham consequências concretas nos sistemas educacionais dos países, tendo os centros educacionais como os principais destinatários de suas ações.</p> <p>Neste sentido, é preciso reconhecer o papel que cumpre a dimensão local de cada país. Alguns deles outorgaram um papel transcendente a governos provinciais, estaduais ou municipais. É necessário aprofundar a aproximação e o intercâmbio com aquelas cidades em que o MERCOSUL tenha avançado com a integração de políticas municipais, no âmbito das MercoCidades.</p> <p>Difusão e visibilidade: é imprescindível que as realizações do SEM (acordos, projetos e instrumentos de ação permanentes) tenham maior difusão. Nesse sentido será fundamental e estratégico construir uma relação sustentável e fluida com os meios de comunicação. Além disso, é necessário desenvolver estratégias que favoreçam o uso contínuo da página web do SIC e assegurar sua atualização.</p> <p>A visibilidade do SEM e de suas ações não deve ser reduzida a uma simples comunicação à opinião pública ou à divisão dos acordos assinados. Também é necessário que os Ministérios utilizem as ferramentas para a divulgação de suas ações entre os atores dos sistemas educacionais.</p> <p>Gradualidade: a realização do Plano deverá seguir uma dinâmica que contemple a autonomia dos países e os ritmos de cada sistema educacional, de forma a permitir a aplicação real dos acordos.</p> <p>Este elemento deverá ser considerado na hora de promover a integração dos diferentes países aos projetos ou ações acordadas. Cada país deve ter plena liberdade de integrar-se aos diferentes</p>
--	--	--

		<p>âmbitos, comissões ou ações que se empreendam, explicitando sua intenção em cada caso para evitar o atraso desnecessário das ações ou projetos planejados e de acordo com as normas vigentes no MERCOSUL.</p> <p>Diálogo e interação: as ações derivadas do Plano deverão promover o diálogo e a interação do SEM com outros atores tanto no âmbito do MERCOSUL, como dos governos nacionais e locais, dos sistemas educativos e da sociedade civil.</p> <p>É necessário que o SEM, no âmbito do MERCOSUL, aprofunde suas relações com outros espaços de negociação e resolução de maneira que os acordos emanados das reuniões de seus ministros possam ter efeito nas negociações multilaterais das quais o MERCOSUL participa.</p> <p>Também é necessário aprofundar as relações com outros organismos internacionais para compartilhar pontos de vista e favorecer a convergência de objetivos e perspectivas.</p> <p>A interação e o diálogo com atores da sociedade civil em geral deve ser um ponto de referência para as ações do SEM no sentido de que de a educação é um fenômeno social. As organizações da sociedade civil desempenham um papel importante para cumprir os objetivos estratégicos do SEM. É necessário assinalar que se considera o termo sociedade civil no seu sentido amplo incluindo a ela toda forma de organização da sociedade que não dependendo do Estado se propõe a melhorar a educação em algum sentido.</p>
--	--	--

FONTE: Elaboração própria, 2015.